



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**DALVINA TEIXEIRA ROLIM**

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA POR UMA**  
**EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO DE VILA AMAZÔNIA**

**MANAUS-AM**

**2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**DALVINA TEIXEIRA ROLIM**

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA POR UMA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO DE VILA AMAZÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Iolete Ribeiro da Silva

Linha de Pesquisa 1: Processos Educativos e Identidades Amazônicas

**MANAUS-AM**

**2023**

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rolim, Dalvina Teixeira  
R748p O protagonismo das mulheres na luta por uma educação do campo no assentamento de Vila Amazônia / Dalvina Teixeira Rolim . 2023  
147 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Iolete Ribeiro da Silva  
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Educação do campo. 2. Protagonismo. 3. Mulheres. 4. Gênero. 5. Amazônia. I. Silva, Iolete Ribeiro da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**DALVINA TEIXEIRA ROLIM**

### **O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO DE VILA AMAZÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas como requisito final para obtenção de título de Mestre em Educação.

Aprovada em 31 de janeiro de 2023.

#### **BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Iolete Ribeiro da Silva- Presidente/Orientadora (UFAM)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Camila Ferreira da Silva- Membro interno (UFAM)

Prof.<sup>o</sup> Dr. Fábio Alves Gomes- Membro externo (UEA)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Nilvane Fernandes- Suplente (UFAM)

Prof.<sup>o</sup> Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage- Suplente externo (UFPA)

**MANAUS-AM**

**2023**

## **DEDICATÓRIA**

*Ao meu pai, em memória, que não pode acompanhar em vida essa etapa tão sonhada por mim, mas se faz luz em minha caminhada, fonte de inspiração, minha raiz nordestina, quem muito me ensinou sobre honestidade, perdão e amor, obrigada por tanto...*

*A minha mãe, mulher forte do rural, que me ensinou tudo que sou hoje, e sempre acreditou na educação como ferramenta para ascensão social, minha fortaleza, meu grande amor e que dentre tantas coisas, me inspira a continuar trilhando um caminho de luta por uma sociedade mais justa, onde todos possam sonhar e sorrir...*

*A todas as vítimas da covid-19, que eram amores da vida de alguém, em especial a minha amiga Nazaré Ramos, minha ex companheira de trabalho que carinhosamente me acolheu em Santarém-PA, muitas dessas perdas ocorridas por descaso do governo negacionista e anti-ciência que tivemos que suportar durante quatro anos...*

*A todas as mulheres do campo que tive oportunidade de encontrar em minha caminhada, principalmente as que se dispuseram a contribuir com essa pesquisa, compartilhando suas histórias de vida e muito me ensinaram sobre luta, educação e sonhos...*

## AGRADECIMENTOS

Gratidão é a palavra que me acompanhou nesses dois anos de mestrado, durante essa jornada descobri por meio da convivência com diferentes pessoas o significado de ser grata, compartilhando momentos, sentimentos, perdas, conquistas, desafios e aprendizados que me constituíram como o ser humano que sou hoje, totalmente diferente daquele de dois anos atrás. A todas e todos quero deixar meus sinceros agradecimentos...

Agradeço a DEUS/UNIVERSO, a força que acredito para seguir mesmo quando me sentia incapaz, minha fé e meu sustento diário...

A meu pai Antônio Osmar Rolim, que mesmo não estando mais presente fisicamente, se faz luz espiritualmente em minha jornada, sendo o alicerce e esteio da minha vida...

A minha mãe, Maria Dalvina Teixeira Rolim, meu grande amor, minha inspiração e minha grande amiga, por todo empenho, cuidado e carinho na minha formação, a pessoa a quem dedico todos os meus esforços diários e conquistas...

Aos meus irmãos João Batista de Souza Rolim e Antônio Raimundo de Souza Rolim que foram meus pés e minhas asas para que eu conseguisse chegar nos territórios da pesquisa, se aventurando comigo pelas estradas cheias de lama e buraco e enfrentando as adversidades do tempo e das longas distâncias geográficas para adentrar nas escolas do campo...

Aos meus irmãos Dalmir Teixeira Rolim e Moisés Teixeira Rolim, grandes incentivadores da minha caminhada acadêmica...

Ao meu irmão José Carlos Teixeira Rolim que se disponibilizou para me ajudar com as pesquisas a noite e não mediu esforços para me buscar e me levar nos pontos de embarque, meu segundo pai e grande amigo...

A minhas irmãs Mariana Rolim e Lilian Grazielly de Sá Rolim, por sempre me apoiarem e nunca me desamparar, minhas companheiras de vida...

A minha irmã Josefa Rolim que em meio a uma provação me ensinou o valor da vida e do amor em família, gratidão pela vida, companheirismo e cumplicidade, sei do orgulho e admiração que tens pelos meus passos...

A minha irmã Maria Catarina Teixeira Rolim que junto dos meus sobrinhos Antônio José Rolim e Alberto Rolim (meu sobrinho e afilhado) fizeram meus dias menos pesados, sendo uma espécie de calmante para o meu tempo corrido e ansiedade...

Aos meus sobrinhos e sobrinhas Fernanda Rolim, Maria Eduarda Rolim, Pietro José Rolim, Paulo Osmar Rolim, Beatriz Rolim e Carlos Eduardo Rolim que com os olhinhos

sorridentes e o carinho depositados em mim renovaram minhas forças e crença em dias melhores ...

A minha cunhada Tânia Matos que se disponibilizou a ir comigo nas escolas e enfrentou as dificuldades da vida corrida do trabalho e ainda assim não mediu esforços e conseguiu tempo para me auxiliar nessa pesquisa de campo/aventura...

Minha mais profunda gratidão as minhas professoras e meus professores que me incentivaram e me fizeram aperfeiçoar os conhecimentos e as formas de conhecer durante minha vida profissional, acadêmica e militante, compartilhando comigo saberes e experiências...

Gratidão e admiração profunda pela minha orientadora professora Iolete Ribeiro da Silva por toda confiança depositada em mim, uma jovem e aprendiz pesquisadora, e principalmente por sempre ter palavras amorosas de acolhimento e incentivo, regadas de carinho que me fizeram prosseguir mesmo nos momentos mais difíceis dessa caminhada...

Gratidão as amigas e amigos que perto ou longe partilham comigo o sentimento mais humano e bonito: a amizade. As amigas e amigos de todas as horas, que em Parintins, em Manaus ou em qualquer lugar do mundo que estiverem sempre partilham a atenção, o cuidado e o amor que deu certo, a vocês todo meu afeto: Ananda Cid, Milena Monteiro, Maria José Siqueira, Andreza Souza, Larissa de César, Fernanda Lima, Karen Larissa, Fernanda Matos, Thales Feitoza, Jucinei de Souza, Rivera Calafate, Yonne Lopes, Carlos César Maciel, Edilson Albarado, Eliane Vasconcelos.

Aos meus amigos do mestrado que compartilharam comigo as angústias, alegrias e aventuras da pós-graduação, em especial: Ananda Senna, Ariane Coelho do Santos, Vinicius Melo, Thales Pessoa, Roberth Aragão, Dhivan Santana e Tereza de Jesus.

Gratidão ao meu amigo de vida Alex Eduardo Barbosa, que em meio aos meus momentos mais difíceis e na correria da vida não mediu esforços para estar comigo, me apoiando e me fazendo sorrir, sendo meu ombro e meu colo nos dias cinzas...

A minha amiga Caroline Seixas, irmã de alma que sempre me incentivou a seguir meus sonhos e não desistir deles e que sempre esteve disposta a ouvir meus risos e minhas lágrimas com muita amorosidade...

A minha amiga, irmã e companheira da vida Danielle Bentes, que nunca mediu esforços pra me ajudar, que sempre participou carinhosamente dos momentos da minha vida, que foi meu colo e me fez sorrir mesmo quando eu queria desabar, que não deixou em nenhum momento de acreditar em mim e nas minhas conquistas...

A minha ex orientadora da graduação Marinez França, que se tornou uma grande amiga e mentora, me ajudando a lidar com os desafios da vida e do mundo acadêmico, que sempre com muito amor nos olhos e afeto no coração me estendeu palavras de carinho e conselhos preciosos...

A minha professora do estágio docência Ronney Feitoza, que se tornou uma grande amiga, que me ensinou sobre Paulo Freire e Educação Popular e me levou para o NEPE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular) e que me acolheu carinhosamente em Manaus, me proporcionando momentos de muitos diálogos e sorrisos regados de café e amizade...

Ao meu coletivo de mulheres UMPIN (União das Mulheres de Parintins) muitas delas ainda jovens como eu, que descobriram nas ruas e na Universidade o significado de luta e militância e me acolheram como coordenadora, protagonizando lindos momentos de diálogos, troca de saberes e companheirismo, vocês são incríveis meninas: Thalia Cruz, Laíze Cruz, Lane Vasconcelos, Marinez França e Mari Portilho ...

Gratidão ao Laboratório de Pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Educação (LADHU) meu grupo de pesquisa da pós-graduação pela contribuição valorosa em minha formação.

Ao PPGE-UFAM e a todos os professores que fazem parte dessa família, que me acolheram como pesquisadora e me mostraram o caminho da pesquisa...

Ao coletivo de educação do campo da minha cidade, FOPINECAF (Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Águas e das Florestas Paulo Freire) do qual me sinto honrada em fazer parte, compartilhando muitas aventuras pelas comunidades do campo e me instigando a continuar nessa caminhada de luta e sonhos.

Gratidão também aos professores da banca de qualificação, professora Camila Ferreira e ao professor Salomão Hage, que foram humanos em tecer as valorosas contribuições para o encaminhamento dessa pesquisa.

Gratidão a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas- FAPEAM e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, que juntas contribuem significativamente na expansão e consolidação da pesquisa e da pós graduação no Amazonas e no Brasil de modo geral.

E minha eterna e profunda gratidão as todas as mulheres do campo, professoras e professores, estudantes que de forma direta ou indireta, contribuíram para a construção desta pesquisa.

Gratidão a todos vocês que fazem parte da minha vida e que engradem a minha história, que eu também possa deixar com cada um de vocês um pouco de mim, do meu afeto,

sonhos e lutas... “Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós.” (Valter Hugo Mãe, o filho de mil homens).

*A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ninar os da casa grande e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos.*

**Conceição Evaristo**

## RESUMO

Esta pesquisa se propôs compreender o protagonismo das mulheres na luta por uma educação do campo no Assentamento de Vila Amazônia no município de Parintins-AM. Enfatiza-se aqui o termo protagonismo como sinônimo de exercício de militância para o fortalecimento de uma educação de qualidade. Estudos sob essa demanda necessitam de uma compreensão crítica e política interseccionando classe/raça e gênero como bases para construção de uma sociedade mais justa. Tomou-se como objetivos específicos 1) Identificar as trajetórias de vida das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia; 2) Identificar as estratégias e articulações de luta das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia para a consolidação de uma Educação do/no Campo 3) Evidenciar as contribuições e os esforços das Mulheres do Assentamento de Vila Amazônia na luta por uma Educação do/no Campo. Adotou-se uma concepção decolonial de pesquisa usando os estudos de Boaventura Santos (2009), Quijano (2005), Maldonado-Torres (2007) e Maria Lugones(2008). Para os resultados da pesquisa, foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro estipulado, que posteriormente foram transcritas e analisadas por meio da metodologia construtiva-interpretativa, bastante utilizadas nos estudos qualitativos, dando enfoque na subjetivação dos sujeitos. Esta dissertação está articulada em quatro seções interrelacionadas; Seção I: As trilhas teórico-metodológicas da pesquisa, Seção II: Mulheres, Protagonismo, Lutas e Resistências no cenário brasileiro, Seção III: Que escola do campo? Desenhando caminhos para a superação das desigualdades e Seção IV: O Caminho da Pesquisa: Investigando o Protagonismo das Mulheres do Assentamento de Vila Amazônia, perspectivas sobre trabalho, famílias, educação, lutas e assimetria de Gênero. As reflexões propostas nesse estudo foram tecidas dialogando com a realidade da mulher do campo nos territórios amazônicos, trazendo à tona as desigualdades de gênero a partir das categorias trabalho e educação. Sabe-se que historicamente o campo é marcado por diversos estereótipos que estão alicerçados nos moldes do neoliberalismo e que encontram resistência nas lutas diárias de camponeses e camponesas das mais diversas localidades e dimensões da vida social, é necessário entender a importância dessas lutas para a constituição do território camponês e para o fortalecimento dos movimentos sociais de base. Desse modo, essa pesquisa procurou apresentar ideias para uma educação que incorpore as lutas feministas, antirracistas, que englobe as questões de gênero nos espaços do Campo, das Águas e das Florestas, compreendendo a necessidade de superação das amarras patriarcais e do sistema hegemônico capitalista vigente que produz as mazelas sociais.

**Palavras-chave:** Educação do campo, Protagonismo, Mulheres, Gênero, Amazônia.

## ABSTRACT

This research aimed to understand the role of women in the struggle for rural education in the settlement of Vila Amazônia in the municipality of Parintins-AM. The term protagonism is emphasized here as a synonym for exercising militancy for the strengthening of quality education. Studies under this demand require a critical and political understanding, intersecting class/race and gender as the basis for building a more just society. The specific objectives were: 1) To identify subservience relationships and gender inequalities that affect women in the Vila Amazônia Settlement; 2) Identify the strategies and articulations of struggle of the women of the Vila Amazônia Settlement for the consolidation of an Education of/in the Countryside 3) Highlight the contributions and efforts of the Women of the Settlement of Vila Amazônia in the fight for an Education of/in the Countryside . A decolonial research concept was adopted using studies by Boaventura Santos (2009), Quijano (2005), Maldonado-Torres (2007) and Maria Lugones (2008). For the results of the research, interviews were carried out based on a stipulated script, which were later transcribed and analyzed using the constructive-interpretive methodology, widely used in qualitative studies, focusing on the subjectivity of the subjects. This dissertation is articulated in four interrelated sections; Section I: The theoretical-methodological tracks of the research, Section II: Women, Protagonism, Struggles and Resistance in the Brazilian scenario, Section III: What rural school? Designing ways to overcome inequalities and Section IV: The Research Path: Investigating the Protagonism of Women from the Vila Amazônia Settlement, perspectives on work, families, education, struggles and gender asymmetry. The reflections proposed in this study were woven in dialogue with the reality of rural women in the Amazonian territories, bringing up gender inequalities based on the categories of work and education. It is known that the countryside is historically marked by several stereotypes that are based on the molds of neoliberalism and that find resistance in the daily struggles of peasant men and women from the most diverse locations and dimensions of social life, it is necessary to understand the importance of these struggles for the constitution of peasant territory and for the strengthening of grassroots social movements. In this way, this research sought to present ideas for an education that incorporates feminist, anti-racist struggles, which encompasses gender issues in the spaces of Campo, das Águas and das Florestas, understanding the need to overcome patriarchal ties and the current hegemonic capitalist system that feeds social ills.

**Keywords:** Rural education, Protagonism, Women, Gender, Amazon.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Trabalhos Seleccionados para Análise no SciELO.....	54
<b>Quadro 2:</b> Análise dos trabalhos Seleccionados no Dialnet .....	56
<b>Quadro 3:</b> Análise dos trabalhos Seleccionados no Portal Periódicos Capes .....	57
<b>Quadro 4:</b> As Participantes da pesquisa.....	89

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Arte produzida pela geógrafa Larissa Araújo Coutinho de Paula. Título da Obra: “As mulheres do Campo têm fome de conhecimento” .....	17
<b>Figura 2:</b> Localização do Assentamento Vila Amazônia .....	35
<b>Figura 3:</b> Imagem da capa e orelha do livro Cinzas do Norte .....	36
<b>Figura 4:</b> Estrada da Vila Amazônia que dá acesso as outras comunidades.....	38
<b>Figura 5:</b> Locais ao redor da Orla de Parintins- AM, onde embarcam e desembarcam os moradores que precisam viajar para as comunidades rurais .....	39
<b>Figura 6:</b> Porto da Vila Amazônia.....	39
<b>Figura 7:</b> Prédio antigo da escola de Santa Clara.....	42
<b>Figura 8:</b> Prédio novo da escola de Santa Clara.....	42
<b>Figura 9:</b> Imagens encontradas na parede da escola Tsukasa Uetsuka .....	44
<b>Figura 10:</b> Imagem do “Canoão” dos Professores da Gleba de Vila Amazônia.....	41
<b>Figura 11:</b> Fluxograma do Processo de seleção dos trabalhos encontrados.....	54
<b>Figura 12:</b> Momentos escolares da EJA E AJA, Gleba de Vila Amazônia, 2022.....	104
<b>Figura 13:</b> Casa de Farinha, Comunidade de Santa Clara do Jaurí, 2022.....	105

## LISTA DE SIGLAS

**AEE:** Atendimento Educacional Especializado

**AJA:** Alfabetização de Jovens e Adultos

**AM:** Amazonas

**CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**COVID-19:** SARS-CoV-2

**EJA:** Educação de Jovens e Adultos

**FOPINECAF:** Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Águas e das Florestas Paulo Freire

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**LGBTQIA+:** Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual +

**MAPSI:** Mestrado Acadêmico em Psicologia

**MMC:** Movimento de Mulheres Camponesas

**MST:** Movimento de Trabalhadores Sem Terra

**OMS:** Organização Mundial de Saúde

**PA:** Projeto de Assentamento

**PIBIC:** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

**PPGpsi:** Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**PSC:** Processo Seletivo Contínuo

**RI:** Revisão Integrativa

**SciELO:** Scientific Electronic Library Online

**SEDUC:** Secretária Estadual de Educação

**TCC:** Trabalho de Conclusão de Curso

**UFAM:** Universidade Federal do Amazonas

**UMPIN:** União das Mulheres de Parintins

**UnB:** Universidade de Brasília

**UNIR:** Universidade Federal do Rondônia

## SUMÁRIO

<b>MEMORIAL: O ENTRELAÇAMENTO DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA COM A PESQUISA</b> .....	<b>19</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>30</b>
<b>SEÇÃO I- AS TRILHAS TEÓRICO- METODOLÓGICAS DA PESQUISA</b> .....	<b>34</b>
1.1. ENTRE RIOS, FLORESTAS E CAMPOS: CONTEXTUALIZANDO O TERRITÓRIO DA PESQUISA .....	34
1.2. OS SUJEITOS E O LÓCUS DA PESQUISA.....	40
1.3. O ENFOQUE TEÓRICO- METODOLOGICO, O TIPO DE PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....	46
1.4. REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS NO PAÍS.....	51
1.4.1. A produção científica no país: apresentando os trabalhos encontrados a partir da metodologia adotada.....	52
1.4.2. Contribuições para a superação das desigualdades sociais nos espaços do campo, das águas e das florestas .....	59
1.4.3. Questões de gênero e relações de poder na divisão sexual do trabalho no campo: um pouco do que trazem os trabalhos selecionados neste levantamento .....	61
<b>SEÇÃO II: MULHERES, PROTAGONISMO, LUTAS E RESISTÊNCIAS NO CENÁRIO BRASILEIRO</b> .....	<b>65</b>
2.1. A LUTA CAMPONESA POR EDUCAÇÃO NO BRASIL E O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: DA INVISIBILIDADE A CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS.....	71
2.2. FEMINISMO NA AMAZÔNIA: UMA CONSTRUÇÃO POPULAR, AFRO, LATINO-AMERICANA.....	79
<b>SEÇÃO III: QUE ESCOLA DO CAMPO? DESENHANDO CAMINHOS PARA A SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES</b> .....	<b>84</b>
3.1. A EDUCAÇÃO DO CAMPO NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO POPULAR: REFLETINDO A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES E O TRABALHO EDUCATIVO.....	88

3.2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SABERES- FAZERES: TRILHANDO UMA PEDAGOGIA FEMINISTA E ANTIRRACISTA NO CAMPO.....	92
<b>SEÇÃO IV: O CAMINHO DA PESQUISA: PROTAGONISMO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO DE VILA AMAZÔNIA, PERSPECTIVAS SOBRE TRABALHO, FAMÍLIA, EDUCAÇÃO, LUTAS E ASSIMETRIA DE GÊNERO.....</b>	<b>87</b>
4.1. TRAJETÓRIAS DE VIDA: CONHECENDO AS MULHERES DO ASSENTAMENTO DE VILA AMAZÔNIA.....	89
4.2. TRABALHO E EDUCAÇÃO: AS RELAÇÕES DE ASSIMETRIA E DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO DE VILA AMAZÔNIA NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM.....	101
4.3. O PROTAGONISMO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO DE VILA AMAZÔNIA NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM.....	105
4.4. RESISTIR PARA EXISTIR NOS TERRITÓRIOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS: TECENDO REFLEXÕES, BUSCANDO OUTRAS POSSIBILIDADES ....	110
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>126</b>

**Figura 1:** Arte produzida pela geógrafa Larissa Araújo Coutinho de Paula. Título da Obra: “As mulheres do Campo têm fome de conhecimento”



***Revolução Das Cunhãs***

Toada: *Boi Garantido*

*Anauê, cunhã katu!*  
*Tairu, cê, Îandê, Îandê Moronguêta Recê*  
*A cê Apekatu*  
*Anauê, cunhã! (Anauê, cunhã!)*

*Afastem o racismo*  
*E o machismo*  
*Que nós vamos passar*  
*Aqui caminhamas indígenas*  
*Que não puderam colonizar*

*Revolução das cunhãs*  
*Luta e festa matriarcal*  
*Em defesa do território, corpo e espírito ancestral*

*Somos da floresta, somos a floresta*  
*De peito aberto e punhos fechados*  
*Unidas contra a violação*  
*Somos da floresta, somos a floresta*  
*Temos direito originário*  
*Somos herdeiras desse chão*

*O movimento da mata que dança*  
*Dança na selva de pedra que canta*  
*Canta e renova a esperança*  
*Ecologia integral*  
*De liberdade, justiça e luta*  
*Luta de ideias que plantam a paz*  
*Paz com soberania*  
*E força espiritual*

*Mulher, com você quero ser*  
*Como a Lua a clarear*  
*Refletindo a luz do Sol para iluminar*

*E afastar a escuridão dessa pátria mãe gentil*  
*Pra tornar terra sem males*  
*A nossa maloca Brasil*  
*Terra sem males, Brasil*

*Revolução das cunhãs*

*(Ninguém solta a mão de ninguém)*  
*Brasil!*

*Composição: Eneas Dias / Marcos Moura / João Kennedy*

## MEMORIAL: O ENTRELAÇAMENTO DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA COM A PESQUISA



Foto intitulada: Árvore de Curumim, ROLIM, Dalvina, 2022.

*Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém, odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever, e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que iria angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser, eu escrevi a realidade.*  
(Carolina Maria de Jesus)

O presente memorial tem por objetivo narrar a minha trajetória acadêmica, proporcionando um encontro com os momentos que marcaram esse caminho e revelando a importância destes fatos para a construção da minha identidade como pesquisadora, feminista, militante, de esquerda, que adota os espaços do campo, das águas e das florestas, como lugar de luta e atuação profissional.

Sob os meus dias, parece está a vivência de toda uma geração que se educou e educou nas últimas cinco décadas[...] parece que a experiência passada que aí vai contada não me pertence- Convenceram-me de que os dias não são meus, são nossos, e que não só eu aprendi, mas outros poderão aprender deles e com eles. (SOARES, 2001, p. 15-16)

A importância que se gera a partir das experiências vividas e que são trazidas nesse memorial, é também de possibilitar ao outro, reflexões acerca de sua própria trajetória, bem como compreender que cada ser humano possui um caminho único, pessoal e intrasferível, mas que somos ligados através de fatos históricos e de uma conjuntura social mais ampla, que nos atravessa como seres humanos que constroem e reconstróem a história, a partir das lembranças que guardamos em nossa memória. “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, afiara à consciência na forma de imagens-lembrança. [...]” (BOSI, 1987, p. 15).

A lembrança é importante porque reconfigura o passado no tempo presente, reconstrói a história e influencia nossas vivências. É através de nossas memórias sociais e afetivas que enxergamos o mundo ao nosso redor, são os valores e os pensamentos que construímos e são construídos pelos outros ao longo de nossa existência e da existência de várias gerações, que compreendemos a vida em sociedade, “[...] o narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam [...]” (BOSI, 1987, p. 43).

Minha história começa oficialmente em 1994, nasci em uma ilha do Amazonas chamada Parintins, nome que homenageia os povos indígenas Parintintins, um dos inúmeros que habitavam a região, mas que também já foi chamada de ilha Tupinambarana, Missão de Vila Nova da Rainha e de Vila Bela da Imperatriz. Sou filha de um imigrante nordestino, cearense (em memória) que veio muito jovem tentar a vida no Norte, fugindo da seca que assolava o sertão cearense, e de uma amazonense nascida e criada na comunidade rural do Parananema em Parintins-AM, trago na veia e na minha história de vida uma forte ligação com a comunidade de Santa Clara do Jauarí, pois meus pais se tornaram assentados da referida comunidade, mas também me encontro dividida entre as diferentes religiosidades, sujeitos, rios, florestas e a urbanidade de uma família que também construiu lar em meio aos asfaltos da cidade de Parintins, na baixa do São José Operário, bairro reduto dos dois currais do Boi- Bumbá Garantido<sup>1</sup>.

Minha relação com a educação do campo está intimamente atrelada aos meus pais e a história de vida deles, aprendi a conviver com o tempo das florestas e dos rios, a respeitar e amar os saberes oriundos da Natureza, a ouvir e escutar com admiração as crendices e lendas contadas pelo povo da minha comunidade, a frequentar os bingos e cultos no domingo de

---

<sup>1</sup> A cidade de Parintins é conhecida mundialmente pelas festividades dos bumbás Garantido e Caprichoso, fato que faz a cidade se dividir em vermelho e azul, o boi Garantido tem seus currais (local onde ocorre ensaios e festas dos bois) e a casa de seu fundador no bairro, cujo nome é São José Operário, e por isso também é conhecido como boi da baixa do São José.

manhã, a andar de canoa e nas mais diversas embarcações construídas para se navegar por esses rios amazônicos, conheci uma infinidade de animais da região, aprendi a valorizar a medicina natural desses povos, sigo até hoje fazendo uso de ervas e plantas que a minha mãe conhece bem, como andiroba, copaíba, cascas de pau, folhas das mais diversas plantas e outros. Tais conhecimentos tradicionais fazem parte de mim como também fazem parte dessas populações, que lutam diariamente para que esses saberes e técnicas ancestrais sejam valorizados, enfrentando diariamente as contradições inerentes a vida no campo.

As populações tradicionais, [...] são portadoras históricas de saberes e valores que envolvem práticas específicas de manejo do trabalho, conhecimento do complexo da biodiversidade e enfrentam as condições concretas de opressão e de exclusão, daí, a desafiam também historicamente na busca das condições necessárias de vida material e simbólica (CUIMAR, 2013, p. 132).

Esses saberes são aprendidos no cotidiano e nas vivências nessas comunidades, passados de geração em geração e em diversos espaços, muitas das vezes ocorrendo em conversas informais entre os sujeitos. “Diferente da escola onde, na maioria das vezes, a transmissão ou troca de saberes ocorre somente no ambiente da sala de aula, na agricultura familiar, no mundo rural ribeirinho, o repasse do saber ocorre no cotidiano, em diferentes ambientes e por diversas formas. [...]” (CUIMAR, 2013, p. 71) Daí a necessidade e importância da pedagogia da alternância<sup>2</sup> para as escolas do campo, das águas e das florestas.

Ingressei na escola aos cinco anos de idade, no Centro Educacional Infantil Alvorada, que era intitulado na época de “Jardim Alvorada”, salientamos que o termo Jardim de Infância era utilizado para as escolas primárias, historicamente concebido assim pelo fato das crianças serem vistas como sementes, e que deveriam ser cuidadas como uma planta. “Em Junho de 1840, na cidade de Blankenburg, Froebel fundou o primeiro Kindergarten ou Jardim de Infância, para crianças menores de 6 anos, onde elas estariam livres para aprender sobre si mesmas e sobre o mundo. [...]” (MENDES, 2015, p. 42) Froebel era um pedagogo muito envolvido com a botânica, por isso a origem do termo utilizado para as primeiras escolas voltadas para a educação infantil. É importante citar que historicamente as diferenças de classes também podiam ser vistas em relação as primeiras escolas infantis, uma vez que, surgiram de maneira assistencialistas para as classes mais abastadas e para a elite possuíam caráter

---

<sup>2</sup> De acordo com Pacheco, 2016, “A ideia central da Pedagogia da Alternância está na busca pela formação integral do educando, de maneira a fazer com que o mesmo exerça seu papel na sociedade e inclua a apropriação reflexiva, participativa, crítica e criativa dos conhecimentos necessários a vida e o trabalho no meio rural.”

pedagógico e preparatórios para as outras etapas educacionais. “Ao longo das décadas, as poucas conquistas não se fizeram sem conflitos. Com o avanço da industrialização e o aumento das mulheres da classe média no mercado de trabalho, aumentou a demanda pelo serviço das instituições de atendimento à infância. [...]” (PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.84) As creches e pré-escolas foram surgindo conforme a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o direito de trabalhar fora de casa não surgiu sem luta e esforço coletivo, assim como outros diversos direitos femininos conquistados, marcas de uma sociedade capitalista-patriarcal-racista.

Iniciei no chamado “prezinho”, aos seis anos já estava na série denominada de alfabetização, foi nessa série que aprendi a ler, pelo método da silabação, após aprender as silabas, aprendíamos a juntar elas e formar palavras, depois era nos dado um texto, fazíamos uma fila e tínhamos que ler em voz alta para a professora, sempre retornando pro final da fila caso a leitura não fosse satisfatória, repetíamos até que a professora considerasse bom, foi com essa metodologia que fui alfabetizada. Todavia, também foi um período educacional muito difícil em minha vida, pois passei mais de um mês impossibilitada de ir à escola, devido a um acidente doméstico que tive, caí de cima da mesa da cozinha, ocasionando um traumatismo craniano, fui encaminhada a Manaus, onde fiz tratamento, e o médico aconselhou a minha mãe a me tirar da escola devido às crises de enxaqueca que teria que enfrentar, no entanto por insistência minha e da minha mãe continuei com os estudos. Nesse período tinha aprendido a ler, e descobrir a leitura foi algo mágico em minha infância, já que a partir daquele momento eu conseguia ter acesso as histórias dos livros que eu tinha curiosidade em conhecer, lembro-me da primeira história que li, era uma das tantas histórias de Pedro Malasartes, um conto popular brasileiro para crianças da América Latina, escrito por Ana Maria Machado e se tratava justamente de um conto onde Pedro conseguia enganar uma velha unha de fome e muito avarenta através da argumentação. Essa fase da educação infantil foi muito importante para a minha trajetória educacional, aos poucos esse ensino foi tendo o reconhecimento devido e reconfigurado com a importância que merece ser dada a infância.

A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica, ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade. [...] (MATHIAS; PAULA, 2009, p. 16).

Ingressei nas séries iniciais mesmo contra vontade dos médicos, o início pós trauma foi bem difícil, as dores de cabeça eram muito recorrentes, e como criança eu não entendia direito o que estava acontecendo, lembranças boas e ruins marcam esse período, a perda de um colega por afogamento no rio Amazonas. Quem nasce e se cria em Parintins aprende a conviver com a realidade de estar sempre cercado pelas águas, os pais sabem da necessidade de cuidado redobrado com as crianças, mas algumas situações fogem de nós, e tragédias acontecem. Estudava em uma escola perto da conhecida baixa da Xanda<sup>3</sup>, um lugar que ia de encontro ao rio, era comum as crianças passarem por lá ao sair da escola, bem como ter crianças que eram filhos de pescadores, o rio sempre fez parte da nossa realidade como da realidade de todo amazônida. Deixo um pouco da toada conhecida do Boi Garantido de composição de Marcos Lima e Inaldo Medeiros, Rei dos Rios, que retrata isso em forma de arte:

*Lágrima que brota dos andes  
Cordilheira cristalina de esperança  
Eldorado do povo amazônida  
Labirinto nativo de águas barrentas  
Gigante de encantos e lendas  
Santuário de peixes e mananciais  
Fertilizador de igarapés, lagos, furos e paranás*

*Amazonas, das Amazonas  
Do repiquete, da piracema  
Do pasto novo da vazante  
E vida nova na enchente  
Amazonas, das Amazonas  
Da pororoca  
E bem nutridos afluentes  
Negro magnífico e grandioso Juruá  
Bravo Madeira, misterioso Xingú  
Rico Trombetas, lendário Nhamundá  
Imponente Purus, maravilhoso Tapajós  
E deslumbrante Japurá*

Morar literalmente em uma ilha amazônica, banhada por rios e uma forte cultura popular, tem seus privilégios, sou feliz no lugar que nasci e me criei e estudar em escola pública a vida inteira me fez perceber a importância da educação pública e gratuita na minha caminhada, bem como de todos os momentos e cenários que fizeram parte dela, me sinto como um mosaico ou como uma colcha de retalhos, sou resultado de tudo aquilo que amei, construí minha

---

<sup>3</sup> A baixa da Xanda é um endereço do tipo Beco que está localizada na cidade de Parintins- AM, é o local onde está situado a casa de uma família muito conhecida pela história de criação do Boi Bumbá Garantido- os Monteverdes. Também é reduto de mercadinhos, histórias tradicionais e possui um porto pequeno que atracam embarcações de pequeno e médio porte. O chamado curralzinho do Boi Garantido também está localizado nessa região.

personalidade e minha identidade docente com as lembranças, os viveres, saberes, conviveres, aromas e sabores que pude experimentar, mas também com os erros, com os traumas, e as dificuldades que passei.

Nunca fui considerada uma menina padrão, aquelas de classe média, ou com boa condição financeira, branca, loira e de olhos claros que sempre tem nos colégios, mesmo nos públicos. Como eu passava minhas férias no terreno dos meus pais, voltava de lá com a cor da pele mais escura, e os cabelos queimados do sol, foi nessa época que conheci o bullying e o preconceito, estava nas séries finais do Ensino Fundamental quando passei a odiar a minha cor, o meu cabelo, a minha fisionomia, eu não suportava quando me chamavam de “pretinha da lata de óleo” ou mesmo de “preta do batuque”, eu era querida pelos professores, estagiários e funcionários da escola, pelo meu bom comportamento, organização e desempenho nas atividades escolares, mas isso não impedia que o fator cor da pele, deixasse de ser tratado com preconceito.

O mundo apresentado na escola era o dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido. Eu reparava que minhas colegas brancas não precisavam pensar o lugar social da branquitude, pois eram vistas como normais: a errada era eu. Crianças negras não podem ignorar as violências cotidianas, enquanto as brancas, ao enxergarem o mundo a partir de seus lugares sociais- que é um lugar de privilégio- acabam acreditando que esse é o único mundo possível (RIBEIRO, 2019, p. 23).

Anos mais tarde é que fui aprender sobre a importância de me aceitar e aos poucos desenvolver minha autoestima, fruto do meu encontro com a militância e com boas doses de terapia. A escola também podia ser um lugar muito hostil, já que sempre fora pensada nos moldes colonizadores que conhecemos. No ensino médio descobri um novo momento pra mim, período de cobranças e de escolhas importantes, como o que cursar ao prestar vestibular, que profissão seguir, qual o desejo para minha vida futura. Nós que nascemos pobres, e no meu caso vindo de uma família grande, de muitos filhos, aprendi desde cedo a importância dos estudos para poder melhorar de condição social, mamãe nos manteve na escola com o dinheiro do Bolsa Família, um projeto social oriundo do governo Lula, meus pais sempre votaram em partidos de esquerda, mesmo não tendo muito conhecimento e estudo sobre isso. Nos mantínhamos também com o que papai conseguia vender fruto do trabalho no terreno do interior, tínhamos uma pequena venda na cidade, na época chamávamos de taberna. Foi no ensino médio que também descobri minha paixão pela arte de um modo geral, gostava de declamar poemas, atuar e dirigir peças e filmes, recordo-me que produzimos um filme no

terceiro ano do Ensino médio, baseado na produção que a Rede Globo fez sobre o livro Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto, uma obra poética importantíssima e muito reconhecida na literatura brasileira, principalmente por seu caráter crítico as injustiças contra o povo nordestino, que sofre com a aridez da terra e as privações impostas ao Sertão. Segue um trecho da obra escrita em 1954 e 1955:

*“E se somos Severinos  
iguais em tudo na vida,  
morremos de morte igual,  
mesma morte Severina:  
que é a morte que se morre  
da velhice antes dos trinta,  
de emboscada antes dos vinte,  
de fome um pouco por dia...”*

Sinto- me também no dever de citar a música de Chico Buarque de Holanda “Funeral de um lavrador” que foi inspirada na obra em questão, e que na época do ensino médio eu não entendia a força que essa canção possui no que diz respeito a luta pela Reforma Agrária no Brasil, uma das principais bandeiras de luta dos Movimentos Sociais de Trabalhadores Rurais, inclusive o MST (Movimento de Trabalhadores Sem Terra). O poeta João Cabral de Melo Neto retrata de forma bastante triste o momento em que o trabalhador consegue seu pedaço de Terra- com a morte, em uma cova.

*Esta cova em que estás, com palmos medida  
É a conta menor que tiraste em vida  
É a conta menor que tiraste em vida  
É de bom tamanho, nem largo nem fundo  
É a parte que te cabe deste latifúndio  
É a parte que te cabe deste latifúndio  
Não é cova grande, é cova medida  
É a terra que querias ver dividida  
É a terra que querias ver dividida  
É uma cova grande pra teu pouco defunto  
Mas estarás mais ancho que estavas no mundo  
Estarás mais ancho que estavas no mundo  
É uma cova grande pra teu defunto parco  
Porém mais que no mundo te sentirás largo  
Porém mais que no mundo te sentirás largo  
É uma cova grande pra tua carne pouca  
Mas à terra dada, não se abre a boca  
É a conta menor que tiraste em vida  
É a parte que te cabe deste latifúndio  
É a terra que querias ver dividida  
Estarás mais ancho que estavas no mundo  
Mas à terra dada, não se abre a boca*

A canção traz uma importante reflexão acerca da realidade de grande parte dos trabalhadores rurais brasileiros, onde se é negado o direito a terra e a produção, com a divisão injusta desses espaços, deixando estes apenas nas mãos dos grandes latifundiários donos do Capital. Cabe ainda ressaltar a importância da música e da dramaturgia nas aulas de Língua Portuguesa que recebemos na Educação Básica, elas tornam as aulas mais dialógicas e significativas para os alunos, que podem usar da criatividade para aprender e expor sobre determinado assunto.

Entre na Universidade Federal do Amazonas pelo Processo Seletivo Contínuo (PSC), escolhi o Curso de Pedagogia, mas a priori não era uma das minhas mais entusiasmadas escolhas, devido ao fato de no ensino médio ouvir bastante que eu deveria fazer cursos como Direito e Medicina, meus professores sempre citavam a desvalorização dos docentes e o quanto a caminhada deles era árdua. Porém, não demorou muito para que eu descobrisse minha forte ligação com o mundo da educação, já cursando a graduação tive dois projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC aprovados, e fiquei pesquisando sobre Gestão Escolar e Legislação Educacional tanto em escola municipal como em uma escola estadual da cidade de Parintins. O ambiente acadêmico me proporcionou muitas experiências satisfatórias, como também formou a minha identidade como pesquisadora e profissional da educação, mas em meio a tantas descobertas e conquistas, tive a infelicidade de perder o meu pai na reta final da faculdade, o homem que sempre me incentivou a não parar de estudar, que frequentou a escola até o quarto ano das séries iniciais, mas entendia de cálculos matemáticos muito bem devido a sua experiência com o comércio, que me levava na escola quando eu ainda não podia ir e voltar sozinha, agricultor, imigrante nordestino, comerciante, assentado, um homem ímpar que deixou um bonito legado na minha formação como ser humano, dedico também a ele a minha trajetória e as minhas conquistas.

Escolhi o campo como território de pesquisa por acreditar na possibilidade de educação e vida digna nesses espaços, e por também atuar na luta junto a movimentos sociais e fóruns de Educação do Campo, tendo em mente a frase que fez com que meus pais saíssem do campo para conseguir vaga pros filhos nas escolas urbanas “o ensino rural é fraco”, somando-se a isso as longas distâncias para se chegar a escolas, a falta de materiais didáticos e recursos humanos, foram esses motivos que fizeram com que eu estudasse o ensino básico todo em escola urbana, mesmo querendo permanecer na comunidade que meus pais são assentados. Ainda na graduação escolhi como lugar de pesquisa para o TCC, as escolas do campo, e foi nesse período que minha ligação com esses territórios se tornara ainda mais fortes.

Mas já não era mais apenas uma história pessoal, eu já aprendera, de algum modo, que "o pessoal é político" e reconhecia em minha trajetória as tramas sociais, via-me constituída pelo social e também sua constituidora, percebia-me como pertencendo a grupos (de classe, de etnia, de sexo, de gênero). Talvez eu não "soubesse" disso tudo naquele momento ou não fosse capaz de dizê-lo desta maneira, mas esses "marcadores sociais" estavam lá (LOURO, 1997, p. 09).

O campo é um território marcado por lutas, que sobrevive em meio a hegemonia de um sistema capitalista que atende os moldes neoliberais de governo, mas também é lugar de vida e (re) existências nas mais diversas esferas da dimensão social, são populações que carregam no peito as marcas do esperar de Paulo Freire, e acreditam no enfrentamento a todas as formas de opressão. “[...] queremos destacar a compreensão de que o campesinato é a classe social que sobrevive e se recria na história, [...] sendo também classe de atuação e organização social, [...] resistindo e sobrevivendo como modo de produção contra o capitalismo que açoita nossa contemporaneidade. [...]” (SILVA; SANTOS, 2020, p. 63).

Fora da Universidade me uni ao Feminismo que conheci nas ruas e nos espaços acadêmicos, montei junto a outras jovens como eu, um coletivo de Mulheres “União das Mulheres de Parintins” (UMPIN), onde atualmente sou coordenadora e realizamos ações voltadas tanto no âmbito da Universidade, como nas periferias da cidade, no intuito de fortalecer a luta feminista. Também me aliei ao Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Águas e das Florestas Paulo Freire (FOPINECAF), e foi em uma das ações realizadas em uma comunidade rural do município onde moro que encontrei minha temática de pesquisa, eu sentia a necessidade de também atuar junto das mulheres do campo, de ouvir suas vozes e fazer com que elas fossem ouvidas. Foi a partir disso que iniciei minha caminhada para ingressar no mestrado, aprofundando ainda mais as leituras sobre as questões feministas e sobre educação do campo, construindo esse projeto de pesquisa que foi aceito pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, mas que também com muito esforço foi aceito em dois outros processos seletivos para mestrado.

Meu ingresso neste curso de pós graduação foi também um desafio de encontrar o meu lugar na pesquisa e nos espaços do campesinato, foi uma forma que encontrei de me reconectar com minhas raízes, raízes que hoje formam teias de atuação e militância, que forjam estratégias de resistência no seio do Feminismo e da luta de classes, que se conecta com a criança que viveu de acordo com o tempo das águas e das florestas, que conhece e se reconhece como mulher, como luta, como pesquisadora, como profissional da educação.

Compreendo a necessidade da minha pesquisa não somente como minha, mas também uma necessidade coletiva que pauta princípios para a construção de uma sociedade mais justa.

As questões que tive lá atrás no chão das comunidades quando as visitava com o Fórum de Educação do Campo, meu contato com as mulheres camponesas, inclusive as ribeirinhas, e todas as inquietações e estranhamentos se materializaram no meu tema/objeto de pesquisa, e com as quais tenho debatido incessantemente todos os dias. O ingresso e a vivência do mestrado e da pesquisa em meio a pandemia da covid-19 foi um grande desafio, as perdas humanas e o luto vivenciado pelos colegas e pela Universidade de modo geral trouxe a tristeza e as dificuldades para seguir essa caminhada. A luta diária para sobreviver e proteger os seus em meio a um governo negacionista, anti-ciência que atrasou a vacina e dificultou de diversas formas que os protocolos estipulados pela Organização Mundial de Saúde- OMS fossem seguidos, resultando na perda de mais de 600 mil pessoas, todas elas tendo suas histórias, sonhos e lutas interrompidos. Não foi um período fácil, o cansaço mental das notícias ruins, das incertezas e do medo de perder quem amamos, ou até mesmo de contrair a covid-19 e ter que enfrentar hospitais lotados e com pouca infraestrutura, principalmente nos interiores da região nos assolava diariamente, a pouca esperança que nos restava estava na ciência e na descoberta de uma vacina que pudesse prevenir desse vírus até então desconhecido e na maioria dos casos mortal.

Para que as disciplinas fossem cumpridas, as aulas ocorreram virtualmente, por plataformas como: Google Meet, Google Sala de Aula, Zoom, WhatsApp, etc. Formas encontradas para tentar diminuir a distância social provocada pela pandemia e também para não atrasar o cronograma das aulas. A tecnologia nesse aspecto, contribuiu bastante para que déssemos seguimento aos trabalhos, mas não amenizou a falta que a convivência diária e presencial nas salas de aulas e nos corredores da Universidade causou, inclusive ainda tenho colegas que conheço somente de maneira virtual. Além disso a pandemia escancarou as desigualdades sociais e o abismo que separa as classes menos favorecidas das classes mais favorecidas, o acesso a bens tecnológicos como a internet, ocorre de maneira assimétrica em nosso país, deixando muitas populações, inclusive as que residem nos espaços do campo, das águas e das florestas à mercê de diversas problemáticas relacionadas ao acesso e uso da internet para o ensino remoto, isso também esteve refletido em muitas das aulas da pós graduação, onde os colegas de diversas localidades e interiores dessa Amazônia encontravam dificuldades para permanecer nas aulas, com conexão instável, caindo por diversas vezes a rede, e apresentando problemas para se conectar novamente.

A maior dificuldade dos estudantes para o acesso as atividades, segundo os professores, é o fato de não possuir internet em casa, [...]. Posteriormente, a internet de baixa qualidade e o compartilhamento de equipamentos com outras pessoas, são

problemáticas que permeiam o ensino a distância, no campo e na cidade. Contudo, como já salientado [...], segundo dados do IBGE, em 2017, os percentuais de acesso à internet no campo foram mais baixos que na cidade, logo, as desigualdades no acesso as atividades a distância se tomam ainda mais evidenciadas na zona rural. (MOREIRA; SOARES, 2021, p.66)

Isso tudo me deixou com certo receio de não poder realizar a pesquisa de campo, devido à instabilidade dos casos de covid-19, o Amazonas em especial a cidade de Manaus viveu de maneira desesperadora a segunda onda da pandemia, o descaso do poder público com a falta de oxigênio, hospitais lotados e muitas mortes diárias afetaram diretamente a vida das pessoas e o funcionamento das instituições. No entanto, de maneira cautelosa e seguindo todos os protocolos de segurança, segui com a pesquisa de Campo, adotando os cuidados necessários para não causar nenhum transtorno aos sujeitos escolhidos para a pesquisa, tais esforços se materializaram nestas linhas aqui tecidas e concretizaram este estudo.

Finalizo esse memorial e dou seguimento a essa dissertação com a curiosidade e as palavras de Paulo Freire (1987) “Aos esfarrapados do mundo, e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas sobretudo, com eles lutam

## INTRODUÇÃO

Esse estudo surge de uma inquietação pessoal a partir do meu envolvimento com um coletivo de Mulheres e um Fórum de Educação do Campo do qual participo até os dias atuais, e que me fizeram sentir a necessidade de repensar o lugar e o protagonismo da mulher do rural em relação as lutas por uma educação do/no campo. Sendo pedagoga de formação e militante de um coletivo feminista e de outros coletivos, inclusive fóruns de Educação do campo, atuo em meio a escuta e o diálogo com esses sujeitos, através de rodas de conversas e reuniões que ocorrem nas diversas comunidades rurais do município de Parintins-AM. E foi numa dessas rodas de conversas que o tema/objeto deste trabalho surgiu, retomando minhas raízes com o campo e incluindo a luta feminista e antirracista nestes espaços.

É importante salientar que esta pesquisa está diretamente ligada ao Projeto Guarda Chuva coordenado pela Professora Doutora Iolete Ribeiro da Silva, tendo como título “Os significados das trajetórias de escolarização de jovens estudantes amazônidas”. O Projeto de Cooperação Acadêmica entre UFAM-UnB-UNIR tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento dos programas de pós-graduação na região amazônica, PPGPSI/UFAM e MAPSI/UNIR e a consolidação da colaboração científica entre as equipes, tendo por referência os estudos voltados aos processos de desenvolvimento humano e educação em contextos socioculturais específicos, na região amazônica brasileira. Sendo assim, vai de encontro às análises que serão tecidas a partir de professoras e estudantes de duas escolas do Assentamento de Vila Amazônia: Escola Municipal Tsukasa Uyetsuka na comunidade de Santa Maria e Escola Municipal Santa Clara na comunidade de Santa Clara do Jaurí.

Sabe-se que o campo possui diversos marcadores de marginalização e processos excludentes por parte dos governos, que foram e ainda são ineficientes em relação ao atendimento das particularidades das populações residentes nesses espaços como por exemplo, ações paliativas e compensatórias para suprir as taxas negativas educacionais do país, baixo investimento para pequenos produtores, má distribuição das terras, ideia de que o campo sempre esteve ligado a mão de obra barata, entre outros. É devido a esses marcadores, que sempre relegaram o campo a um lugar de esquecimento no país, que estratégias e movimentos articulados por uma vida digna e de qualidade social foram aparecendo e se consolidando. No entanto, ao pensar as estratégias de articulações de sindicatos e movimentos sociais, faz-se necessário compreender a importância das questões de gênero, da assimetria entre homens e mulheres que fazem parte da história de nossa sociedade, dando visibilidade à atuação das mulheres, e possibilitando que estas ocupem espaços que até pouco tempo estavam constituídos

apenas pela presença e dominação masculina. As questões de gênero, raça e classe estão intimamente ligadas e é a partir delas é que se constituem as mazelas sociais que conhecemos em nosso cotidiano, fato ainda mais presente nas populações que residem no campo.

É partindo desses entendimentos que a problemática desta pesquisa se dá, uma vez que o Patriarcado Capitalista, sistema vigente em nossa sociedade, autor das desigualdades não só de gênero, como de raça e classe, vem tecendo e invisibilizando a história das mulheres. Por isso é importante entender como as disparidades entre homens e mulheres se desenham nos espaços campestres, com temporalidades e culturas próprias. Se por um lado as mulheres são sobrecarregadas pelo trabalho doméstico, com a maternidade e nas lavouras, por outro, essa jornada de trabalho é subestimada e invisibilizada, sendo reconhecida apenas como uma “ajuda” a seus companheiros. A partir das reflexões aqui tecidas e estando diante de uma sociedade que é estruturada em um sistema Capitalista, Patriarcal e Racista, como essas mulheres se organizam para enfrentar esses obstáculos e lutar por uma educação de qualidade social nesses espaços, que esteja vinculada com a realidade dos sujeitos do campo, das águas e das florestas?

É a partindo desse questionamento que se pretende compreender como a mulher amazônica tem escrito sua história nos espaços do campo, das águas e das florestas, bem como procura compreender como os processos educativos têm se constituído nas escolas presentes nesses territórios, se esses processos englobam as lutas antirracistas e feministas tão necessárias a construção de uma sociedade mais justa.

Faz-se necessário ainda, explicitar o conceito de protagonismo que utilizamos nesta pesquisa, que está diretamente ligado à militância/ativismo das mulheres frente aos movimentos sociais, à atuação delas para dar visibilidade as suas jornadas, à luta diária por melhores condições de vida, permanência no campo, ao direito pela terra e por uma educação que tenha a cara de sua população, conectada com a realidade e identidade desses povos. De acordo com o dicionário online de Língua Portuguesa (2023), militância significa “Prática da pessoa que defende uma causa, busca a transformação da sociedade através da ação: militância política, social, estudantil; Característica da pessoa militante, de quem milita, defende uma causa; Quem participa ativamente a favor de um ideal político ou social.” Da mesma forma, o significado de ativismo refere-se a “transformação da sociedade por meio da ação prática.” Sales, Fontes e Yasui (2018, p. 567) define militância e ativismo como “[...] metodologias para produzir ações coletivas a fim de intervir/ interferir nas normas sociais vigentes.” Sendo assim, o protagonismo que buscamos compreender nessa pesquisa está associado nas práticas e ações cotidianas das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia, na forma que elas procuram mudar a realidade

que estão inseridas e nas lutas que travam por melhores condições de vida nesses espaços, mesmo que ainda o façam de maneira inconsciente.

O sistema Moderno/capitalista/Patriarcal/Racista faz com que a luta das mulheres camponesas seja negada, pois através dos processos de socialização que pertencem a essa cultura maior e que designam os papéis que homens e mulheres vão desempenhar na sociedade, acabam por fomentar um apagamento das jornadas que estas mulheres realizam nos espaços do campo, em vista disso, o protagonismo que aqui buscamos também se pauta nos ensinamentos de Freire (1997), em reconhecer os esforços dos esfarrapados e esfarrapadas do mundo, em trazer os saberes de homens e mulheres do rural, à luz de uma educação que se pauta na luta e na inquietação dos oprimidos e oprimidas de nossa sociedade.

A discussão a que se propõe esta pesquisa está ligada à busca por entender como ocorrem as relações de enfrentamento ao machismo e às opressões vividas diariamente pelas mulheres do campo, a luta destas por reconhecimento, igualdade, educação e vida digna nos territórios que vivem. Apesar dos esforços femininos em garantir cidadania no Campo, as mulheres ainda precisam provar que seu trabalho não está ligado somente à maternidade e aos cuidados com a casa, mas que atuam ativamente no desenvolvimento econômico desses lugares e protagonizam histórias de luta. A divisão sexual do trabalho no campo ainda se encontra ligada a uma cultura maior que privilegia os homens com espaços de poder e as mulheres sendo destinadas ao ambiente doméstico e reprodutivo, o que resulta na invisibilidade das duplas e até triplas jornadas recaídas sobre os ombros femininos.

É nesse contexto de protagonismo *versus* invisibilidade, que esta pesquisa se justifica, uma vez que, pensar os caminhos da mulher do rural, sua atuação frente aos movimentos e sindicatos é de fundamental importância para que haja a visibilidade que elas merecem. Além do interesse pessoal da pesquisadora, que tem uma trajetória de vida vinculada ao Campo e que mesmo sendo filha de pais agricultores, assentados, precisou sair desses espaços em busca de melhores condições de ensino e aprendizagem, pois havia aquela ideia de que o “estudo no campo era fraco”, este tema é relevante no contexto atual, onde tantos retrocessos foram vivenciados com o avanço da extrema direita no país, por mostrar a necessidade de confrontar uma sociedade que ainda se mantém ligada a um sistema Patriarcal, capitalista, machista, racista, classista e sexista, que silencia, oprime e exclui, pesando principalmente nos ombros femininos. No que diz respeito à bibliografia pesquisada, ainda se percebe certa dificuldade em encontrar estudos sobre a mulher do Campo, suas histórias, suas lutas, seu protagonismo, marcadas pelo sistema capitalista neoliberal que tem avançado e trazido diversos retrocessos aos espaços Amazônicos, tal afirmativa explanada na revisão integrativa que foi realizada nesse

trabalho, mostrando as disparidades referente as publicações presentes em três bancos de dados da internet, onde não foi encontrada nenhuma publicação referente ao protagonismo das mulheres do campo na região Norte.

O objetivo geral desse trabalho é compreender o Protagonismo das Mulheres do Assentamento de Vila Amazônia no Município de Parintins-AM na luta por uma Educação do Campo. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: 1) Identificar as trajetórias de vida das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia; 2) Identificar as estratégias e articulações de luta das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia para a consolidação de uma Educação do/no Campo 3) Evidenciar as contribuições e os esforços das Mulheres do Assentamento de Vila Amazônia na luta por uma Educação do/no Campo.

Esta dissertação se encontra dividida em 04 Seções interrelacionadas: SEÇÃO I: As trilhas teórico- metodológicas da pesquisa, que traz um apanhado do percurso que foi seguido o enfoque teórico- metodológico que norteou essa dissertação, bem como apresenta de forma contextualizada o território da pesquisa, os sujeitos que contribuíram com este trabalho, e os procedimentos utilizados para coleta e análise dos dados. A SEÇÃO II – Mulheres, Protagonismo, Lutas e Resistências, faz um apanhado geral da luta das mulheres no país, mas também direciona, buscando trazer um pouco da história da luta das mulheres camponesas, e dessa luta no contexto das Amazônias. A SEÇÃO III- Que escola do campo? Desenhando caminhos para a superação das desigualdades; procurou abordar o tipo de escola que se pretende para o campo, uma escola que abranja as lutas feministas e antirracistas, que traga para a dialética da sala de aula as questões de gênero e desse modo possa trilhar um projeto educativo mais humanizado e conectado com a realidade desses territórios e de seus sujeitos. A última seção, SEÇÃO IV - O Caminho da Pesquisa: o protagonismo das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia, perspectivas sobre trabalho, família, educação, lutas e desigualdades de gênero, traz o trabalho de campo realizado com os sujeitos dessa pesquisa, abordando a narrativa das mulheres do campo, suas trajetórias e desafios e atuação nos espaços do campo.

O cenário político atual apresenta-se em grande dificuldade devido à retirada e ao retrocesso de direitos básicos conquistados ao longo dos anos, fomenta a necessidade de investigar os desafios enfrentados pelas mulheres camponesas, e como suas lutas têm sido apagadas por um sistema que não as reconhece como protagonistas e donas de suas histórias. Do ponto de vista social espera-se que esta pesquisa possa contribuir com os interessados em dialogar sobre gênero, raça, luta feminista e educação do campo nos espaços amazônicos, reafirmando a necessidade de discutir sobre a problemática aqui exposta, além de estimular outras discussões pertinentes a este assunto.

## SEÇÃO I- AS TRILHAS TEORICO- METODOLÓGICAS DA PESQUISA

### 1.1. ENTRE RIOS, FLORESTAS E CAMPOS: CONTEXTUALIZANDO O TERRITÓRIO DA PESQUISA

*“Um povo de fibra cultiva a sua vida  
Em poesias inundada de esperança  
Das águas douradas do rio Amazonas  
Beijam várzeas e sementes de bonanças [...]   
Na Vila Amazônia a jutecultura resplandeceu...”*

*(Toada Boi Garantido: Povo de Fibra,  
Composição: Demetrios Haidos, Geandro Pantoja, Jacinto Rebelo)*

A contextualização dos diferentes territórios presentes na região Amazônica é de fundamental importância para a comunidade acadêmica, que tem nisso uma oportunidade de compreender as reais necessidades desses lugares, inclusive no que tange a educação ofertada, é elementar trabalhar a Amazônia em sua pluralidade e diversidade que são suas características fundamentais. Existe uma diversidade de “Amazônias”, que devem ser reconhecidas e retratadas nas pesquisas, no entanto, quando essas pesquisas se voltam para os espaços do campo, das águas e das florestas é notório as lacunas existentes, resultado de anos de exploração, apagamento e estereótipos construídos no seio da história desse país.

A Amazônia apresenta como uma de suas características fundamentais a heterogeneidade, que se expressa nos vários aspectos: socioculturais, ambientais, produtivos e isso de forma direta suscita um conjunto de questões a serem consideradas por ocasião da elaboração de políticas e práticas curriculares para que sejam afirmadas as identidades culturais das populações que vivem na região (HAGE, 2011, p. 01).

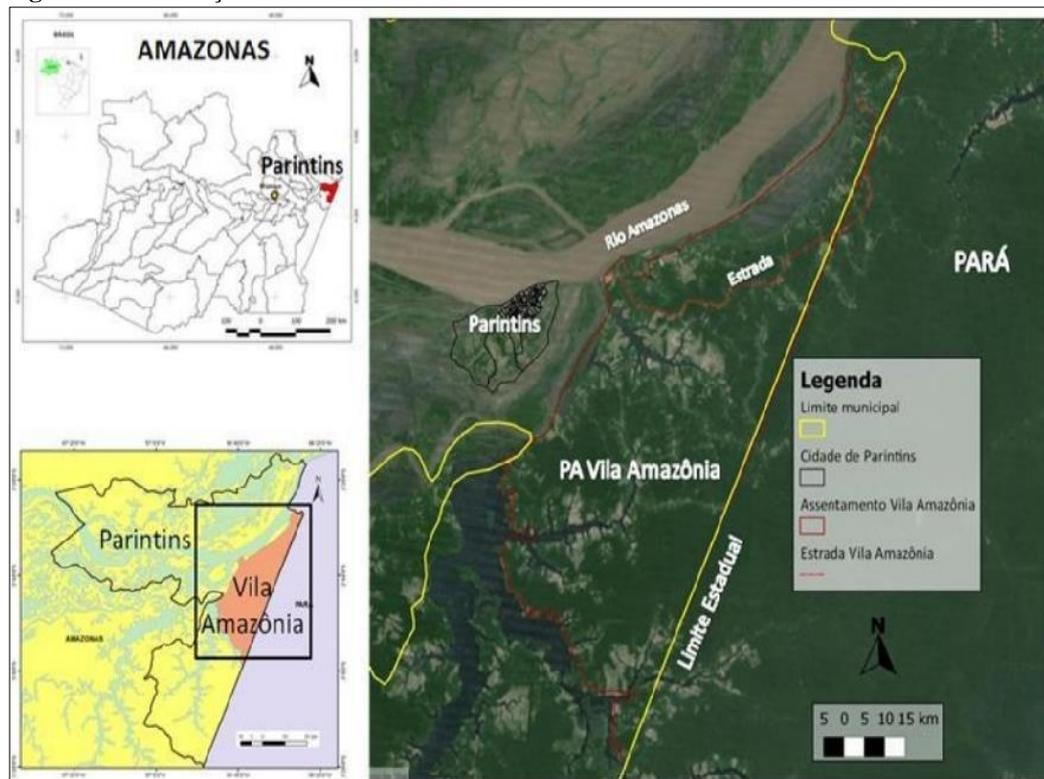
Nessa vastidão de Campos, Florestas e Rios presentes na Amazônia encontra-se a cidade de Parintins-AM<sup>4</sup>, uma cidade marcada pelos traços culturais, políticos e econômicos herdados da mistura plural dos Portugueses, espanhóis, italianos e também dos japoneses, tendo em vista que a cidade possui uma relevante colônia desses imigrantes que trabalharam por essas terras, inclusive no plantio da juta. Na formação histórica a demografia da cidade é o resultado da

---

<sup>4</sup> Município brasileiro no interior do estado do Amazonas, pertencente à mesorregião do Centro Amazonense e microrregião do mesmo nome, localizando-se no extremo leste do estado, distanciando cerca de 369 quilômetros da capital Manaus, sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020 foi de 115,363 habitantes, sendo o segundo município mais populoso do estado do Amazonas. Sua área é de 5.952 km<sup>2</sup>, representando 0,1545% da Região Norte brasileira. (IBGE, 2021)

miscigenação das três etnias básicas que compõem a população brasileira: o índio, o europeu e o negro, formando assim, os “caboclos” dessa região<sup>5</sup>. Um pouco distante da zona Urbana do município encontra-se o Assentamento de Vila Amazônia, “As terras que compõem o PA Vila Amazônia compreendem uma área de aproximadamente setenta e oito mil hectares, localizados à margem direita do Rio Amazonas e do Paraná do Ramos [...] A chamada Gleba de Vila Amazônia é composta por muitas comunidades que se interligam por estrada.” (TAVARES, 2016, p. 13).

**Figura 2:** Localização do Assentamento Vila Amazônia



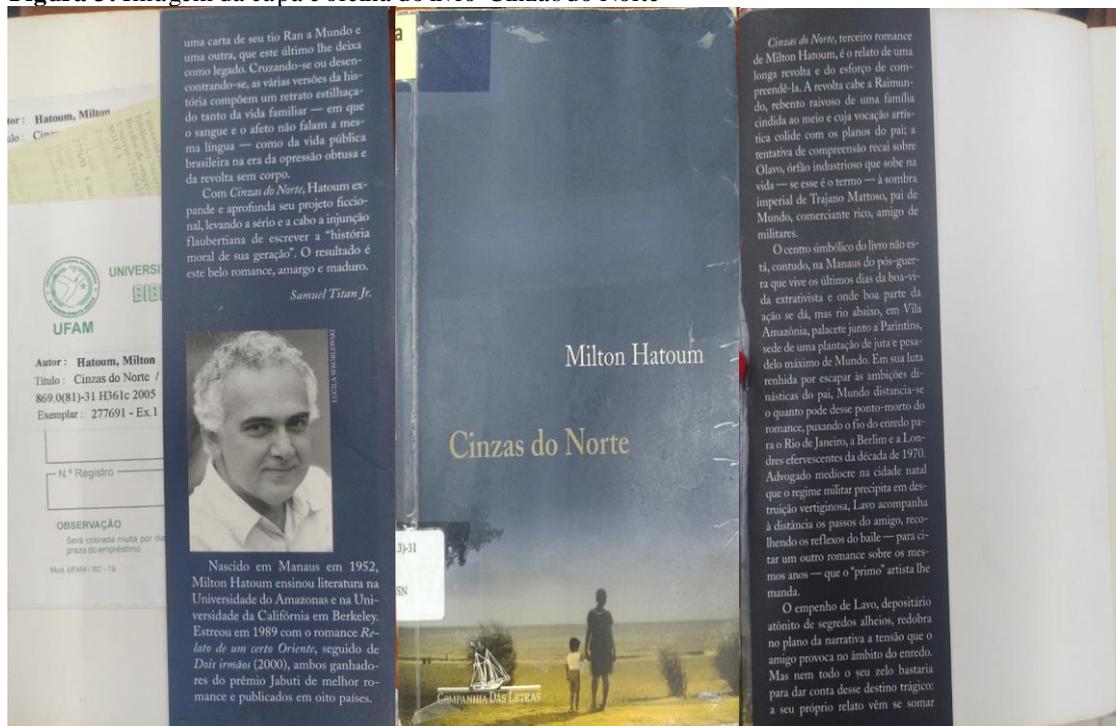
**Fonte:** IBGE (2010); CPRM (2010), organizado por JD Azevedo Filho

Historicamente a Vila Amazônia foi palco de um dos processos de colonização da Amazônia, representando grande destaque na produção de juta, junto a exploração das populações indígenas e de imigrantes japoneses, as ruínas do casarão J.G. Araújo ainda presentes na entrada que dá acesso ao Porto destaca o período colonial e dá enfoque a desigualdade do grande palacete frente as outras construções, o sistema econômico pouco se diferenciava daquele conhecido sistema de “aviamento” no período “áureo da borracha”. “As

<sup>5</sup> Cabe destaque especial na formação da identidade do parintinenese citar a chegada dos imigrantes japoneses, formando-se uma cultura singular, que caracteriza a população da cidade, inclusive com grande participação na formação e desenvolvimento da Vila Amazônia, trabalhando diretamente com a Juta.

condições de trabalho eram péssimas. Submetidos à água fria por longos períodos de tempo, os trabalhadores expunham-se também ao risco de ataque por animais encontrados nos rios e ficavam vulneráveis a muitas doenças.” (BECKER; LIMA, 2013, p.92) Inclusive tal cenário é parte da obra vencedora do prêmio Jabuti de Literatura, do autor Milton Hatoum, *Cinzas do Norte* (2005). Um romance com grande destaque, uma vez que permite olhar mesmo que timidamente para a Amazônia de forma decolonial, o autor através dos personagens busca apresentar o indígena diferente da alegoria apresentada em tantas obras firmadas pelo olhar do colonizador, desmitificando a figura do indígena selvagem e incapaz. As diversas narrativas sobre a história da Amazônia não reconhecem suas populações, suas culturas e modos de se relacionar e produzir, o não reconhecimento da história e identidade de diversas comunidades tradicionais amazônicas representa o grande apagamento gerado pelo processo de colonização forçada, negando a resistência indígena e reafirmando os diversos estereótipos sobre essa região. Segue um trecho da obra mencionando a Vila Amazônia: “No oitavo mês de Gravidez, tua mãe pediu a Jano que adiasse uma viagem à Vila Amazônia.” (HATOUM, 2005, p. 215).

**Figura 3:** Imagem da capa e orelha do livro *Cinzas do Norte*



**Fonte:** Biblioteca da UFAM, 2022

Atualmente nesses espaços forma-se o Projeto de Assentamento da Vila Amazônia, que faz com que este território seja conhecido também como Gleba de Vila Amazônia, criado

através do processo nº 1443/96<sup>6</sup>, desapropriação por interesse social. Segundo informações do INCRA e da Câmara Municipal de Parintins, existem ao menos 2.253 famílias assentadas, divididas em 64 comunidades, no entanto, ainda correm em trâmite as questões de titularização das terras dessas famílias, que geram as inseguranças diante dos conflitos agrários. Recente agora em 2022, foram entregues uma boa quantidade de títulos dos terrenos de muitas famílias que vivem nessa região. A questão agrária no país possui várias lacunas, e está diretamente ligada ao capital e aos grandes empresários latifundiários do país, a luta pela terra perpassa a história de diversos camponeses e camponesas que precisam lutar pela permanência e vida digna no Campo, respeitando suas especificidades e modos particulares de viver.

O capitalismo se expande no campo através da renda territorial ao capital, ou seja, a terra é comprada para ser explorada ou vendida, onde o objetivo é sempre o lucro. Assim se explica os conflitos agrários já que os grandes latifundiários estão sempre em busca de vantagens financeiras, não se preocupando com as questões sociais. E os camponeses por sua vez estão em busca de melhores condições de vida para si e suas famílias. [...] (ROCHA; CABRAL, 2016, p. 84).

A divisão justa de terras no país vai contra ao projeto hegemônico capitalista que segue os ideais neoliberais e trata o campo como lugar somente para produção e geração de lucro, não compreende as relações sociais ali estabelecidas, nem os modos de produção que essas populações desenvolvem.

Para se chegar a Vila Amazônia, saindo da cidade de Parintins é necessário pegar balsa, no caso se deseja levar seu veículo próprio (moto, carro, bicicleta, triciclo, etc.), ou pode optar por pegar outro meio de transporte fluvial como barcos, rabetas, lanchas, bajaranas e outros, pois o acesso a Vila só se dá pelos rios. A estrada da Vila apresenta muitos buracos, trechos cheios de lama e pirraça, o que dificulta a vida dos moradores das diversas comunidades ali existentes, principalmente no que tange a escoação dos produtos.

A estrada de Vila Amazônia funciona como a principal rota para o escoamento da produção agrícola das comunidades localizadas na Agrovila. Essas vias são responsáveis também pelo acesso, dos moradores do campo, aos serviços básicos como educação, saúde e lazer disponíveis na cidade de Parintins. Contudo, uma grande extensão da estrada é composta por estradas não pavimentadas, ou como são

---

<sup>6</sup> Portaria MIRAD nº 1404 de 26 de outubro de 1988, com uma área de 78.270 hectares e, pelo Decreto nº 94.969 de 25 de setembro de 1987, Número 2092, Ofício 1º, Livro 02 – H, Folhas 159, Registro 001, data 02 de março de 1988, Comarca de Parintins/AM.

mais conhecidas, estradas de chão batido. A estrada principal é cortada por várias estradas vicinais sem pavimentação (SARMENTO; FILHO, 2017, p. 09-10).

**Figura 4:** Estrada da Vila Amazônia que dá acesso as outras comunidades



**Fonte:** Acervo da Autora

Porém, um fato que merece destaque é o porto da Vila, que foi construído e apresenta melhores condições de embarque e desembarque do que o próprio porto da cidade de Parintins-AM, que está fechado para reforma, abro aqui um parêntese para falar dessa obra que tem bastante tempo e não fica pronta, obrigando as pessoas a optarem por portos particulares, no qual, devem pagar um valor para entrar e sair com seus veículos, ou quando dependendo do período de cheia ou vazante, outros espaços ao redor da orla da cidade são utilizados para embarque e desembarque, todavia as condições para isso são bem precárias colocando em risco

o bem-estar das famílias que precisam fazer essas viagens e escoar seus produtos. A exemplo, as fotos do embarque na cidade de Parintins e no porto da Vila.

**Figura 5:** Locais ao redor da Orla de Parintins- AM, onde embarcam e desembarcam os moradores que precisam viajar para as comunidades rurais



Fonte: Acervo da Autora

**Figura 6:** Porto da Vila Amazônia



Fonte: Acervo da Autora

Essas dificuldades colocadas aqui são enfrentadas por diversos moradores das diferentes comunidades presentes no PA Vila Amazônia, que reclamam por conta da falta de infraestrutura

adequada para que possam ter acesso a zona urbana, bem como para fazer a venda de seus produtos na feira da cidade. Isso também se estende ao trabalho dos professores, gestores e coordenadores, que tem que enfrentar além dos problemas de estrutura física das escolas, dificuldades para chegar nesses espaços, as longas distâncias geográficas somadas as mudanças entre cheia e vazante e o descaso do poder público também interferem no caminho percorrido até as escolas. No entanto, segundo os moradores, o atual governo do Estado já disponibilizou junto a prefeitura o orçamento para pavimentação da estrada abrangendo a sede da Vila Amazônia até a comunidade da Valéria, fronteira com o estado do Pará.

## 1.2. OS SUJEITOS E O LÓCUS DA PESQUISA

A escolha dos sujeitos dessa pesquisa se deu mediante aos critérios do qual nos propomos responder em nossos objetivos, optando preferencialmente por mulheres, adultas, uma vez que estas já possuem uma trajetória firmada nesses espaços, sendo elas mães de alunos (as), professoras e estudantes da Alfabetização de Jovens e Adultos- AJA e EJA- Educação de Jovens e Adultos, também foram entrevistados três professores homens das escolas, pois nesse processo é importante também entrar em contato com a subjetividade masculina, sendo um professor da AJA, na Gleba de Vila Amazônia e dois professores da comunidade de Santa Clara, sendo um atuante das séries iniciais pelo turno matutino e um atuante das séries finais no turno vespertino. A análise referente a entrevista dos homens aparecerá nesse trabalho no corpo do texto, dialogando com este estudo de maneira geral, diferente das entrevistas das mulheres, que serão retratadas em um tópico específico.

Foram ouvidas quatro mulheres da Gleba de Vila Amazônia, duas estudantes da AJA, e duas estudantes da EJA, também foram ouvidas quatro mulheres da Comunidade de Santa Clara, duas professoras, sendo uma delas monitora de AEE- Atendimento Educacional Especializado e duas mães de alunos, moradoras da comunidade, ouvir os relatos desses indivíduos contribuiu significativamente com a problemática investigada dando forma e se materializando nos resultados apresentados neste estudo. É importante citar que na escola da Comunidade de Santa Clara, são somente cinco professores atuando, sendo uma monitora de AEE, já na Gleba de Vila Amazônia nas turmas de AJA e EJA são três professores atuando no turno Noturno, dois homens e uma mulher, a sala de aula da AJA é majoritariamente composta por mais mulheres que homens, já na sala de EJA, observei ser uma classe bem mista, com grande público feminino e masculino.

É importante ressaltar que este estudo seguiu todos os protocolos de saúde orientados pela Organização Mundial de Saúde- OMS em relação a pandemia da Covid-19, com o intuito de preservar e zelar pela vida de todos os envolvidos na pesquisa de campo. A pandemia da covid-19 reconfigurou a vida das pessoas e os processos educacionais, bem como deu outras dimensões as pesquisas de Campo, a pandemia não só tirou do ribeirinho e das populações do campo o afeto e a receptividade que se encontra ao adentrar as comunidades, como também trouxe o luto, devido a tantas perdas humanas.

Inicialmente a pesquisa seria no PA Vila Amazônia, mas por se tratar de uma extensa área composta por diversas comunidades rurais, delimitaremos esta pesquisa em duas comunidades específicas: Comunidade de Santa Clara do Jaurí, da qual me identifico como filha de lá, devido ter passado boa parte de minha infância e adolescência junto aos meus pais nos dois terrenos que existem, sendo um de terra firme e outro de várzea, que é de propriedade de nossa família até hoje, e a Comunidade de Santa Maria na Gleba de Vila Amazônia.

A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas, a escola Municipal Santa Clara do Jaurí, na qual funciona educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental no turno matutino, e no turno vespertino funciona com as turmas das séries finais do ensino fundamental. Segundo relato do coordenador os professores estão tentando conseguir trazer o ensino médio tecnológico para a noite na referida escola, devido os alunos daquela região precisarem se locomover até outras comunidades para terem acesso a essa etapa da educação básica, enfrentando longas distâncias geográficas. Trata-se de um prédio novo que segundo os professores está emprestado para a comunidade, uma vez que ainda não foi inaugurado pela prefeitura, fruto das reivindicações dos próprios comunitários, pois o prédio antigo era um barracão improvisado, que nos dias de chuva era impossível haver aula, molhava tudo. Foi devido a um grande temporal que teve na comunidade, na qual os alunos estavam na escola, que os professores filmaram a situação de calamidade e levaram até o poder público pedindo a construção de uma escola com melhor infraestrutura para atender os alunos. Esse relato dos professores sobre tal situação é recorrente nas escolas do campo, que em sua maioria resultam dos esforços e da luta coletiva para se manterem nas comunidades.

A típica caracterização da escola rural brasileira continua se reproduzindo nos dias atuais; mais que se imagina é comum encontrar escolas em condições precárias, improvisadas assim como educadores mal remunerados que se deslocam para escolas de difícil acesso, com práticas pedagógicas antagônicas ao contexto e à cultura do campo. Cenário que se reproduz há séculos com as marcas do abandono do setor público (VASCONCELOS, 2016, p. 21).

E essa realidade latente é comprovada com o relato dos professores da referida comunidade e pode ser percebida através das imagens abaixo, mostrando como era o antigo prédio da escola da comunidade que se realizou a pesquisa.

**Figura 7:** Prédio antigo da escola de Santa Clara



**Fonte:** Acervo da Autora

**Figura 8:** Prédio novo da escola de Santa Clara



**Fonte:** Acervo da Autora

A outra escola pesquisada, foi a Escola Municipal Tsukasa Uetsuka, um ambiente que conheço desde a minha pesquisa de TCC na graduação, funciona como uma escola nuclear atendendo a diversas comunidades próximas a Gleba de Vila Amazônia, pela manhã a escola atende as séries iniciais do ensino Fundamental, a tarde as séries finais do ensino fundamental e a noite funciona com o ensino médio tecnológico e turmas de AJA e EJA. A escola está

passando por uma transição e se transformando em um colégio cívico militar, inclusive o antigo gestor é um policial da cidade de Parintins, os professores relataram que a mudança foi boa, pois a escola passava por muitos casos de violência, alunos brigando, levando armas brancas para dentro da sala de aula, tal situação era ainda mais preocupante pelo fato da escola ser grande com espaços precários que ainda não foram reformados, não tendo muros ao redor, facilitando roubos e outros casos de violência.

Sabe-se que o avanço da militarização nas escolas teve incentivo direto do Governo Federal na gestão do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro, sendo um convênio entre as Secretárias de Educação e as Secretárias de Segurança Pública, dando espaços a monitores militares que estarão trabalhando com os alunos com as chamadas “metodologia dos colégios militares”.

[...] no modelo militarização os estudantes não são sujeitos, mas objetos de intervenção e alvos de mecanismos disciplinares de conformação e normalização. Assim cabe questionar se realmente seria esse o papel da educação que se espera na formação de jovens, marcada por sua submissão e pelo esvaziamento de sua capacidade de ação política (PINHEIRO, PEREIRA; SABINO, 2019, p. 681).

Sabe-se que a militarização das escolas não vai resolver o problema da violência, nem tampouco promover uma educação crítica e emancipadora nesses espaços, foi apenas um projeto ruim de um governo de extrema direita com total descaso pelas minorias. A ilusão de que as rondas policiais e os treinamentos de disciplina e ordem promovidos pelos monitores, que geralmente são policiais na escola pesquisada é só uma cortina que encobre os reais problemas educacionais. A escolas militares seguem um padrão rigoroso na escolha de seus alunos, é elitista e se fundamenta na ideia de excluir aqueles que não alcançam as médias estipuladas, fazem reservas de vagas e aplicações de provas e questionários para a escolha de seus alunos, “[...] isso revela um mecanismo de reprodução das desigualdades, visto que as demais escolas públicas recebem todos os seguimentos sociais num contexto político de subsequentes reduções dos investimentos públicos.” (PINHEIRO; PEREIRA; SABINO, 2019, p. 682) Abaixo segue as fotos da escola já em processo de transição para um colégio cívico militar:

**Figura 9:** Imagens encontradas na parede da escola Tsukasa Uetsuka



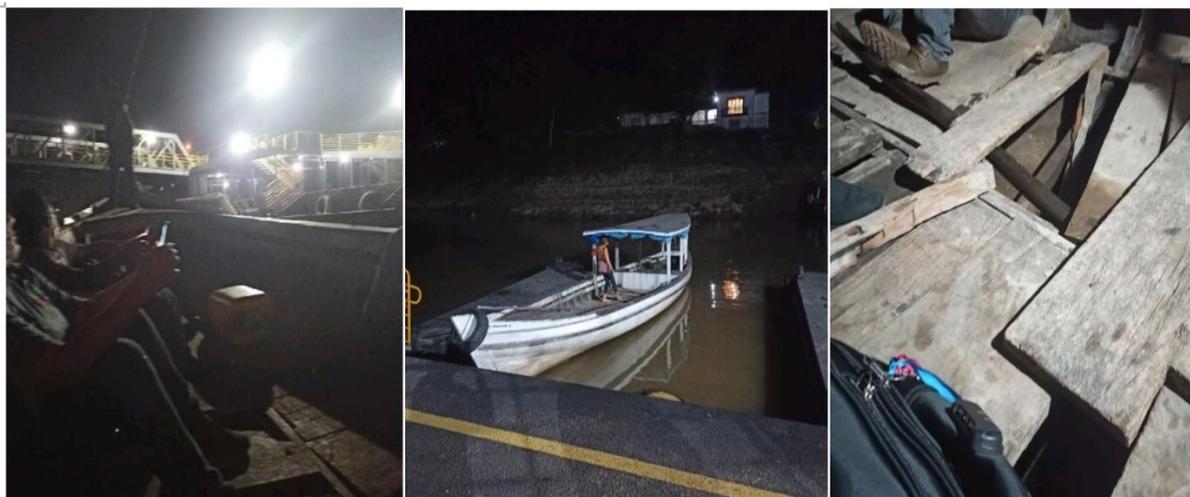
Fonte: Acervo da Autora

A pesquisa realizada na escola da Gleba de Vila Amazônia aconteceu pelo período noturno, pois é nesse horário que poderia acompanhar as turmas de AJA e EJA, tal experiência pode me proporcionar acompanhar um pouco da rotina dos professores que moram na cidade de Parintins-AM, mas precisam lecionar nas escolas do campo. No caso da escola Tsukasa Uyetsuka, como a travessia leva um tempo menor, os professores optavam por ir e voltar no mesmo dia. Então para cumprir a pesquisa, precisei voltar com eles, na ida eu pegava a balsa às 18h, chegava na Gleba de Vila Amazônia perto das 19h, encontrava com uma professora, que me ajudava a pegar o ônibus escolar e seguia para a escola. Na volta, eu me unia aos professores do Ensino Tecnológico e aos professores da AJA e EJA, pegávamos o ônibus escolar que nos deixava no porto, e de lá seguíamos em uma espécie de embarcação que eles chamavam de “canoão”, como a pesquisa ocorreu no período da Vazante, estava muito seco, e algumas vezes a canoa chegava encalhar, e fazíamos uma força tarefa pra desencalhar e seguir viagem, as vezes chegávamos perto da meia noite num local bem ruim de descer, um dos diversos portos improvisados na orla da cidade. Num relato de um dos professores registrado

em meu diário de campo, durante o período de observação, ele dizia que os obstáculos que eles enfrentavam por vezes o fazia querer desistir: “Eu já quis desistir dessa vida sabe professora? Não é fácil não, a gente que é professor do campo não é valorizado, a nossa classe não é né? A gente passa muita humilhação, é complicado demais.” (Diário de campo, professor da EJA, 2022)

Sabe-se que além da precária condição dos prédios escolares nos territórios camponeses, o professor enfrenta doses diárias de muitos desafios, falta de material pedagógico, a questão do transporte, alojamento, a solidão, e o difícil acesso as escolas, somado a grandes distâncias geográficas, por essas situações diversas, o professor do campo é um profissional sobrecarregado, que na maioria das vezes, ainda tenta apesar disso tudo, fazer um trabalho satisfatório. “[...] Na vivência da prática profissional e, ainda motivados por questões de sobrevivência, os professores do campo, na maioria dos casos, obrigam-se a brir mão da vivência familiar, do atendimento a saúde e de outros requisitos vitais. [...]” (VASCONCELOS, 2016, p. 31)

**Figura 10:** Imagem do “Canoão” dos Professores da Gleba de Vila Amazônia



**Fonte:** acervo da autora

No próximo tópico daremos destaque para explicar sobre o enfoque teórico-metodológico, o tipo de pesquisa e os procedimentos para coleta e análise de dados, sabendo que este é o passo que guiou todo o processo de pesquisa.

### 1.3. O ENFOQUE TEÓRICO- METODOLÓGICO, O TIPO DE PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS PARA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E ANÁLISE DE DADOS

Essa pesquisa se baseia no enfoque decolonial, para isso contaremos com os estudos de Boaventura Santos (2009) que tem como marca as Epistemologias do Sul e o Pensamento Pós Abissal, Maria Lugones (2008) que versa sobre um Feminismo Decolonial, Aníbal Quijano (2005) e Maldonado-Torres (2007) com a colonialidade do poder e do saber.

Os estudos pós-modernos abriram espaços para refletir que assim como houve uma hierarquização de culturas frente a outras, bem como uma dominação econômica, as epistemologias também foram suprimidas com o processo de colonização. Para Santos (2009) é necessário superar a ideia de um saber hegemônico oriundo da herança colonial que se assenta fundamentalmente em três formas de opressão: o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado. A história das ciências também pode ser vista pela lente colonial, que traz como ideal um conhecimento único que apaga e silencia outras formas e diversidades de saberes e experiências que sofreram com uma “epistemologia geral”. O processo de colonização que colocou a Europa como centralidade do mundo, invisibilizou outras culturas, outros povos e modos de ser, relacionar e produzir, deixando como marca o capitalismo.

A sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não encaixam em nenhuma destas formas de conhecer. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso (SANTOS, 2009, p.03).

As linhas abissais trazidas por Santos (2009) dividem a sociedade sobre aquilo que é visível e invisível, no caso das epistemologias vai dividi-las naquilo que é considerado ciência e aquilo que não é, nesse caso estabelece um saber-poder hegemônico, no qual populações e suas culturas são silenciadas, apagadas historicamente durante séculos de colonização, essa herança desigual ainda se faz presente na sociedade refletindo nos modos de pensar, ser e agir dos povos colonizados. Segundo Quijano (2005, p.123) o mundo “[...] que começou a formar-se com a América, tem em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo.” A colonialidade do poder que também é colonialidade do saber não se refere apenas a dominação econômica estabelecida pelos países do norte sob os países do sul, mas também na

impossibilidade desses povos colonizados gerarem conhecimentos reconhecidos no campo científico.

[...] la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza. Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo. La misma se mantiene viva en manuales de aprendizaje, en el criterio para el buen trabajo académico, en la cultura, el sentido común, en la auto-imagen de los pueblos, en las aspiraciones de los sujetos, y en tantos otros aspectos de nuestra experiencia moderna. [...] (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

O que o autor acima nos coloca é que mesmo depois de se conseguir a independência dos territórios subordinados aos seus colonizadores as relações estabelecidas pela lógica colonial continuam exercendo sua influência sobre esses povos, com a ideia de uma soberania racial, econômica e epistemológica. A ideia de povos primitivos e de povos civilizados é um debate que está no cerne da colonialidade, e por isso fundamenta este estudo, uma vez que os povos tradicionais que viviam na América foram invisibilizados, marginalizados em detrimento de uma cultura única, a cultura branca, europeia, cristã e heteronormativa. Contrapondo a isso buscamos nesta pesquisa dar visibilidade aos povos do campo, das águas e das florestas, inclusive no que tange ao contexto amazônico, no Amazonas e em Parintins. Esses povos que convivem diariamente com o tempo e os espaços da natureza possuem técnicas, saberes e experiências ancestrais que fundamentam sua vida nesses territórios.

A ecologia de saberes proposta por Santos (2009) é uma alternativa importante no cruzamento dos conhecimentos reconhecidos pela ciência e naqueles chamados saberes tradicionais, tão importantes para um ensino aprendizagem significativos nas escolas do campo: “Na ecologia de saberes cruzam-se conhecimentos e, portanto, também ignorâncias. Não existe uma unidade de conhecimento, como não existe uma unidade de ignorância. As formas de ignorância são tão heterogêneas e interdependentes quanto as formas de conhecimento.” (SANTOS, 2009, p. 27) A colonialidade ao suprimir as formas de saberes que não seja considerada ciência coloca a margem diversos conhecimentos oriundos dos povos tradicionais, inclusive no que se refere as Amazônias, sabemos que se trata de uma região plural, heterogênea, existe uma infinidade de comunidades tradicionais presentes nesses territórios, mas que não são reconhecidas, a Amazônia que a maioria das pessoas conhece é aquela contada pelo colonizador.

Ao propormos nessa pesquisa um estudo sobre o protagonismo das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia no Município de Parintins- Amazonas na luta por uma educação do campo, nos propomos também em compreender o enfoque decolonial pela perspectiva de gênero, e para isso mergulharemos no pensamento de Lugones (2008) que ao tecer uma crítica sobre o trabalho de Quijano, reconhecendo a importância deste, mas percebendo sua amplitude quanto as questões de gênero, mostra a necessidade de se pensar sobre a colonialidade a partir do “Sistema Moderno Colonial de Gênero” já que este sistema operou principalmente sobre os corpos das mulheres, inclusive as racializadas: mestiças, negras e indígenas.

Con la expansión del colonialismo europeo, la clasificación fue impuesta sobre la población del planeta. Desde entonces, ha permeado todas y cada una de las áreas de la existencia social, constituyendo la forma más efectiva de la dominación social tanto material como intersubjetiva. Por lo tanto, «colonialidad» no se refiere solamente a la clasificación racial. Es un fenómeno abarcador, ya que se trata de uno de los ejes del sistema de poder y, como tal, permea todo control del acceso sexual, la autoridad colectiva, el trabajo, y la subjetividad/intersubjetividad, y la producción del conocimiento desde el interior mismo de estas relaciones intersubjetivas. Para ponerlo de otro modo, todo control del sexo, la subjetividad, la autoridad, y el trabajo, están expresados en conexión con la colonialidad. [...] (LUGONES, 2008, p. 89).

Compreender e tecer reflexões sobre o processo de Colonialidade que perpassou toda América Latina, impondo costumes, crenças, culturas, saberes, economia e formas de poder em especial fazer um recorte disso na Amazônia é também olhar para a história das mulheres, se o conhecimento e a escrita eram negados aos homens de cor, as mulheres mesmo as brancas eram apenas meras reprodutoras da classe burguesa e também viviam em condições subalternas.

A descolonização do gênero pressupõe esclarecer a existência das diferentes condições que estão ao redor das mulheres. As mulheres burguesas e brancas e heterossexuais são vistas como meras reprodutoras da raça branca e da classe burguesa, mas são vistas como “sujeitos”, isso é, sua humanidade não lhe foi negada. Já as condições das mulheres não brancas apresentam-se como completamente outras, são vistas para satisfação do prazer sexual dos homens. Geralmente, são as mulheres erotizadas e vulgarizadas no imaginário masculino branco. As mulheres não brancas são vistas para saciar as fantasias sexuais do macho branco colonizador e sua humanidade é subtraída (ABREU; BEZERRA, 2021, p. 76).

Decolonizar é buscar novas alternativas para se pensar não só as relações sociais, mas também as epistemologias construídas até aqui, é pensar uma nova forma de conceber o conhecimento para além das amarras coloniais, é promover verdadeiramente uma pedagogia

decolonial que rompa com os ideais do sistema capitalista/moderno/colonial. Para isso optamos por fazer uma pesquisa de campo, visando a aproximação da pesquisadora com o contexto da pesquisa, sabendo que este é sempre um campo de possibilidades e de relações compartilhadas, compreendendo a importância da subjetividade dos sujeitos dentro das ciências humanas e sociais.

A opção pelo estudo qualitativo se deu porque essa abordagem consiste em uma relação entre o meio e o pesquisador, o objeto e o sujeito, permitindo um olhar mais completo sobre a realidade investigada. “Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais [...] (RICHARDSON, 2012, p. 80). Corroborando com este pensamento Minayo (2012, p. 623) afirma que a pesquisa qualitativa consiste “Num trabalho de campo profícuo, o pesquisador vai construindo um relato composto por depoimentos pessoais e visões subjetivas dos interlocutores, em que as falas de uns se acrescentam às dos outros e se compõem com ou se contrapõem às observações.”

É nesse sentido que esta pesquisa justifica como método de abordagem qualitativa, na medida em que se faz necessário trazer o contexto e os relatos dos sujeitos pesquisados, sabendo que estes não são quantificáveis. “Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados.” (MINAYO, 2012, p. 622)

Desse modo, para a produção de informações utilizou-se como técnica de pesquisa a observação participante “Na observação participante, o observador não é apenas um espectador do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado [...]” (RICHARDSON, 2012, p. 261). O pesquisador estará em contato direto com o ambiente e os sujeitos a serem pesquisados, a observação participante é a “[...] técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. (GIL, 2008, p. 103)

Também utilizamos a entrevista semiestruturada, que é uma técnica que parte de certos questionamentos básicos que interessam a pesquisa, um amplo campo de interrogativas que vão surgindo à medida que recebem as respostas do entrevistado (TRIVIÑOS, 2008). Esse tipo de técnica permite um diálogo mais flexível entre entrevistador e entrevistado, possibilitando uma interação e um esquema mais livre que pode ir sendo direcionado de acordo com as situações que forem surgindo no decorrer deste processo.

[...] a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. [...] A liberdade de percurso está associada especialmente à entrevista não estruturada ou não padronizada. [...] A entrevista semi-estruturada que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações (LUDKE, 1986, p. 34).

Outra técnica de pesquisa adotada é o diário de campo, comumente usado nas pesquisas para obter informações precisas sobre determinado grupo ou localidade pesquisada “[...] o diário de campo apresenta inúmeras possibilidades de utilização. [...] Nele, podem ser registradas tanto as perspectivas que o/a pesquisador/a tem ao iniciar a pesquisa como as diversas teias que envolvem cada momento, do campo de pesquisa/lócus ao diálogo com os escritos que emergiram das diversas observações.” (OLIVEIRA, 2014, p. 73-74). O diário de campo possibilita ao pesquisador descrever suas sensações a respeito do território de pesquisa e das relações ali desenvolvidas, bem como permite ao pesquisador anotar com fidelidade situações que possam fugir da memória posteriormente.

Os dados produzidos foram organizados em uma pasta, constando as transcrições das entrevistas realizadas, as anotações do diário de campo e da observação realizada nos dias que se esteve em campo. Tais dados foram organizados de modo a facilitar sua análise correlacionando-os com os critérios estipulados para a pesquisa. A análise dos dados coletados será descrita de acordo com a metodologia construtiva- interpretativa e conforme as teorias que fundamentam essa pesquisa:

O processo interpretativo é sempre a produção de um novo significado sobre eventos que, em seu relacionamento, não tem significados a priori. A interpretação das informações ocorre ao longo de toda a pesquisa e vai alimentando novas construções no processo. Cada pesquisador constrói e reconstrói o problema de pesquisa tecido pelas suas vivências e percepções sociais, históricas, culturais e, principalmente, epistemológicas, que é o que possibilita reconhecer a existência de um problema de pesquisa (ROSSATO; MARTÍNEZ, 2017, p. 344).

Diante disso, evidencia-se que essa pesquisa se constrói pelo encontro da pesquisadora com os sujeitos pesquisados, mas sabendo que isso também implica num encontro com diferentes universos e situações que estão interrelacionados em um determinado contexto, e assim vão dando espaços para novas percepções sociais num sistema complexo de relações.

A pesquisa qualitativa que assume os princípios da Epistemologia Qualitativa se caracteriza pelo seu caráter construtivo-interpretativo, dialógico e pela sua atenção ao estudo de casos singulares. O processo de construção teórica das configurações e processos subjetivos presentes na educação, tanto ao nível social, como individual, tem que ser desenvolvidos dentro da própria processualidade da constituição subjetiva

do sujeito, e dos processos sociais dentro dos quais sua experiência tem lugar. (GONZALÉZ REY, 2001, p. 04)

Os resultados aparecem desse modo de forma dialógica entre os sujeitos pesquisados e o pesquisador, que juntos constroem e reconstruem suas percepções acerca de determinado assunto. A metodologia de interpretação e a epistemologia qualitativa de Gonzalez Rey (2001) se fundamenta em três princípios básicos: 1) O caráter construtivo interpretativo do conhecimento – o processo de conhecimento se articula pela capacidade do pesquisador de organizar teoria e ideias próprias no processo de construção de informação que podem gerar novas construções de conhecimentos. 2) A atenção ao singular –ou seja o reconhecimento do valor do caso singular para a possibilidade de abrir novos caminhos de significação, a valorização do sujeito individual e concreto. 3) E o processo dialógico da pesquisa –sendo o diálogo um processo fundamental que se dá pelo engajamento dos envolvidos no processo da pesquisa (pesquisador e participantes).

O método construtivo interpretativo deu possibilidades para que esta pesquisa se desenhasse de maneira dialógica, permeando as construções e produções de dados durante o processo de campo, mas também ajudando com novas construções, novos significados daquilo que se observava ou das entrevistas realizadas. Desse modo, o emprego dessas técnicas permitiu produzir informações necessárias que foram analisadas de forma qualitativa e descritas nos resultados e discussões deste trabalho, respeitando as individualidades e particularidades dos sujeitos e mantendo os princípios éticos necessários a pesquisa em Educação.

#### 1.4. REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA SOBRE O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS NO PAÍS

Este trabalho de investigação científica foi estruturado a partir de um levantamento de publicações em três bancos de dados com o objetivo principal de identificar elementos presentes nos artigos encontrados sobre o protagonismo das mulheres na luta por uma educação do/no campo. O restante da pesquisa foi delineado a partir dos seguintes objetivos específicos: identificar a metodologia utilizada nos trabalhos encontrados nos bancos de dados; verificar quais regiões do país estão pesquisando sobre o protagonismo das Mulheres na luta por uma educação do/no Campo; analisar a contribuição dos resultados dos trabalhos encontrados nos bancos de dados para a educação do/no campo a partir do protagonismo das mulheres.

Para isso realizou-se uma revisão integrativa de literatura em três bancos de dados- Scielo, Dialnet e Periódico Capes utilizando os descritores “Mulheres Camponesas” AND educação OR “educação do campo” e “mulheres camponesas AND protagonismo AND “educação do campo”. Após a aplicação dos critérios de exclusão e inclusão e análise e leitura dos resumos, mantiveram-se doze artigos para exploração. Segundo Ercole, Melo e Alcoforado (2014, p.10):

A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento. [...]

Nesse sentido, é importante salientar o caráter científico e de organização que uma Revisão Integrativa deve ter, os dados devem ser criteriosamente selecionados, de modo a contribuir com o objetivo da pesquisa, seguindo passos específicos de procedimentos a serem realizados. Ou seja, “A revisão integrativa determina o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto [...]” (SOUZA; SILVA; CARVALHO, p. 103-104, 2010) Em suma o texto resultante desta revisão integrativa se estrutura nas seguintes sessões: A produção científica no país: apresentando os trabalhos encontrados a partir da metodologia adotada; Análise e resultados a partir do conteúdo dos artigos: contribuições para a superação das desigualdades sociais nos espaços do campo, das águas e das florestas; Questões de gênero e relações de poder na divisão sexual do trabalho no campo: desenhando um caminho conectado com a educação.

1.4.1. A produção científica no país: apresentando os trabalhos encontrados a partir da metodologia adotada

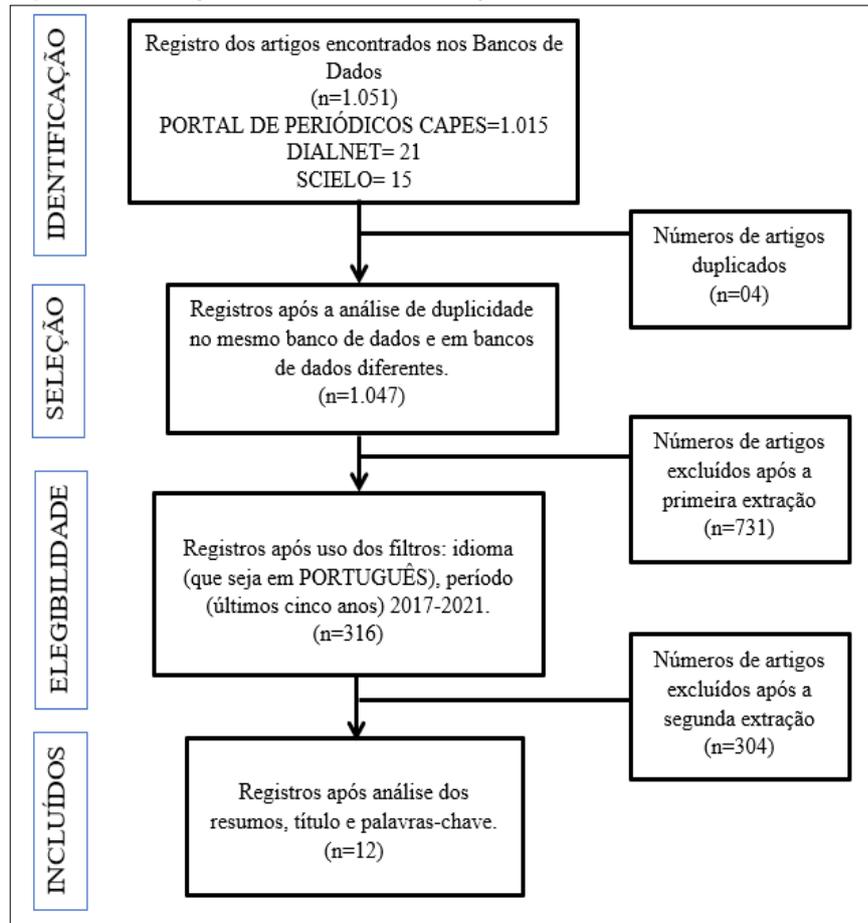
O levantamento dos trabalhos a partir da revisão integrativa de literatura se consolidou em um processo de análise qualitativa dos artigos encontrados. Nesta seção vamos apresentar o percurso metodológico adotado para se chegar aos doze artigos que restaram para serem analisados. Aplicando os protocolos específicos de busca na web encontrou-se inicialmente um total de 1.051 artigos com a string “mulheres camponesas” AND educação OR “educação do campo” nos três bancos de dados pesquisados. Utilizando uma outra string “mulheres camponesas” AND protagonismo AND “educação do campo”, foram encontrados apenas 03 artigos no banco de dados Periódicos Capes, sendo 02 em outros idiomas, apenas 01 em

Português, e este já havia sido encontrado na busca com a string anterior. Na Scielo e na Dialnet não apareceram resultados para a string mencionada. É relevante ressaltar também que outras strings foram testadas para atender as demandas da investigação pretendida, porém não obtiveram resultados satisfatórios.

Considerou-se como estratégia os seguintes critérios de inclusão: trabalhos que estejam no formato de artigo, trabalhos que estejam no idioma Português, publicações realizadas nos últimos cinco anos (de 2017 a 2021), pois é importante contemplar os avanços que possam ter ocorrido durante o tempo estipulado nessa pesquisa. Como critério de exclusão optou-se por: ser dissertação ou tese, ser anterior ao ano de 2017, artigos em outro idioma que não seja em Português. “É necessário que as etapas a serem seguidas estejam claramente descritas para a elaboração de uma revisão integrativa relevante [...] (BOTELHO et al., 2011)

Na primeira extração excluiu-se os artigos duplicados, trabalhos que fossem dissertação ou tese, os trabalhos anteriores ao ano de 2017, e os trabalhos que fossem em inglês ou espanhol. No Periódicos Capes a seleção foi mais minuciosa, pois foram encontrados muitos artigos que não tinham nenhuma relação com o tema investigado, ou seja, não possuíam algum conceito ligado ao que essa pesquisa se propõe, nem no título, nem no resumo e nem nas palavras-chave. Então com a primeira extração restaram 1.047 artigos, na segunda extração restaram 316 artigos e após a leitura integral dos resumos dos artigos restou somente os que de algum modo tivessem relação com gênero e os espaços do Campo. Totalizando ao final da seleção somente 12 artigos científicos para serem analisados.

É importante explicitar que o foco dessa pesquisa está no Protagonismo das Mulheres na luta por uma educação do/no campo, e que a escolha dos artigos para análise final esteve pautada em verificar alguma categoria, conceito ou assunto dentro dos trabalhos que pudesse ajudar a refletir e dialogar com a temática investigada. Abaixo segue o quadro fluxograma do processo de seleção dos trabalhos.

**Figura 11:** Fluxograma do Processo de seleção dos trabalhos encontrados

Fonte: ROLIM, Dalvina Teixeira, 2021

Para a análise dos trabalhos selecionados foi criado um Quadro incluindo o título, os autores, as palavras-chave, os objetivos, o ano, a região e o percurso metodológico, com o intuito de organizar melhor os dados encontrados para análise posterior e apresentação dos resultados.

**Quadro 1:** Trabalhos Selecionados para Análise no SciELO

Título	Autores (as)	Palavras-chave	Objetivos	Ano	Região	Percurso metodológico
<b>MULHERES CAMPONESAS, DISCURSOS E PRÁTICAS PARA OUTRO DESENVOLVIMENTO</b>	Adriana Samper-Erice e Flávia Charão-Marques	Gênero; Feminismo; Pós-colonialidade; Agricultura; Saúde.	Analisar as transformações nos papéis assumidos ou defendidos pelas mulheres, especialmente no que tange às suas práticas e às suas perspectivas sobre	2017	Sul	Pesquisa Etnográfica

			a agricultura e saúde.			
<b>INCLUSÃO DE MULHERES CAMPONESAS NA UNIVERSIDADE</b>	Wender Faleiro e Magno Nunes Farias	Educação popular – Educação do Campo, Gênero, Empoderamento.	Analisar como a inserção na licenciatura contribuiu para mudanças em suas vidas, no âmbito pessoal, familiar e social, e na transformação e superação das relações sociais patriarcais.	2017	Centro-Oeste	Pesquisa Qualitativa
<b>PERSPECTIVAS SOBRE O DIREITO DE PRODUZIR DAS CAMPONESAS</b>	Larissa Carvalho de Oliveira	Direito agrário; Território; Mulheres camponesas.	Caracterizar uma perspectiva de identidade camponesa, para discutir questões agrárias mediante considerações sobre algumas de suas protagonistas.  Reconhecer determinados processos que determinam a invisibilização do trabalho das mulheres do campo.	2018	Centro-Oeste	Estudo descritivo e analítico.
<b>PROCESSOS DE RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS: OLHARES PELA PERSPECTIVA DECOLONIAL</b>	Renata Borges Kempf e Josiane Carine Wedig	Mulheres camponesas, Perspectiva decolonial, Agroindústria familiar.	Analisar os efeitos na vida familiar e comunitária do protagonismo de mulheres camponesas em uma agroindústria familiar rural.	2019	Sul	Método qualitativo, Entrevista e Observação participante, registradas sistematicamente em diário de campo.  Estudo de caso
<b>AÇÃO COLETIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS: MULHERES CAMPONESAS NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES DO CAMPO,</b>	Andressa Bertonecello, Rosana Maria Badalotti e Maria Elisabeth Kleba	Movimento social; mulheres camponesas; saúde pública; política pública.	Analisar a atuação de um movimento social da Região Oeste catarinense no processo de construção de uma política pública que visa atender às especificidades e peculiaridades das populações do	2019	Sul	Abordagem Qualitativa  Técnicas de coleta de dados: observação participante, entrevista exploratória e grupo focal.

<b>DA FLORESTA E DAS ÁGUAS</b>			campo, da floresta e das águas na área da saúde.			
<b>MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E FEMINISMOS: PERCURSOS E DIÁLOGOS NA CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR</b>	Iolanda Araújo Ferreira dos Santos e Janaina Betto	Feminismo Camponês. Gênero. Campesinato Mulheres Rurais. Esperança.	Compreender como as mulheres camponesas organizadas politicamente têm procurado alternativas às desigualdades nas relações de gênero no meio rural e como têm pensado a construção do feminismo a partir de suas vivências no campo.	2021	Nordeste	Revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas e participação em eventos.

Fonte: ROLIM, Dalvina Teixeira, 2021

Aqui apresentamos os 06 artigos do Banco de Dados da Scielo que foram selecionados depois do processo de inclusão e exclusão explicados anteriormente. O Quadro 2 segue uma ordem cronológica do ano da publicação dos artigos, pois isso ajuda a situar melhor a evolução das pesquisas que estão sendo realizadas com a temática pesquisada, além de apresentar os objetivos das pesquisas, fator muito importante na hora da análise do conteúdo.

**Quadro 2:** Análise dos trabalhos Selecionados no Dialnet

<b>Título</b>	<b>Autores (as)</b>	<b>Palavras-chaves</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Ano</b>	<b>Região</b>	<b>Percurso metodológico.</b>
<b>AS NARRATIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS</b>	Zenaide Collet, Maurício Roberto da Silva	Movimento de Mulheres Camponesas. Crianças camponesas. Práticas educativas.	Refletir e analisar as narrativas das crianças do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) sobre as práticas educativas realizadas no interior desse Movimento Social.	2018	Sul	Dialética materialista
<b>É A PARTIR DESSA SEMENTINHA QUE NÓS VAMOS</b>	Mariateresa Muraca	Movimento de Mulheres Camponesas. Agroecologia. Sementes	Delinear a caracterização político-pedagógica da perspectiva			Etnografia colaborativa Os dados foram coletados por meio da

<b>AVANÇANDO. AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA (MMC/SC)</b>		Crioulas. Plantas Medicinais. Projeto Popular de Agricultura.	agroecológica encarnada pelo movimento, conjuntamente com as demais organizações da Via Campesina.	2018	Sul	participação-observante e 30 entrevistas narrativas com militantes, lideranças e coordenadoras, da análise da documentação, de seis grupos focais.
<b>O TRABALHO DAS MULHERES COSTUREIRAS NA ZONA RURAL DO AGRESTE PERNAMBUCANO</b>	Renata Milanês	Costura; Trabalho Domiciliar; Trabalho Doméstico; Relações de Trabalho e Gênero; Polo de Confeções do Agreste pernambucano	Analisar as relações sociais de trabalho e de gênero, a partir da inserção das mulheres camponesas na produção de roupas no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano	2020	Nordeste	Observação etnográfica, análise antropológica, coleta de dados através das experiências, narrativas e trajetórias e das categorias de pensamento das costureiras e/ou agricultoras.

Fonte: ROLIM, Dalvina Teixeira, 2021

No Banco de Dados Dialnet, restaram somente 03 artigos para serem analisados, o Quadro 3 apresenta por ordem cronológica de ano da publicação, respeitando os critérios estabelecidos para seleção e exclusão dos trabalhos.

**Quadro 3:** Análise dos trabalhos Selecionados no Portal Periódicos Capes

<b>Título</b>	<b>Autores (as)</b>	<b>Palavras-chaves</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Ano</b>	<b>Região</b>	<b>Percurso metodológico.</b>
<b>RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MEIO RURAL: INTERLOCAÇÕES COM O MOVIMENTO SOCIAL “MARCHA DAS</b>	Raquel Quirino Gonçalves e Soraia de Mello Guimarães	Divisão Sexual do Trabalho no Meio Rural, Relações de Gênero, Movimento Social.	Investigar a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero no meio rural, tendo como interlocução a Marcha das Margaridas, movimento social de base feminista, formado por mulheres do campo para se reafirmarem	2017	Sudeste	Pesquisa qualitativa Observações participantes, Entrevistas semiestruturadas e relatos de experiências

<b>MARGARIDAS”</b>			como cidadãos de direitos. Identificar e analisar, em seus limites, as contribuições do movimento na constituição da visão de mundo e na prática social dessas mulheres lavradoras participantes da Marcha no município de Porteirinha-MG.			
<b>RELAÇÕES DE TRABALHO, GÊNERO E GERAÇÃO DAS JOVENS CAMPONESAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA</b>	Sônia Fátima Schwendler Catarina Rielli Vieira Mariana Ribeiro do Amaral	Jovem camponesa. Trabalho. Gênero. Geração.	Analisar a inserção das jovens camponesas no trabalho do campo tendo como foco a questão de gênero e geração.	2018	Sul	Grupo focal
<b>VIDAS MARIAS, MULHERES CAMPONESAS NO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENFRENTAMENTOS E REEXISTÊNCIAS</b>	Carmem Lúcia Bezerra de França e Maria Simone Euclides	Mulheres. Autonomia. Liberdade. Educação do Campo.	Identificar e conhecer os fatores socioculturais de gênero e as suas implicações nas trajetórias de mulheres concluintes do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Bom Jesus (PI).	2020	Nordeste	Abordagem qualitativa entrevistas semiestruturadas

Fonte: ROLIM, Dalvina Teixeira, 2021

No último Banco de Dados pesquisados também restaram somente 03 artigos para serem analisados, e estes também foram organizados e selecionados respeitando os protocolos específicos e determinados para esta pesquisa. Após as extrações, restaram 06 artigos no banco de dados Scielo, 03 no banco de dados Dialnet e 03 no Periódico Capes, com a leitura integral deles selecionando pontos e elementos importantes para esta pesquisa pode-se montar os resultados que aqui serão mostrados. Ciente que a metodologia utilizada neste processo tem limitações, no entanto verificou-se a partir dela a ausência do tema investigado nos trabalhos analisados, apenas dois deles faziam recortes sobre protagonismo de mulheres camponesas e educação, e se tratavam de artigos voltados para a inclusão na educação superior das mulheres do campo, e houve um outro artigo que falava sobre a narrativa e a importância da atuação das mães para a educação e formação das crianças camponesas, trazendo assim pontos ligados ao protagonismo das mulheres na luta por educação do campo e que interessam aos objetivos pretendidos por esse estudo.

#### 1.4.2. Contribuições para a superação das desigualdades sociais nos espaços do campo, das águas e das florestas

Os trabalhos analisados nessa pesquisa apontaram contribuições sobre o protagonismo das mulheres nos espaços do campo, bem como trouxeram pontos centrais sobre a educação que se pretende para as escolas do campo, uma vez que, acredita-se que é a partir de um ensino e aprendizagem emancipatórios que pode haver a superação das desigualdades presentes em nossa sociedade.

Observou-se na maioria dos artigos a utilização de um paradigma qualitativo de pesquisa, agregando técnicas e instrumentos de coleta de dados como entrevistas e observação participante, grupos focais. Em relação ao tipo de pesquisa assumidos pode-se constatar uma variedade: narrativas, bibliográfica, documentais, pesquisas de campo, relatos de experiência, história de vida, etnográfica entre outras. Obtiveram-se dois trabalhos com método Materialista Dialético.

Além disso, ainda foi possível perceber a predominância dos trabalhos na região Sul, alguns na região Sudeste, Centro Oeste e Nordeste, nenhum na Região Norte, trazendo outra problemática para essa investigação, a falta de publicações acerca dessa temática na Região Amazônica, local que é rico em sua diversidade geográfica e populacional, que abriga os povos do Campo, das Águas e das Florestas. Percebe-se com isso que existe uma grande disparidade nas questões relacionadas às pesquisas na Amazônia, diretamente ligadas a história de

integração do país e a perpetuação de práticas colonizadoras, soma-se a isso o baixo investimento na região, que apenas torna-se visada quando existe interesse do neoliberalismo crescente.

A diversidade de sujeitos da região coloca, dentre tantos desafios, o de construir sua própria história, contrapondo-se à maneira com que esta vem sendo engendrada por pessoas oriundas de outras regiões do Brasil ou de outros países, que muitas vezes veem e utilizam a região a partir da perspectiva colonialista, de exploração das riquezas naturais e do conhecimento da população local (BENTO, et al, 2013, p. 144).

A dificuldade de encontrar dados e informações para este estudo é um importante fator a ser destacado, inclusive no que tange a realidade Amazônica, uma vez que pesquisar e pensar a região no que diz respeito a sua diversidade territorial e humana requer viabilizar leituras decoloniais desses processos, mas principalmente promover incentivos a ciência e a pesquisa, compreendendo o papel do Estado nesse cenário. Reitera-se a necessidade de uma educação focada na superação das históricas desigualdades à luz dos ensinamentos de Paulo Freire, com um ensino e aprendizagem emancipatórios. No campo isso torna-se ainda mais latente, haja vista o tratamento secundário dado a esses espaços. É urgente e necessário construir escolas conectadas com a realidade das populações do Campo, das Águas e das Florestas.

Uma escola que, em seus processos de ensino e de aprendizagem, considera o universo cultural e as formas próprias de aprendizagem dos povos do campo, que reconhece e legitima esses saberes construídos a partir de suas experiências de vida; uma escola que se transforma em ferramenta de luta para a conquista de seus direitos como cidadãos e que forma os próprios camponeses como os protagonistas dessas lutas, como os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora (MOLINA; ROCHA, 2014, p. 226).

Espera-se ainda que essas evidências possam instigar pesquisadores/as na missão de contribuir significativamente com os estudos no cenário Amazônico, inclusive no que tange a atuação das mulheres na luta por uma educação do/no campo. É importante citar que a partir da análise do conteúdo presente no corpo do texto dos artigos selecionados, identificou-se assuntos em comum que se destacavam nos trabalhos e que de acordo com a visão dos/as autores/as podem atenuar as desigualdades de gênero nos espaços camponeses. Estabelecendo-se a partir disso a seguinte temática para discussão: Gênero e Relações de Poder na divisão sexual do Trabalho no Campo.

#### 1.4.3. Questões de gênero e relações de poder na divisão sexual do trabalho no campo: um pouco do que trazem os trabalhos selecionados neste levantamento

Neste tópico procurou-se apresentar as ideias dos/as autores/as dos artigos selecionados, sobre as questões de gênero e as relações de poder na divisão sexual do trabalho no campo, assim como tecer um caminho através da educação para a superação das desigualdades que ainda atentam contra os direitos das mulheres, compreendendo que estas são categorias importantes para a temática investigada. Como afirma Oliveira, (2018, p.1.078) “A divisão sexual do trabalho hegemônica marca a realidade das mulheres camponesas, que realizam inúmeras atividades domésticas, de cuidado e de produção destinadas ao autoconsumo ou ao comércio, sendo estas remuneradas ou não”.

Esta ideia coloca em evidência a divisão sexual do trabalho que obedece a uma ordem hegemônica que também é citada por Kempf e Wedig, (2019, p.03) que corroboram afirmando:

A divisão sexual do trabalho é justificada pelo sistema dualista e hierárquico da modernidade, no qual as mulheres ficaram condicionadas ao espaço doméstico e privado, enquanto que aos homens foi atribuído o espaço público das relações políticas e econômicas institucionalizadas. [...] No meio rural, entre os camponeses, ainda que as relações de trabalho não sejam assalariadas, essa realidade é perceptível. Um exemplo disso é o fato de os homens comercializarem os produtos mesmo quando esses foram produzidos pelas mulheres, algo muito comum em famílias rurais.

Esse sistema hierárquico e dualista obedece às normas patriarcais da sociedade, que tem a necessidade de explorar corpos, e perpetuar essas relações desiguais, com a intenção de manter os privilégios de uma pequena classe hegemônica no país. Faleiro e Farias (2017, p.842) discutem que: “No processo de constituição da mulher como sujeito, há uma construção de inferiorização das mesmas, fundado pelo patriarcado e pelo sistema de relações que ele estabelece, o qual se pauta na hierarquização e em relações de poder que colocam as mulheres historicamente como as grandes agentes do problema no mundo”.

Essa ideia construída pela sociedade de que a mulher é culpabilizada pela origem dos problemas da humanidade, também advém de viés religiosos que precisam ser desconstruídos, uma vez que, tais afirmativas afetam diretamente nas relações sociais. “O impacto disso é a divisão do trabalho com base no gênero, que acaba conferindo à mulher jornadas mais duras, pois essa é responsabilizada pelos cuidados com a família, manutenção do ambiente doméstico (como atividades centrais da sua existência) e atuação na produção agrícola” (FALEIRO; FARIAS, 2017, p. 838).

A divisão do trabalho com base no gênero incrementa as dificuldades que já existem nos espaços campestres, pois invisibiliza o protagonismo das mulheres nas diversas atividades desenvolvidas no campo. Como afirmam Gonçalves e Guimarães (2017, p. 237), “[...] A mulher no meio rural exerce funções de adubação, capinação, colheitas, podas, secar, malhar, ensacar o feijão (e outros grãos), cuidar das pequenas criações, torna-se responsável por todo trabalho ao seu entorno etc. No entanto, não obstante sua relevância na produção agrícola, seu trabalho ainda permanece invisível”.

A ideia de que a função da mulher na sociedade é servir ao marido, é cuidar dos outros, contribui para a naturalização da mulher como “cuidadora”, e assim a sociedade vai repassando esses valores, dados como naturais, alicerçados na história da humanidade. “O trabalho doméstico, por sua vez, não é reconhecido como trabalho, porque é “invisível”, não reconhecido pelo critério estritamente econômico. A gratuidade desse serviço exercido no seio da família é desde os séculos passados visto como uma obrigação natural da mulher [...]” (MILANÊS, 2020, p. 20).

Todas/os as/os autoras/es dos artigos concordam que o trabalho da mulher no Campo é invisibilizado, porque é visto com uma obrigação natural da condição feminina, do ser mulher, e que essa condição obedece a uma ordem hegemônica e hierarquizada, que atende os moldes de uma sociedade baseada em relações patriarcais. Essa é uma importante discussão, tais trabalhos devem contribuir com outras pesquisas, assumindo o compromisso de mudança social a partir dos diálogos que envolvem gênero, raça e classe e vislumbrando a educação como uma ferramenta de libertação e superação das desigualdades. Collete e Silva (2018, p. 417) afirmam que “[...] as próprias relações podem vir a ser modificadas, questionadas e (re)significadas por meio das práticas educativas orientadas por um projeto de vida e de sociedade calcado nas relações de igualdade do ponto de vista de classe e gênero no campo e na cidade.”

Compreendendo essas relações trazemos a importância de destacar que a educação, direito de todos e dever do Estado, compõe um pilar fundamental na superação das desigualdades sociais, para isso, faz-se necessário que nenhum ser humano seja excluído do processo de ensino-aprendizagem. Ainda que essas conquistas tenham chegado às escolas do campo de forma tardia e desigual, a luta nesses espaços se faz permanente e vigilante, pois a história agrária do país mostra o quanto o campo foi relegado ao abandono e políticas públicas de compensação. No que diz respeito às questões de gênero, as desigualdades são ainda maiores, uma vez que, o sistema que está presente em nossa sociedade tem como propósito a exploração das minorias, (pretos, pobres, mulheres, classe LGBTQIA+) em detrimento da acumulação de riquezas, com base na tríade racismo-capitalismo-patriarcado.

No Campo, a divisão sexual do trabalho e as relações de poder tendem a invisibilizar o protagonismo das mulheres, que tem suas jornadas e suas lutas reconhecidas apenas como “ajuda” a seus companheiros, mesmo que esta realize todos os afazeres doméstico, participe das atividades na lavoura, esteja a frente das negociações da produção da família e ainda lute por educação de qualidade social para si e para os seus.

Assim sendo é necessário destacar a necessidade de investimento em pesquisas sobre o protagonismo das mulheres na luta por uma educação conectada com a realidade das populações camponesas, compreendendo que é a partir dos processos educacionais e das superações das desigualdades de gênero, de raça e classe, que se pode pensar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como menciona França e Euclides (2020, p. 191) “[...] é importante destacar e mencionar a importância de uma educação libertadora em todos os aspectos de cidadania, sobretudo, na perspectiva da igualdade das relações de gênero”.

Este levantamento serviu para fazer uma síntese e uma sistematização sobre os estudos acerca do protagonismo das mulheres na luta por uma educação do/no campo presente nas produções científicas em três bancos de dados da internet, bem como poderá nortear novas pesquisas sobre o assunto, principalmente na região Amazônica. A pesquisa por meio de Revisão Integrativa (RI) demanda do pesquisador tempo, rigor científico e habilidade para análise e interpretação dos dados obtidos, mas através dela pode-se ter uma noção do que vêm se produzindo sobre determinado assunto no país, nessa pesquisa em especial, optou-se apenas por usar os bancos de dados Scielo, Dialnet e Periódicos Capes.

As desigualdades sociais e de gênero que se fazem presentes nesses espaços, marcam a história do campo, por isso faz-se importante dialogar acerca do protagonismo das mulheres na luta por uma educação do/no campo, reafirmando o compromisso de que somente com processos educacionais emancipatórios haverá a superação desses obstáculos, viabilizando um ensino e aprendizagem que tenha a cara de sua população.

Diante do exposto, mostra-se que apesar dos avanços em termos de pesquisas sobre gênero nos espaços rurais, e ciente das limitações que a metodologia utilizada possui, houve uma grande dificuldade na obtenção dos dados que se pretendia coletar nesse estudo. Esta discrepância se torna ainda maior quando se faz um comparativo sobre as regiões que publicaram trabalhos a respeito da temática investigada, reforçando a necessidade de mais investimento em pesquisas que abarquem toda a diversidade presente no contexto Amazônico. Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir, chamar a atenção para o tema do protagonismo das mulheres do campo nas lutas para o fortalecimento dos Movimentos Sociais por educação no/do Campo, sabendo que a realidade que estamos inseridos está sempre passível

de mudanças, e que a práxis educativa é o caminho para a transformação de uma sociedade mais justa e igual.

## SEÇÃO II: MULHERES, PROTAGONISMO, LUTAS E RESISTÊNCIAS NO CENÁRIO BRASILEIRO

“[...] A voz de minha filha  
 recolhe todas as nossas vozes  
 recolhe em si  
 as vozes mudas caladas  
 engasgadas nas gargantas  
 A voz de minha filha  
 recolhe em si  
 a fala e o ato.  
 O ontem- o hoje- o agora.  
 Na voz de minha filha  
 se fará ouvir a ressonância  
 O eco da vida- liberdade.  
 (Vozes Mulheres, Conceição Evaristo)

Em diferentes lugares do mundo, mesmo estes com culturas totalmente distintas<sup>7</sup>, em muitas sociedades as mulheres foram tratadas de forma desigual, porém seus esforços e suas vozes foram propagadas como ecos de resistência em vários momentos históricos da formação de nossa sociedade tal como ela é nos dias atuais. Por séculos e em meio a diversas dificuldades e opressões estas mulheres precisaram protagonizar espaços de luta e estiveram à frente de diversos movimentos e outras formas de organização para reivindicar seus direitos que foram negados. Lutaram pelo direito ao voto, pelo direito de estudar, pelo direito de trabalhar fora de casa, por condições e salários iguais ao dos homens, pela escolha do matrimônio ou não e até hoje ainda lutam por liberdade e autonomia dos próprios corpos. “Por incontáveis anos, as mulheres foram silenciadas. A elas cabia a reprodução e criação dos filhos, trabalhos manuais e penosos. Eram consideradas inferiores” (FABRIN, 2019, p. 28). É desse modo que refletimos nesse estudo que traz como recorte principal o protagonismo dessas diversas mulheres, camponesas, ribeirinhas, quilombolas, assentadas, sem terras, trabalhadoras rurais, etc, sobre a luta e consolidação de uma educação do/no campo, especialmente no contexto da Amazônia

---

<sup>7</sup> Apesar do sistema vigente ser moldado num arquétipo de sociedade patriarcal, fruto do capitalismo, há indícios e comprovações de sociedades matrilineares ou matriarcais, inclusive sociedades indígenas e africanas, autores como Cheikh Anta Diop (2012) a firma que “o matriarcado seria um elemento característico e gestado na sociedade egípcia; está na base da sua organização social, assim como está no resto da África Negra na forma de um “regime.” Chaves e César (2019) falam sobre sociedades pré-coloniais na Amazônia onde destacam as amazonas, guerreiras descritas como altas e brancas com os cabelos enrolados na cabeça, que tentavam matar os intrusos com pauladas, inclusive Carvajal narra batalhas ferozes com essas mulheres. “Segundo seus relatos, um índio da região que fora aprisionado e indagado sobre essas mulheres disse que eram as amazonas. Elas não teriam maridos e sacrificariam os bebês do sexo masculino. As meninas seriam treinadas, desde pequenas, para a guerra. [...] é interessante notar que um dos primeiros eventos “históricos” que descrevem oficialmente a Amazônia começa por falar das mulheres, a história de uma possível sociedade matriarcal: o primeiro relato específico sobre as mulheres amazônicas.”

Amazonense, para isso refletimos também o silenciamento e a opressão que as atravessa de forma tão singular.

A educação é um elo primordial para que se compreenda a realidade e a conjuntura social em que se vive, por isso, para reafirmar esse apagamento social, limitava-se o acesso ao conhecimento e a instrução das mulheres, para que aceitassem de forma pacífica a condição que lhes eram submetidas. Se antes o fator biológico era dado como desculpa para manter a subordinação, hoje sabe-se que homens e mulheres são culturalmente formados para exercerem seus papéis na sociedade. Para Araújo (2017, p. 80), “A distinção entre gênero e diferença sexual rompeu com a convicção que a determinação sociocultural entre os sexos está no biológico. [...]”

Ao perceber que se pode mudar a realidade em que fomos inseridos, e que os papéis sociais entre homens e mulheres são construídos, os estudos sobre gênero puderam dar a compreensão de que conceitos culturalmente apreendidos podem ser transformados, mas para isso é necessário estar consciente das amarras da opressão que foram naturalizadas em nossa sociedade e desconstruir a teoria biológica dada como desculpa para continuar alimentando o Patriarcado. Para Araújo (2017, p. 80) ao tratar sobre “[...] gênero, é preciso considerar as alternâncias, construções e desconstruções abordadas nos estudos sobre a mulher e o homem, e assim desmistificar o entendimento a respeito das questões biológicas que envolvem a importância dos sexos”.

As mulheres sempre foram vistas como o “sexo frágil”, formadas para serem dóceis e amáveis, precisando da falsa proteção masculina- o homem então revela-se como forte e provedor, pois é este que assume a imagem de chefe familiar, tão comumente conhecida nas famílias patriarcais-, revelando o binarismo existente entre conceitos do que seja feminino e masculino. Mulheres e homens aprendem desde o nascimento os papéis que devem desenvolver, ou seja, o que é ser homem e ser mulher, dentro das máximas Patriarcais. “A construção conceitual do patriarcado evidencia uma hierarquização que nos permite fazer uma relevante observação da desigualdade entre os sexos que torna a opressão sexual forma engessada e rígida de oprimir a mulher ao longo dos tempos.” (FERREIRA; SANTOS; SILVA, 2015, p. 360).

Essa opressão também ocorre com outros seguimentos de nossa sociedade, se estende aos negros, indígenas, homossexuais, porém o fato de serem silenciados pelo sistema vigente, nunca impediu que essas categorias ecoassem gritos de resistência. Catherine Walsh (2019, p. 100) afirma que os gritos não são apenas expressões de sustos, mas “[...] São também mecanismos, estratégias e ações de luta, rebeldia, resistência, desobediência, insurgência,

ruptura e transgressão ante a condição imposta de silenciamento, ante as tentativas de silenciar e ante os silêncios – impostos e estratégicos – acumulados. [...]” Dessa forma, para a autora o silêncio estratégico deve ser compreendido como algum modo de resistência adotado pelos coletivos de luta ao longo dos anos, buscando assim uma visão que abranja as diferentes formas de se manifestar que as mulheres e os sujeitos excluídos e marginalizados encontraram para lutar por seus direitos, uma vez que nenhuma transformação ocorreu de maneira cômoda e fácil, sempre foi necessária a articulação de movimentos sociais, que travaram lutas importantes contra as diversas formas de opressões enfrentadas. “Em sua trajetória histórica, as mulheres sempre desenvolveram mecanismos de mobilização e trazendo para um contexto mais recente, antes da primeira guerra mundial, surge o Partido Republicado Feminino em 1910 que lutou e conseguiu conquistar o direito ao voto das mulheres” (FERREIRA; SANTOS; SILVA, 2015, p. 360).

A história pouco ou nada conta sobre o protagonismo feminino, pois desde os tempos mais remotos, a mulher foi destinada ao ambiente doméstico, uma forma de conseguir mão de obra gratuita, através da exploração feminina, mantendo a reprodução e a manutenção das casas para que os homens garantissem seu lugar no espaço público. Perrot (1928) em “Os excluídos da história” traz uma crítica importante sobre a história das mulheres: “A política – a direção e a administração do Estado – constitui-se imediatamente como apanágio masculino. [...] Assim, o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder. [...]”. Recente em 24 de fevereiro de 2022 a conquista do voto feminino completou noventa anos, e é um marco importante de luta a ser lembrado e celebrado, pois até 1932 as mulheres não exerciam sua cidadania e nem podiam ocupar os espaços públicos e nem cargos políticos, o que dificultava ainda mais seu reconhecimento como sujeitos de direitos.

Apesar de ser uma conquista feminina muito recente, o direito de votar e poder ser votada foi um grande passo para que de algum modo as mulheres pudessem se posicionar politicamente e alcançar outros direitos, mesmo que ainda sejam minoria na política brasileira.

A luta pela libertação da mulher não deveria em nenhum momento ser desvinculada da busca de soluções dos problemas mais gerais da sociedade. Mas em raríssimas oportunidades as forças políticas que se propõem a travar as lutas gerais elegeram a questão da mulher como fundamental para o próprio processo de libertação do povo (TELES, 1999, p. 63).

Sendo homens, brancos e privilegiados os representantes políticos, e sendo estes a pensar e legislar na sociedade, pouco fizeram para que as mulheres tenham visibilidade, não compreendem a importância de lutar contra o Patriarcado como forma de libertação coletiva, esquecem que as máximas patriarcais são frutos do sistema hegemônico vigente essencialmente estruturado no domínio das forças do capital sobre a força de trabalho e que isso também os afeta, mesmo sendo estes os principais beneficiados por eles. A escritora bell hooks em seu livro “O Feminismo é para todo mundo” afirma que “[...] Homens, como um grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, do pressuposto de que são superiores às mulheres e deveriam nos controlar. [...]” Mas também ressalva que eles no fundo sabem que isso é errado, e também sofrem com as máximas patriarcais, porque em troca de tudo o que o Patriarcado os proporciona eles precisam manter a dominação, violência e opressão sobre as mulheres, e, acabam por colaborar com isso, por medo e falta de conhecimento a respeito do feminismo.

É revisitando a história das lutas femininas por direitos básicos, através dos diversos movimentos e estratégias de organização social que entendemos o quanto essa luta é válida e legítima. Para Teles, (1999, p.10) “[...] o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.” A mesma autora ainda define e conceitua movimento de mulheres e movimento feminista, em suas palavras:

A expressão “movimento de mulheres” significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e de trabalho. Quanto ao “movimento feminista” refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e de sua história (TELES, 1999, p. 12).

O movimento feminista surge então associado a movimentos por libertação feminina, com o objetivo de acabar com as opressões que afligem as mulheres, e como todo movimento sofreu diversas transformações e influências, retrocessos e avanços, tem se constituído de acordo com o tempo e as necessidades históricas da sociedade, foi ganhando visibilidade e espaço no cenário brasileiro, sabe-se que este teve várias mudanças no decorrer dos anos, principalmente para que pudesse atingir a todas as mulheres de forma igual, sem distinção de cor ou classe. Para Teles (1999, p.11-12):

O movimento feminista brasileiro atual tem, sem dúvidas características inovadoras e de dimensões difíceis de projetar em um futuro próximo. Mas suas raízes podem ser localizadas em lutas anteriormente travadas consciente ou inconscientemente por mulheres intelectualizadas ou por grupo de mulheres de origem popular: negras nos quilombos, trabalhadoras no mercado de trabalho, ou aquelas que individualmente participaram de acontecimentos políticos.

Pode-se acrescentar nessa fala da autora as lutas travadas pelos grupos de mulheres camponesas, que têm cada vez mais ganhado destaque no cenário brasileiro a partir da redemocratização do país, atrelada a criação do MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), que unidas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e aos Sindicatos de trabalhadores rurais têm protagonizado articulações para uma vida digna no campo. É preciso compreender as relações de assimetria de gênero nesses territórios, uma vez que possuem uma realidade diferenciada das cidades, com temporalidades e culturas específicas. “[...] Falar sobre as questões de gênero no meio rural é um grande desafio, pois as relações que entrelaçam homens e mulheres nestes espaços deixaram e ainda deixam marcas que acompanham toda a história de vida das mulheres [...]” (ARAÚJO, 2017, p. 86).

O movimento de mulheres camponesas tem se intensificado e ganhado força, trazendo eixos importantes que atravessam as mulheres como gênero, raça e classe, bem como assumido uma postura de conservação da natureza e produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, nesse sentido o MMC Brasil online define a mulher camponesa como:

[...] aquela que produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher legítima e confirma, no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas.

Durante séculos essas mulheres foram invisibilizadas e em sua maioria se quer eram consideradas sujeitos políticos de direitos, esse fato só começou a mudar devido ao engajamento delas em organizações e movimentos populares, reivindicando direitos básicos a vida no campo. “O Movimento de Mulheres Camponesas surgiu pontuando as questões das mulheres da roça, que não se viam incluídas em setores como sindicatos de trabalhadoras rurais, movimentos populares mistos (com homens e mulheres) e mesmo nas pastorais sociais, das quais elas faziam parte. [...]” (CALAÇA; CONTE; CINELLI, 2018, p. 1160).

Para essas mulheres os movimentos de categoria mista não englobavam suas demandas específicas, e mesmo que fossem acusadas de dividir a luta geral, sabiam da importância de se

criar um movimento que abarcasse as lutas feministas, antipatriarcais, antilgbtfóbicas e antirracistas. Essas lutas foram forjadas no cotidiano dessas mulheres, que mesmo com realidades distintas, encontraram um inimigo comum: as diversas formas de violências assentidas e praticadas pelo Estado, pelos homens e pela sociedade de modo geral.

A compreensão sobre o feminismo do MMC mostra que o movimento foi construindo um feminismo no dia a dia das mulheres que vivem no campo, muitas delas com pouco acesso à escolarização, que vivem em comunidades, assentamentos e florestas, entre outros lugares, que geralmente são caracterizados pela precariedade do acesso a bens e direitos. [...] (CALAÇA; CONTE; CINELLI 2018, p. 1175).

A construção histórica do feminismo no Movimento de Mulheres Camponesas se dá através das opressões vivenciadas em suas trajetórias de vida, muitas dessas mulheres não possuem conhecimentos maiores e teóricos acerca do Movimento Feminista, mas compreendem a necessidade da luta contra a opressão através do engajamento de outras mulheres que estiveram no embate muito antes delas, bem como sentem na pele as marcas deixadas pela colonialidade. “O Feminismo Camponês e Popular no MMC tem como leito histórico a luta de mulheres socialistas, comunistas, indígenas (que lutaram contra os colonizadores), negras (que se rebelaram) e de todas aquelas que, mesmo não tendo conseguido se rebelar, resistiram no seu cotidiano.” (CALAÇA, CONTE e CINELLI 2018, p.1177) Refletir a condição da mulher do rural dentro do MMC é compreender a luta feminista popular, ancorada nos princípios de resistência, na luta pelo território, na soberania alimentar com a agroecologia e na defesa dos povos do campo, das águas e das florestas.

O Feminismo Camponês e Popular está presente na luta e na construção diária de atitudes em prol da libertação e da mudança nas relações entre as pessoas e destas com a natureza, assim como está na resistência e no enfrentamento ao agronegócio, cotidianamente desafiando a prática e a socialização do cuidado. Esse cuidado não deve recair somente sobre as mulheres “cuidadoras”, ele é tarefa e valor de todas as pessoas (CALAÇA;, CONTE; CINELLI, 2018, p.1179).

Esse feminismo oriundo nos territórios do campo, das águas e das florestas é também um movimento político, antirracista que vai de encontro as lutas de classes, que encontra força nas diversas mulheres que diariamente constroem e reconstroem a história do campesinato, que lutam pelo acesso à terra, por educação, que se fazem resistência frente ao capital, e compreendem a importância da agroecologia e do cuidado com a natureza.

## 2.1. A LUTA CAMPONESA POR EDUCAÇÃO NO BRASIL E O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: DA INVISIBILIDADE A CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS

Neste tópico queremos colocar em evidência a luta do campesinato brasileiro, os processos e os desafios para tornar visíveis esses sujeitos perante a sociedade, reconhecendo e valorizando o trabalho realizado no campo como parte fundamental para o sustento do país, bem como compreendendo a importância de um projeto educativo conectado com a realidade desses territórios. Ainda, entendemos como necessário dar destaque ao Movimento de Mulheres Camponesas, que tem lutado por vida digna no campo, alimentos saudáveis, educação e igualdade de gênero, raça e classe. O campo sempre foi considerado como “lugar de atraso” e para acesso a mão de obra barata por parte de grandes empresários, latifundiários e donos do capital, não haviam preocupações sobre direitos básicos a vida nesses territórios, como saúde, educação, moradia e outros, cedendo lugar apenas para a exploração e mercantilização da força de trabalho no campo. A história brasileira mostra que o país era eminentemente agrário no tempo da colônia portuguesa, e predominava a escravidão, esta, se dava pelas mãos negras, vindas nos porões dos navios africanos, em condições desumanas, ou quando conseguiam escravizar os indígenas que já residiam nessas terras muito antes da chegada dos portugueses e demais colonizadores, na maioria das vezes por intermédio da catequização e conversão dos mesmos, já que eles conheciam bem as terras e quase sempre conseguiam fugir. [...] Além do índio que teve o seu território invadido, suas crenças violentadas, seus hábitos transformados e sofreram diversas investidas contra a sua liberdade, temos o negro que foi trazido para o Brasil de forma compulsória, arrancados de sua terra natal, de suas famílias, de seu povo. [...] (PAIXÃO, 2012, p.05)

Séculos depois, quando a mão de obra escrava é substituída pelo trabalho assalariado, os interesses continuam voltados para o acúmulo de riquezas através da exploração, e novamente o campo não é visto como prioridade, conseqüentemente não havia um projeto educativo voltado para essas populações.

Historicamente, a grande maioria do povo brasileiro ficou desamparada do direito à educação básica, superior, continuada e de qualidade. A adequação dos processos educativos a sistemas de interesses da elite dominante gerou desigualdades sociais incomensuráveis, com impactos negativos às camadas populares, sobretudo aos camponeses, frequentemente vistos e tratados como “jeca tatu”, estereótipo usado para inferiorizar e desqualificar estes povos (OLIVEIRA; MIRANDA; TORRES, 2021, p. 15).

O preconceito e os estereótipos utilizados para rotular e segregar o campo e seus sujeitos sempre estiveram atrelados a visão urbanocêntrica de modernidade e progresso pregados pelo modelo capitalista de vida. No entanto, é importante citar que a lógica da agricultura familiar que ocorre nos territórios camponeses, não obedece a lógica do capital, o uso da terra se dá para consumo e subsistência da família e em parcerias com comunitários vizinhos, atende uma forma de organização própria que visa os valores tradicionais e culturais passados de geração a geração sobre o cultivo da terra e produção, um consumo sustentável, preocupado com o meio ambiente, diferente do que prega o agronegócio. “[...] A agricultura familiar alivia o conglomerado de pessoas nas cidades, mantém as tradições culturais e protege a fauna e a flora, e nos assentamentos evita as favelas rurais que ficam abandonadas ao descaso dos governos.” (TRENTINI et al, 2021, p.12). O acesso à terra e o trabalho que essas populações desenvolvem é voltado para a construção de saberes próprios, que fundamentam a vida no campo. “[...] Homens e mulheres que constroem o movimento camponês, constroem também o seu saber social no cotidiano de suas lutas. Isto pressupõe que a aprendizagem é gerada no processo de trabalho. [...]” (GHEDIN, 2008, p. 32).

A sociedade de mercado também conhecida pelo acúmulo de excedentes e exploração das minorias tem sua origem na produção e reprodução da vida no mundo do trabalho, “[...] Ao produzirem os seus meios de existências, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 1999, p. 11) É por meio do trabalho que se dignificam e dignificam uns aos outros, porém com o advento do capital o trabalho deixa de ser uma ferramenta de sobrevivência e passa a ser uma ferramenta de exploração do homem pelo homem. “[...] os indivíduos são completamente subordinados à divisão de trabalho e ficam por isso mesmo colocados numa situação de dependência total uns dos outros. [...]” (MARX; ENGELS, 1999, p. 115) A questão do trabalho nos espaços do campo, das águas e das florestas, torna-se fundante, pois é a partir dele que o ser humano transforma ao seu redor, são as mãos invisibilizadas dos povos do campo que colocam o alimento no prato do brasileiro.

Não é possível discutir a Educação do Campo sem inserir no debate a analogia do trabalho humano e suas relações sociais, pois o ser humano intervém no seu meio social por intermédio do trabalho, modificando a própria existência e sua essência, assim altera sua consciência e conseqüentemente o seu pensamento nos diversos aspectos (GHEDIN; BORGES, 2007, p. 63).

Com os conhecimentos que o homem vai adquirindo, ele procura criar melhores ferramentas para se adaptar e moldar a natureza de acordo com sua necessidade de

sobrevivência, através do trabalho mental e físico que realiza. Entretanto os moldes de uma sociedade capitalista criam amarras para controlar a sociedade e manter a divisão de classes, incentivando o individualismo e minando qualquer possibilidade de ideal coletivo das camadas populares, o que faz com que seja extremamente necessário a formação desse homem no campo ideológico, para que tenha consciência do seu papel no mundo.

O campo cria e sustenta a sociedade nas pequenas e grandes cidades, isto é um fato que sempre incomodou o poder instituído no Estado e o grande Capital. No Brasil, particularmente, o campo sempre foi deixado em segundo plano, praticamente todas as políticas públicas e planejamentos governamentais privilegiaram os espaços e territórios urbanos. As ideologias dominantes massificaram por muito tempo os territórios não urbanos como espaços de não desenvolvimento, sem conhecimento, sem perspectiva. No entanto, a luta, a vivência e o movimento das populações afastadas das cidades têm mostrado exatamente o contrário do que sempre lhes foram instituídos. Nos territórios do campo, das águas, das florestas, dos mangues, dos litorais, há vida, cultura, conhecimento, saberes, esperança e muito potencial para desenvolvimento dessas localidades. “[...] refletimos que não há como educar e aprender sem participar, sem considerar a realidade identitária e cultural dos povos do campo, sem conhecer os problemas dos sujeitos dos diversos territórios camponeses; sem vincular escola, vida, terra, floresta, água e trabalho. [...]” (VASCONCELOS, 2017, p. 89).

A luta campesina no país sempre contou com os movimentos sociais, as articulações e engajamentos dos militantes do campo, que têm contribuído bastante para que essas populações se reconheçam como sujeitos políticos de direitos, e tenham acesso a uma educação de qualidade social, questionando os padrões eurocêntricos, patriarcais e elitistas que aprendemos desde sempre e estão entrelaçados a história desse país. A colonialidade nunca respeitou os povos e comunidades tradicionais e sempre manteve a ferro e fogo a ideia de uma superioridade branca. Borges (2016, p. 115) afirma que “[...] a escola pública do campo deverá ter a intenção de centrar-se na formação do ser humano como ser social responsável pelos seus atos, por meio de sua consciência compreendendo-se por estar no mundo e dialogando com eles e com outros”. É notório que a educação do Campo surge no contexto das lutas dos sujeitos que residem nesses territórios articuladas a movimentos sociais diversos, dentre eles o que mais se destaca e tem bastante visibilidade é o MST (Movimento de Trabalhadores Sem-Terra) que sempre estiveram lutando por vida digna e pela divisão justa de terras em nosso país.

A educação do campo, como um processo histórico, vincula-se diretamente às lutas dos trabalhadores do campo organizados na forma de movimento social. No caso,

organizados a partir do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – que nos processos de luta pela terra e de vida digna nos assentamentos reivindicaram o direito à educação. [...] (SILVA, 2020, p. 03).

Os Movimentos Sociais, entre eles o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, protagonizam um processo de luta de classes, frente ao modelo econômico das sociedades capitalistas. É o MST que se apresenta como representante dos trabalhadores rurais ao lutar pela reforma agrária associando isso ao trabalho e à vida digna nesses espaços. Processos socioculturais são evidenciados no MST, e estes, segundo Caldart (2004), “têm caráter formativo, destacando a luta por uma escola do campo, que atenda as reais necessidades deste segmento social” (MOURÃO; BORGES, 2010, p. 198). O caráter formativo é para Maria Glória Gohn, uma das características essenciais dos movimentos sociais. Assim, o MST protagoniza por meio de seus sujeitos um projeto educacional próprio, discutido, problematizado, estruturado no interior dos seus movimentos. Levando-se em consideração as identidades, as culturas, os saberes, o currículo, o tempo e o espaço na construção de uma educação do/no campo.

A educação do/no campo portanto, é resultado da luta coletiva desses sujeitos, organizados em movimentos sociais, contrapondo o modelo de educação rural que foi oferecido pelo Estado durante toda história de nosso país, ou seja, um modelo que ignora as diversidades e os saberes fazeres desses povos, que segue a lógica capitalista do agronegócio. Gohn (2014 p. 247-248) traz como conceito de movimento social a seguinte explicação:

[...] movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer- por meio de um conjunto de procedimentos- e um pensar- por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis portanto. [...] nem tudo que muda na sociedade é sinônimo ou resultado da ação de um movimento social. Movimentos sociais são uma das formas possíveis de mudança e transformação social.

Assim sendo, destaca-se que as conquistas alcançadas pelos povos do campo se deram através das lutas e resistências construídas durante o processo histórico de nosso país, forjadas no seio da luta social dentro de cada território campesino, articulada a movimentos maiores, no intuito de prover vida digna e educação de qualidade nesses espaços. Sabe-se que no Brasil, as populações rurais, do campo, das águas e das florestas em grande parte são espaços com escassos investimentos do poder público, são territórios quase sempre sem saneamento básico, sem serviços de saúde e educação, com difícil acesso, onde também há pobreza extrema,

desempregados, problemas de nutrição e outros fatores estes que causam o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas.

As formas de organização dos trabalhadores têm suas origens indígenas, africanas e pela colonização forçada do branco. Apesar dos muitos escritos que contam a história do povo brasileiro pelo olhar do colonizador, e nos descrevem como pacíficos e cordiais, sabe-se que a chegada de outros povos em terra indígena brasileira acometeu muitos conflitos, como afirma Darcy Ribeiro (1995, p. 168) em seu livro “A Formação do Povo Brasileiro”. “O processo de formação do povo brasileiro, que se fez pelo entrelaçamento de seus contingentes índios, negros e brancos, foi, por conseguinte, altamente conflitivo. [...]” O autor também destaca as revoltas articuladas pelos índios e pelos negros para que possam fugir da condição de escravos que lhes foram impostas. Cabe ressaltar ainda que essa mistura étnica resulta numa diversidade identitária muito forte e significativa, porém com mão de obra pouco valorizada atenuando o número de subemprego, baixos salários, empregos temporários e produção de subsistência a essas populações denominadas como “mestiças”, ou os chamados “não brancos” que representam uma significativa parcela da população brasileira.

Uma das alternativas para diminuir essa desigualdade e assegurar que esses povos tenham seus espaços de produção e reprodução da vida é a questão da Reforma Agrária, tema complexo e tenso, justamente por que não há interesse do Estado em fazer essa redistribuição de terras dos grandes latifundiários. É no bojo deste contexto que se configuram interesses antagônicos, que de um lado vivem pessoas com seus sonhos e lutas por uma vida mais digna e equidade social. E de outro, “os grandes proprietários de terras, que são ainda latifundiários tradicionais, que não querem qualquer espécie de reforma ou mudança na ordem das coisas” (RIBEIRO, 2010, p. 76). A justa divisão de terras no país e o trabalho realizado no campo está intimamente relacionada a educação que se almeja nos territórios camponeses, nunca houve interesses políticos em promover um projeto educativo vinculado a realidade e aos saberes que essas populações possuem, os modelos de educação oferecidos estavam sempre entrelaçados a vontade de fixar essas pessoas no campo, e acumular excedentes, mantendo nas mãos de poucos o dito crescimento econômico.

A educação do campo não se orienta por um modelo acabado, definido de fora, mas constrói-se na luta pela reforma agrária ou pela terra de trabalho, sem a qual é impossível materializar essa educação do campo. Por essa razão, ela é atravessada por interesses antagônicos e, conseqüentemente, pelos conflitos entre as forças que representam o trabalho no campo. [...] (RIBEIRO, 2015, p. 81).

Mesmo com todas as amarras imposta pelo Estado e pelo grande Capital, os povos do Campo, das Águas e das Florestas sempre representaram resistência, sendo de extrema importância trazer essa abordagem feita sobre as formas que eles foram se organizando e lutando contra as pressões que sofriam para que aceitassem um modelo social e educacional ruralista oferecido pelo Estado. Durante o processo de pesquisa para a construção desse trabalho, pude observar a luta de muitos comunitários para conseguir o título de suas terras, para que possam sair dos terrenos doados pela diocese e ocupem e produzam em seus próprios terrenos.

“A nossa luta também é sobre terra professora, a gente tem que lutar todo dia, olha agora por exemplo a gente vai receber nosso título, alguns moradores daqui vão, alguns já tem seus próprios lotes pra criar e plantar, a gente planta muita coisa né, e troca, ou vende pros atravessadores, mas levar esses produtos é difícil, nem todo mundo tem transporte, a estrada como a senhora viu não é bonita, quando chove piora muito, mas é essa a vida aqui né.” (Diário de Campo, Joênia, trabalhadora rural, 2022)

A fala da referida trabalhadora mostra alguma das dificuldades enfrentadas pelos povos do campo em relação a luta por terra, para produção e sustento familiar, o modelo econômico brasileiro se sustenta pelo latifúndio que associado ao agronegócio controla as políticas sociais destinadas ao trabalho desenvolvido no campo, cabe aos movimentos sociais e demais organizações do campesinato garantir o avanço das lutas pelo acesso à terra, educação e demais direitos básicos a vida. “É como se os movimentos sociais do campo, juntamente com seus parceiros, começassem a avaliar as práticas tradicionais propostas pelo Estado e ensinassem ao mesmo a respeitá-los como sujeitos sociais-históricos capazes de pensar e formular políticas sociais mais eficientes e democráticas. [...]” (NASCIMENTO; MOURÃO, 2011, p. 105).

Nesse cenário de batalhas e ações no campesinato destacamos um outro movimento importante no que diz respeito as lutas coletivas e que está intimamente atrelado ao MST, o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), Maria da Gloria Gohn (2013, p. 96) afirma que:

Dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações associativas da sociedade civil têm demonstrado que as mulheres são o contingente principal dentre aqueles que se mobilizam para a luta por questões coletivas, no âmbito público, embora elas sofram inúmeros constrangimentos no âmbito privado, em suas próprias casas.

As mulheres estão sendo responsáveis por dar visibilidade novamente aos movimentos sociais e reivindicando principalmente pautas voltadas para a sua própria emancipação, apesar da opressão vivida diariamente, pequenas conquistas estão sendo alcançadas. Nos territórios do

campo essas mulheres vão além de uma luta por emancipação ou empoderamento, elas buscam reconhecimento pelo trabalho desenvolvido tanto nas lavouras como em casa, respeito, igualdade e uma educação com base na construção de novas relações sociais e humanas, agregando as lutas feministas, antirracistas e de classe. “É no sentido da luta e prática pela libertação da mulher que se justifica a organização de movimentos de mulheres, necessária na construção de novas relações entre os seres humanos e, no mundo atual, sabemos que esse fazer é indispensável para o futuro da espécie humana” (PALUDO, 2009, p. 44).

Observa-se que as mulheres têm se reorganizado nos movimentos, rearticulando as lutas dentro dos movimentos sociais e conciliando as bandeiras específicas das mulheres com as bandeiras das lutas gerais e principalmente se mostrando oposição ao modelo econômico imposto. Entretanto sabe-se que apesar de todo esse destaque existe uma invisibilidade marcante no protagonismo das mulheres, fato que se deve a estrutura social que pertencemos, que coloca o homem como peça central das ações desenvolvidas ao longo dos anos, esquecendo que numericamente são as mulheres que de fato se fazem presença ativa nos espaços de luta.

Quem manda aqui são as mulheres. Elas que comandam a igreja, comanda a questão da rede de saúde, comanda a questão das reuniões, né? A maioria são mulheres que participa, os homem participa bem pouco, né? Por exemplo, tem uma programação, um evento ali “x”, eles acompanham, mas quem mais dá força são as mulheres, que gostam de participar mais dessa atividade. (Professor do campo, Comunidade de Santa Clara, entrevista 2022)

A fala aqui colocada mostra que as mulheres tem participado mais das ações e mobilizações que ocorrem na Comunidade de Santa Clara, fato reconhecido por um professor que explica da forma dele “Quem manda aqui são as mulheres”, justamente por conta dessas mulheres se mostrarem mais participativa tanto nos eventos promovidos dentro do espaço escolar, como nos demais espaços, comprovando que apesar de toda estrutura social moldada no patriarcado, as mulheres seguem escrevendo e fazendo suas histórias.

No final da década de setenta e início da década de oitenta, ganham destaque os principais movimentos camponeses conhecidos nos dias atuais, é nesse período que também surge a organização das mulheres rurais por pautas específicas dedicadas a elas. O processo de redemocratização do país, pós ditadura militar reaviva a ampla mobilização social em busca de transformações significativas nas organizações populares. “Nesse contexto, necessidades vivenciadas pelas trabalhadoras e trabalhadores foram sendo organizadas em diferentes pautas, explicitando bandeiras de lutas comuns, direcionadas ao fim da ditadura militar, por democracia, direitos e dignidade” (MEZADRI et al, 2020, p. 14).

Em 1986 aconteceu o Encontro Nacional de Mulheres Rurais, fato importante a ser revisitado, pois foi um momento de trocas de experiências entre diversas mulheres rurais de diferentes localidades do país, dando a oportunidade entre elas de reafirmar suas bandeiras de luta e as próximas articulações a serem desenvolvidas. “Para as camponesas, as lutas de classe e de etnia/raça são inseparáveis. Elas se entrelaçam e têm sido assumidas por nós mulheres camponesas em todos os momentos e espaços, tendo em vista a construção do projeto democrático e popular para o Brasil. [...] (MEZADRI et al, 2020, p. 17). A interseccionalidade é um ponto chave, pois retrata que as opressões se dão em diferentes formas e atingem as pessoas de diferentes maneiras, a depender da classe social, do gênero e da cor, reafirmando a hegemonia branca, heteronormativa e burguesa de nossa sociedade.

Nas décadas posteriores, novamente as trabalhadoras rurais estiveram reunidas, reivindicando direitos como, seguridade social, auxílio maternidade, reconhecimento da profissão de trabalhadora, direito de estudar e ocupar os espaços escolares, enfretamento as múltiplas formas de violência que perpassam as mulheres, reforma agrária, direito de produzir alimentos saudáveis, entre outros. As mulheres camponesas estiveram protagonizando diversas ações durante toda a história da constituição de nosso país, tomando como base a concretização do MMC. “O Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil consolidou-se durante a realização do I Congresso Nacional do MMC que aconteceu de 05 a 08 de março de 2004 em Brasília, como um movimento autônomo de mulheres cuja luta central é a defesa da vida, lutando pela justiça, pela liberdade e pela solidariedade. (CRUZ, 2013, p. 05).

Refletir a luta camponesa a partir da consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas é compreender os processos históricos ligados à sua formação e promover caminhos para o enfretamento a invisibilidade, a discriminação e as diversas formas de opressão. As mulheres militantes do MMC aprendem e se educam a partir da própria comunidade, das experiências partilhadas em seus territórios de origem, seus saberes acontecem de dentro para fora, mesclando a bagagem cultural que carregam com os conhecimentos sistematizados que recebem. “Ou seja, trazem o seu modo de vida para os espaços de formação no movimento, assim como recebem informações novas com a convivência, experiência e estudos. [...]” (CINELLI, 2013, p. 38). A mulher do campo aliada aos princípios do feminismo é uma mulher que se preocupa com a questão agrária, com uma produção sustentável no campo, mas também se preocupa com a sua emancipação social, com o seu corpo, com as suas lutas, respeitando umas às outras e construindo sua autonomia em todos os espaços.

## 2.2. FEMINISMO NA AMAZÔNIA: UMA CONSTRUÇÃO POPULAR, AFRO, LATINO-AMERICANA

A história da mulher na Amazônia é marcada pela escravidão e pelo estupro, fruto da ação violenta dos colonizadores, mas também é permeada por luta, protagonismo e resistência. Mesmo que os escritos que temos sobre a história da Amazônia e do Brasil de um modo geral seja recortes do olhar do colonizador sobre nós colonizados, hoje temos a chance de contar e recontar a nossa história, nos colocando como protagonistas e sabendo dos nossos esforços frente ao processo de colonização forçada que fomos submetidos. “[...] O processo de miscigenação forçada por meio da cultura do estupro que se iniciou no Brasil como um todo no século XVI, na Amazônia iniciou-se no século XIX, e, portanto, demonstra marcas muito mais recentes e profundas” (CHAVES; CÉSAR, 2019, p. 151).

Falar dessa história é refletir a colonialidade, é compreender que não se tratou de uma “descoberta” como aprendemos nas aulas de história na educação básica, já haviam populações habitando esses territórios, o mito de que a Amazônia é somente uma extensa área de Florestas com uma vasta biodiversidade e riquezas minerais, encobre que aqui existe vida e também uma heterogeneidade marcante em seus povos, entrelaçada pelos saberes das florestas, mas também pelos asfaltos e pela modernidade industrial que vem das grandes cidades. “Do ponto de vista da história oficial ocidental, que tratou a invasão europeia como “descoberta”, vê-se a história da Amazônia intimamente ligada à expansão do sistema capitalista. [...] (CHAVES; CESÁR, 2019, p. 142).

Esse sistema que não respeitou e não respeita a diversidade étnica e as relações sociais desenvolvidas pelas populações residentes nesses espaços, que não os enxerga como sujeitos históricos e possuidores de direitos, que oprime, massacra e viola em nome de um padrão único. “Se a Amazônia foi uma região recentemente massacrada e violada pelo capitalismo mais primitivo e selvagem, pode-se afirmar também que, dentro desse processo, as primeiras vítimas foram as mulheres, violadas tanto pelo forasteiro quanto pelo homem local explorado.” (CHAVES; CESÁR, 2019, p. 142).

Olhar para a Amazônia pela questão do gênero, é trazer todas as mazelas e espoliações que as mulheres foram submetidas em nome do Patriarcado e da cultura ocidental imposta pela colonização europeia, alimentado por esse discurso falocêntrico oriundo do Capitalismo, onde homens carregam a força braçal e as mulheres estão sempre fazendo o trabalho doméstico e reprodutivo, dito como “obrigação” feminina. Sabe-se que o período de colonização na Amazônia não aconteceu de forma pacífica, aos homens foi destinada a escravidão, inicialmente

as tribos eram dominadas, alguns que representavam resistência eram mortos. Com o passar do tempo essa escravidão só foi reformulada dando lugar ao que podemos chamar de trabalho assalariado escravo. Na chamada época áurea da borracha, o trabalho consistia na exploração desenfreada de mão de obra local e de outros imigrantes, inclusive dos nordestinos que vinham em busca do chamado “ouro branco” e acreditavam que alcançariam o sucesso financeiro, fugindo das grandes secas que assolavam o sertão.

A verdade é que estes não conseguiam se livrar das dívidas que eram obrigados a ter com seus patrões, e mesmo que trabalhassem muito continuavam em situação de vulnerabilidade, análogo a escravidão. “Com a crescente demanda por látex, as décadas de 1890 e 1910 foram de plena expansão da economia da borracha. Contudo, o desenvolvimento econômico não refletia em desenvolvimento local, a Amazônia continuava sendo uma simples provedora de matérias-primas” (CHAVES; CESÁR, 2019, p. 148).

Se para os homens restava exploração de sua força de trabalho, as mulheres restavam uma dupla exploração: a de seus corpos e de sua força de trabalho. Os estupros e as mais diversas formas de violência eram recorrentes, inclusive a prostituição, haja vista que as mulheres eram tratadas como mercadorias, e sofriam com a dominação primitiva dos homens, que eram maioria devido as grandes levas de imigração masculina.

Se a situação geral de vida nos seringais era difícil e o seringueiro sofria diversas formas de violência de seus patrões, a situação da mulher (tanto das que viviam no seringal quanto das indígenas) era ainda muito pior, pois estava sujeita às mais diversas atrocidades. Sofriam violências físicas, psicológicas e sexuais tanto dos seringalistas quanto dos seringueiros. Frisemos que nesse período os indígenas não eram sequer considerados humanos (CHAVES; CESÁR, 2019, p. 149).

Mesmo com a decadência da era da borracha o território amazônico continuou sendo explorado de diferentes formas, sua grandiosidade em riquezas naturais sempre foi um grande atrativo para as lentes do Capital, que não se importava e nem se importa com as populações tradicionais que residem aqui. O fato da colonização da Amazônia ter sido tão recente, as marcas dela ainda são muito latentes, inclusive quando se trata das questões de gênero, uma vez que uma sociedade que foi alicerçada na violência e na exploração feminina, possui ainda hoje muitas feridas coloniais.

As aproximadamente 12 milhões de mulheres que habitam a Amazônia Brasileira são a classe mais subalterna, dentro de uma região subalterna, dentro de um país subalterno da América Latina. Essas mulheres são mulheres mestiças, negras,

indígenas e ribeirinhas em sua maioria, o que aumenta seu grau de vulnerabilidade social. Mulheres triplamente silenciadas, espoliadas pela lógica capitalista, tendo seus corpos confundidos com mercadorias ou propriedade. Silenciadas pela história que há muito as trata como selvagens ou desimportantes. Silenciadas como seres humanos. (CHAVES; CESÁR, 2019, p. 141).

O Silenciamento das mulheres na Amazônia obedece a uma lógica necessária e muito comum ao sistema capitalista que alimenta o Patriarcado e as diversas formas de opressões, o modelo colonizador que sustenta o grande capital, e traz como bandeira a ilusão de uma modernidade, encontra obstáculo justamente nas mais diversas populações tradicionais dos territórios amazônicos, esses povos possuem saberes e modos de se relacionar específicos e por isso acabam sofrendo as mazelas proporcionadas pelo Capitalismo. É importante dizer também que as cidades amazônicas foram atravessadas pelo profundo processo de industrialização que se misturam ao cotidiano da floresta.

Não é só a comida, a religião, a tecnologia, os modos de organização burocrática e política que se empresta das cidades nas comunidades amazônicas. A violência, o patriarcado e o machismo também entram nas aldeias e atravessam a vida de mulheres indígenas, através das fronteiras extrativistas agrícolas, da migração urbana, das experiências nas escolas e hospitais (REGITANO; CLAUDEL, 2021, p. 03).

Nesse sentido a aproximação dessas mulheres ao feminismo faz-se necessária para se tentar contrapor a todas as formas de violência que as massacram, mas queremos abordar aqui um feminismo que vá de encontro as peculiaridades e as demandas dessa mulher amazônica, latina, afro e indígena. Para discutir mais claramente o feminismo que buscamos defender neste trabalho de pesquisa nos aproximaremos dos escritos e das ideias de Lélia Gonzalez em seu livro *Feminismo Afro Latino Americano*, uma vez que compreendemos a questão do racismo como um ponto chave na América Latina devido ao seu processo de colonização forçada. A autora aqui citada usa de dois termos para definir as mulheres negras (amefricanas) e as mulheres indígenas (ameríndias), tais termos serão colocados aqui como forma de exemplificar o pensamento contido em sua obra ao falar dessas mulheres.

Como foi colocado no início desta seção, o movimento de mulheres, dentre eles o feminismo foi bastante importante na caminhada para a consolidação dos direitos e visibilidade das mulheres em nossa sociedade, mas de que mulheres esse movimento falava? Ele conseguiu atingir a todas de forma igual? Estes são questionamentos necessários para se compreender a questão do racismo e da divisão de classes em nosso país, bem como entender o porquê de muitas mulheres estarem mais vulneráveis que outras. O Patriarcado Capitalista como sistema

social atinge a todas as mulheres, as questões de caráter sexista apontadas pelo Feminismo foram cruciais para a consolidação de diversas transformações em nossa sociedade, no entanto quando este movimento foca apenas na questão sexista e esquece de um ponto fundamental que é a questão racial, faz com que uma parcela considerável dessas mulheres seja excluída, dando privilégios a uma pequena parte delas: no caso as mulheres brancas e burguesas.

É inegável que o feminismo, como teoria e prática, desempenhou um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas questões, não apenas estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca por uma nova maneira de ser mulher. [...] Mas, apesar de suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação com base na orientação sexual, o mesmo não ocorreu diante de outro tipo de discriminação, tão grave quanto a sofrida pela mulher: a de caráter racial (GONZALEZ, 2020).

Falar da mulher latina americana e não trazer a questão racial para esse debate é contribuir com o sistema de apagamento dessas mulheres não-brancas, que vivem diariamente um duplo sistema de opressão, pois são em sua maioria mulheres mestiças, indígenas, negras, que justamente pela historicidade da construção desse país não conseguem um lugar social privilegiado, e esses dados podem ser comprovados quando lemos pesquisas e estudos sobre a situação da mulher que é atravessada pela questão racial em nossa sociedade, eles apontam a inferioridade e o silenciamento que essas mulheres vivem, as condições precárias que a maioria delas enfrentam, confirmando o racismo existente, mas que ainda é negado por muitos.

Lélia Gonzalez aponta dois fatores importantes que geram obstáculos as mulheres de cor, um deles se dá na questão da centralização de um feminismo hegemônico e eurocentrado, levando essas mulheres a se envolver em outros grupos étnicos para conseguir se encaixar nesse feminismo, ou mesmo ajuda-lo nas necessárias transformações. Outro fator se dá em relação a ideia de branqueamento da sociedade, levando a acreditar em um padrão único, aceitando como modelo social a superioridade europeia, sem levar em consideração todo o processo histórico de resistência e ancestralidade das populações não brancas. “Portanto, não é difícil entender que nossa alternativa, em termos de movimento de mulheres, foi nos organizarmos como grupos étnicos. E, na medida em que lutamos em duas frentes, estamos contribuindo para o avanço dos movimentos étnicos e do movimento de mulheres (e vice-versa, obviamente)” (GONZALEZ, 2020).

No contexto amazônico, em sua maioria a população se enquadra na categoria “pardos”, fruto dessa mestiçagem, o que demanda refletir os movimentos sociais pelas questões étnicas, todas as mulheres envolvidas nessa pesquisa são mulheres não-brancas, algumas com

características muito fortes da cor negra, e por isso sofrem duas vezes com esse sistema, o que nos leva a refletir a construção desse feminismo interseccional.

Eu acho que não sou preta, mas também não sou branca, as vezes pegar muito sol no rogado faz nós ficar mais escurinha assim né, ainda não sofri por isso não, mas a gente vê que tem muita gente que sofre, eu vejo na televisão, no jornal, a vida do negro é sofrida, eu não sei porquê, porque olha professora agora a gente vai trabalhar a consciência negra na escola, e pra mim somos tudo igual né, não olho ninguém aqui diferente de mim, claro que cada um é cada um né, mas não vejo porque esse preconceito das pessoas. (Marielle, estudante da AJA, Diário de Campo, 2022)

A dúvida sobre raça é uma presença comum em nossa região, muitas mulheres ainda não sabem como se denominar referente a sua cor de pele, as vezes por receio, ou mesmo pela falta desse conhecimento, mas isso também desencadeia o enfraquecimento de movimentos de grupos étnicos, é necessário que essas mulheres se reconheçam para que se protejam das diversas formas de opressão. “A estratégia da supremacia branca em fomentar a não identificação e não pertencimento de negros e negras de tonalidades mais claras, é essencial na desarticulação dos movimentos sociais negros no combate ao verdadeiro opressor.” (CRUZ e MARTINS, p.17)

Nesse sentido, ao falarmos desse feminismo conectado com as questões de raça e classe, englobamos a diversidade étnica e as necessidades das mais diversas mulheres amazônicas, latinas, negras, mestiças, indígenas que vivem, constroem e reconstróem suas trajetórias nos espaços do Campo, das Águas e das Florestas, entrelaçadas as temporalidades e particularidades desses territórios, que resistem, transformam e sobretudo lutam por uma vida digna, respeitando suas ancestrais, seus saberes-fazeres e toda a história vivida até aqui. Um feminismo amazônico latino-americano é uma construção popular, busca desenhar novos contornos sociais para a luta política das mulheres, englobando tanto as questões de gênero, como as questões de caráter racial, dando oportunidade e espaço para que essas mulheres possam contar a sua própria história, diferente da história oficial, aquela contada pelos homens, é possibilitar que elas ocupem o ambiente acadêmico e demais espaços de poder, se fazendo ser ouvidas.

### SEÇÃO III: QUE ESCOLA DO CAMPO? DESENHANDO CAMINHOS PARA A SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES

*Há escolas que são gaiolas  
e há escolas que são asas...*

*Rubens Alves*

A educação que se almeja para esses territórios foge do modelo colonizador e busca um projeto político pedagógico renovado que rompa com o paradigma dominante de educação e assume um compromisso com as camadas populares e com os sujeitos do campo. Nessa SEÇÃO queremos trazer uma abordagem de uma educação que atenda as especificidades dos povos do campo, mas que também englobe as lutas políticas e sociais antirracistas e feministas, pensando nas possibilidades de vincular uma educação do campo com a cara de seus sujeitos

Queremos pensar nessa escola e nessa educação do campo embasadas em cinco dimensões que se interligam e se completam: dos deveres do Estado, da diversidade dos territórios, dos movimentos sociais, dos saberes tradicionais e da formação de professores. Acreditamos que a força dessas dimensões, conseguem estruturar a Educação do Campo, das águas, das florestas, dos assentamentos, indígenas, quilombolas, dos colonos, posseiros, dos seringueiros, dos assentados e também de suas escolas que correspondam aos anseios e objetivos dos sujeitos sociais que habitam as mais diversas e longínquas regiões de nosso país.

Partimos da compreensão de que a educação é direito inalienável de todos os seres humanos, promove o protagonismo, valoriza a diferença ao provocar o diálogo entre as culturas, contribui para a construção de um mundo melhor e sem discriminação, onde todos possam viver com dignidade. A educação é compreendida, portanto, como um dos elementos importantes no processo de humanização das pessoas e de enfrentamento da pobreza (HAGE, 2011, p. 206).

A educação pública, gratuita e de qualidade é dever, responsabilidade do Estado, está assegurada em nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo 06, que afirma a Educação como um direito fundamental de natureza social, porém, este acaba por não garantir e legitimar a igualdade de oportunidades, considerando o contexto histórico de um país construindo em cima de corpos explorados, configurando-se uma educação classista, elitista, burguesa e racista, deixando claro a educação que se oferta para os detentores do capital e a educação que é dada para a classe trabalhadora, colocando à margem o atendimento das camadas populares, as minorias, neste caso pode-se incluir as populações do Campo.

O campo tem sido um campo literalmente de lutas, não só neste século, como também nos anteriores. Por ser um espaço geográfico marcado pelos interesses dos senhores de escravos, senhores feudais, burgueses e capitalistas “modernos, tomando a terra sinônimo de violência e desigualdade social, decorrente da concentração fundiária nas mãos de todos esses senhores, deixando a minoria da população do campo desassistida das necessidades básicas (VILHENA JR; MOURÃO, 2012, p. 181).

E quando se pensa em campo, podemos pensar na diversidade social que ocupam os diferentes espaços e territórios de nosso país, são sujeitos com vivências peculiares, com sonhos, necessidades e trabalhos diferentes do apresentado nos discursos hegemônicos que certamente não os colocam em mesmas condições e oportunidades como ocorre para parte dos grandes centros urbanos. Canen (2005) nesse pensamento nos fala que a complexidade sociocultural se traduz em uma perspectiva de análise que vai em busca do rompimento com os preconceitos culturais e com os discursos que sufocam ou estereotipam determinadas culturas, sensibilizando para um reconhecimento das identidades culturais como uma alternativa de construção não-homogênea e absoluta, mas sempre diversa e relativa, dado seu caráter histórico. A escola do campo que queremos deve trazer para dentro de suas práticas pedagógicas toda essa riqueza e bagagem sociocultural.

O propósito de uma escola em contexto campestre, rural, das águas e das florestas é a formação do trabalhador e da trabalhadora rurais com conhecimento para enfrentar os desafios da produção e da vida contemporânea. “Esse aprendizado articula-se com o trabalho cooperativo e com uma produção em harmonia com os seres humanos e a terra, tendo como meta a constituição de relações sociais democráticas e solidárias” (RIBEIRO, 2010, p. 196). Sendo o campo um espaço simbólico e concreto de lutas pelos direitos de seus sujeitos, são estes que protagonizam em suas pautas entre outros, um projeto educacional próprio, discutido, problematizado, estruturado no interior dos seus movimentos, levando em consideração as identidades, as culturas, os saberes, o currículo, o tempo e o espaço na construção de uma educação no/do campo. As populações campestres desenvolvem um modo de vida próprio intimamente ligado com a natureza, adequando sua rotina e suas tarefas a partir do tempo medido pelo rio, pelas florestas, e pela subsistência que retiram dos recursos naturais sem agredir e prejudicar esses espaços.

[...] a Educação do Campo se fortalece por meio de uma rede de atores e práticas que se mantém articulada mediante as demandas locais e nacionais. Expressando uma heterogeneidade de instituições, organizações e sujeitos coletivos que trabalham ou que dela se aproximam, ao mesmo tempo fortalece os processos de formação da identidade camponesa e de um projeto de sociedade que se contrapõe ao modelo de sociedade capitalista. [...] (COOREIA; BATISTA; BRITO, 2011, p. 10-11).

Assim, em 2001, na Câmara de Educação Básica foi aprovado o Parecer 36/2001 que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo que tem um significado próprio, estruturado na luta por uma educação diferenciada e se incorpora em:

[...] os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo nesse sentido, mais do que o perímetro não urbano é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2001, p.14).

Na Amazônia temos características muito expressivas, como: uma extensa área territorial, uma densa floresta, rios exuberantes, fatores climáticos: enchente-vazante-cheia, as terras de várzea e terras-firme e uma diversidade social também muito significativa. Seu “aparente isolamento” se dá pelas suas extensas distâncias geográficas onde o meio de transporte mais usado é o fluvial (balsas, barcos, lanchas, rabetas, canoas). Estas e outras especificidades levam a problematizar uma educação do campo que responda aos anseios e desejos de suas populações. “A educação nesta região está necessariamente ligada à diversidade das condições de vida local, de saberes, de valores, de práticas sociais e educativas, bem como de uma variedade de sujeitos, camponeses e cidadãos (populações urbanas e periféricas das cidades da Amazônia)” (BENTO et al., 2013, p. 144).

Como a educação formal desenvolvida nos espaços rurais não se diferenciava em sua estrutura do modelo curricular também desenvolvido na cidade e com o fortalecimento dos movimentos sociais, os sujeitos por meio de suas articulações e organizações sociais, lutam pela posse da terra, condição fundamental para se buscar a conquista de outros direitos como: Educação do Campo, financiamentos para suas atividades agropecuárias, estrada e transporte para o escoamento da produção e para assegurar o direito de ir e vir (VILHENA JR; MOURÃO, 2012, p. 170). A busca por mão de obra barata fazia com que os interesses governamentais não se voltassem para promover uma educação de qualidade nesses espaços, dando lugar a exploração e mercantilização do trabalho no campo. Pensar essa educação implica pensar na função social das escolas do campo, e em como elas podem ajudar na articulação desses sujeitos em busca de melhorias para o lugar em que vivem. Caldart (2020, p. 08) colabora explicando que:

No quadro atual do sistema, dificilmente as escolas públicas serão mantidas no campo, por si mesmas. São as comunidades camponesas que seguram suas escolas e podem pressionar para manter seu caráter público. Para isso as escolas precisam ajudar as

famílias a entender porque é preciso mantê-las, e como escolas públicas, qual o seu lugar nos processos de “resistência ativa” dessas comunidades, sejam processos elementares ou mais avançados.

Nesse sentido, a escola assume um papel transformador, que não serve aos interesses do capital, mas que amplia as lutas para que esses territórios respeitem suas especificidades, bem como esteja vinculado a um projeto preocupado com a conservação da natureza, contribuindo para o avanço sócio-ambiental no campo. A escola precisa ter a função de refletir a sociedade a partir das desigualdades, compreendendo a história de um país marcado pela escravidão, pela luta das minorias no que tange as conquistas sociais, e pela predominância de um sistema que oprime e marginaliza todos aqueles que não seguem um padrão social elitista, branco, heterossexual, cristão e burguês. Nessa contradição de desigualdades e lutas, que ao mesmo tempo obriga as minorias a viverem em opressão também reaviva a chama da luta por emancipação.

Uma das maiores riquezas encontradas no interior das escolas do campo são os saberes tradicionais vividos, conhecidos, elaborados pelos seus sujeitos. A educação tradicional sempre priorizou o currículo padrão e de caráter urbano, deixando de fora os saberes produzidos e historicamente passados de geração a geração dentro de suas comunidades por seus vários sujeitos: pescadores, parteiras, rezadores, mães, pais e outros. Esses saberes potencializam a identidade, o sentimento de pertença porque vem carregados de sentimentos e simbolismos numa relação harmoniosa com a terra, a água, as plantas, o clima, os animais, os remédios curativos e com outras culturas. Então o camponês descobre que tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura: renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história (FREIRE, 1997).

A organização do fazer pedagógico com o trabalho docente articulados aos saberes locais sintetizam, ou melhor, concretizam os anseios e desejos por uma educação do/no campo como fruto de lutas, discussões e aspirações das populações que trabalham e vivem nestes contextos. No entanto, faz-se necessário pensar numa formação que dê subsídios, parâmetros, fundamentos, motivação e bases para o professor e a professora que atuam nas escolas do campo. “É na luta dos movimentos sociais que o professor se constitui trabalhador, e enquanto trabalhador que o professor exerce sua pedagogia” (FREIRE, 1997). Essa luta incorporada à organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo não deve ser enrijecida, mas flexível onde se leve em consideração as culturas, os saberes, o trabalho dos discentes que vivem em contexto campesino, ribeirinho e das florestas.

Garantir políticas públicas para a formação inicial e continuada de professores e professoras do campo é uma das bandeiras de lutas dos movimentos sociais e uma premissa fundamental para uma sólida formação de todos os profissionais da educação, o Estado deve assim ser desafiado a investir em política de formação.

A formação é, portanto, sem dúvida, um meio poderoso que se pode gerar a transformação das práticas pedagógicas, pois quando se define uma política de formação, implicitamente se mexe com uma série de elementos a ela associados como: a política educativa, o sistema educativo, as leis, os estatutos e a carreira dos educadores, a organização escolar, os processos de ensino, as aprendizagens, o currículo, as características dos alunos, das comunidades e o próprio contexto educativo onde se desenvolve a ação dos educadores. Os processos de formação estão por isso mesmo, inevitavelmente associados à promoção de mudanças na pessoa dos educadores, na prática em sala de aula, no contexto escolar, e, em consequência na sociedade como um todo (HAGE, 2011, p. 211).

Portanto esta Seção vem desenhar caminhos para uma escola do/no campo articulada aos saberes tradicionais e as lutas desses sujeitos, vem trazer possíveis ideias para se pensar uma educação que englobe as lutas antirracistas e feministas, necessárias as superações das desigualdades existentes em nossa sociedade, uma educação que desperte nessas populações o senso crítico, a liberdade e a vontade de criar, refletir e lutar. O campo mais que um lugar de trabalho, é um lugar de possibilidades, de vida, da insurgência de uma diversidade de sujeitos, saberes e formas de viver.

### 3.1. A EDUCAÇÃO DO CAMPO NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO POPULAR: REFLETINDO A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES E O TRABALHO EDUCATIVO

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 1997).

Refletir a educação numa perspectiva de educação popular é compreender o campo como território de luta, marcado pelos saberes tradicionais e por toda gama de preconceitos historicamente construídos sobre essas populações. Quando Brandão (1984, p.05) afirma que “Complica um pouco pensar a educação como apenas educação [...]” ele nos coloca diante de uma importante reflexão, principalmente quando se trata de nós educadores, formadores e

pesquisadores da área, que educação a gente fala? Como pensamos essa educação? Para quem? Construída por quem? Sabemos que responder esses questionamentos não é uma tarefa fácil e não temos a pretensão de responder fielmente essas questões, mas sim propor possibilidades para a construção de uma educação que rompa com os paradigmas dominantes e potencialize a luta das camadas populares, resistindo as opressões impostas pela estrutura social vigente. Para isso, iniciaremos este tópico buscando a significação do conceito de educação popular, para a partir dela fundamentar o trabalho educativo e a prática pedagógica nas escolas do campo. Brandão (2009, p.13) considera “[...] dois sentidos usuais para a educação popular. Primeiro, enquanto processo geral de reconstrução do saber social necessário, como educação da comunidade e, segundo, como trabalho político de luta pelas transformações sociais, como emancipação dos sujeitos, democratização e justiça social.” Desse modo a educação popular é aquela que ocorre com os grupos populares, que se contrapõe a realidade educacional determinada pelos grupos dominantes e busca a humanização e liberdade dos sujeitos. “[...] a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares por meio da educação (BRANDÃO, 2009, p. 26).

Hurtado (1993, p. 44) define assim educação popular: “[...] é um processo de formação, capacitação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe e que toma parte ou se vincula a ação organizada do povo, das massas para alcançar o objetivo de construir uma sociedade nova de acordo com seus interesses.” Entende-se desse modo que a educação popular é uma experiência pedagógica que rompe com o modelo educacional dominante e assume o caráter de educação para as classes populares, sendo feita com eles e para eles, na intenção de coletivamente produzir o conhecimento e saberes necessários a uma formação crítica dos sujeitos. Paulo Freire corrobora com a educação popular quando nos fala da educação como ato político, quando nos desafia a pensar uma educação dialógica, diferente da educação bancária ofertada nas instituições de ensino. “A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação” (FREIRE, 1967, p. 36).

A educação popular para Freire é justamente uma educação emancipatória, que não visa somente uma preparação tecnicista para o mercado de trabalho, mas também tem por interesse formar o cidadão de modo a conscientiza-lo de sua importância no mundo, não como massa de manobra de um estado capitalista onde prevalece o interesse dos mais ricos, mas de um indivíduo livre de qualquer dominação. “Em síntese, entende-se a educação popular como um processo de produção de conhecimento, voltado para a liberdade e para a democracia, que se recusa ao autoritarismo, manipulação e ideologização reproduzidas na lógica da educação de

mercado. (STRECK et al., 2014, p. 49). Portanto, essa educação popular recusa e se desvincula de uma lógica hegemônica de poder da sociedade, e procura estar ligada as classes de camadas populares do país, reconhecendo a liberdade, a diversidade e a dialogicidade como bases do processo educativo. “[...] A educação popular orienta-se pelos nexos existentes entre educação, capitalismo e classe e tem como centro a defesa da formação científica e cultural para os grupos populares. [...]” (FÁVERO; PINHEIRO, 2012, p. 334). Pensar uma educação popular é pensar em uma educação que dialoga e proporciona oportunidades para homens e mulheres das camadas mais pobres do país, percebendo que a educação está intimamente ligada as questões das relações sociais, de poder e políticas da história da humanidade.

Diante disto, a educação do campo está fortemente ligada a educação popular, uma vez que o processo educacional de homens e mulheres do campo também se reafirma pela luta dessas populações pela garantia dos direitos básicos a uma vida digna nesses espaços, mas também visa um projeto educativo que os prepare para atuar coletivamente em prol das políticas necessárias ao desenvolvimento dos territórios campestres. Frisamos que o desenvolvimento que aqui citamos difere totalmente do “desenvolvimento” pregado pela lógica capitalista do agronegócio. Assim sendo, a escola do campo assume um papel importante na formação dessas populações e necessita ser pensada levando em consideração a realidade e particularidades desses sujeitos.

Isso remete a pensar a escola do campo a partir do contexto onde está inserida, pois a realidade social, cultural, política, econômica, inclusive questões de gênero, de gerações e questões étnicas, são fundamentais para a construção da identidade da escola, das formas de trabalho pedagógico, das intencionalidades e, principalmente, nas relações que a escola estabelece com as famílias e com a comunidade escolar. (ZIECH, 2017, p. 109).

Sabe-se que muito se precisa avançar na educação ofertada nas escolas do campo, no entanto carece repensar também dentro desses espaços as questões étnicas e de gênero, não basta apenas lutar por uma educação emancipadora com formação política para os sujeitos, faz-se necessário redesenhar essa luta colocando pautas que envolvam essas questões que por muito tempo foram deixadas de lado. Assim sendo, temos a necessidade de abordar sobre a organização das mulheres nos territórios campestres e o trabalho educativo que elas desenvolvem, uma vez que estas realizam duplas e até triplas jornadas, muitas das vezes tendo que cuidar sozinhas da educação dos filhos, fato que se dá expressivamente nas decisões voltadas para a inserção da criança na escola, as tomadas de decisões referentes a isso, a

participação nas reuniões escolares e dinâmicas da escola, a ajuda na resolução das tarefas para casa, entre outros, o que gera grande sobrecarga. O cuidar é tratado como função primordial das mulheres, invisibilizando o trabalho que elas realizam dentro de casa e fomentando uma divisão sexual injusta na realização dessas atividades, “[...] que além de destinar às mulheres, prioritariamente, o trabalho reprodutivo e de cuidados (cuidar das crianças, dos (as) idosos (as), dos (das) doentes, fazer a comida, manutenção da limpeza da casa, das roupas, a produção do autossustento, etc.), ainda constrói a desvalorização dos trabalhos fundamentais para a sobrevivência humana” (MEZADRI et al., 2020, p. 125).

Essa desvalorização da força de trabalho feminina foi historicamente construída, estando intimamente ligada ao conceito de família pregado pela sociedade burguesa, um conceito construído sobre os moldes patriarcais, onde o homem é o provedor do sustento e da economia familiar, e a mulher responsável por todo os afazeres domésticos e de reprodução, garantindo o bem estar da figura paterna, chamado de “dono da casa” ou “chefe da família”. Tal construção se deu sob violências e silenciamento das mulheres que muitas das vezes não tinham se quer a opção de escolher seus próprios maridos, ficando a encargo do pai realizar esta função. O Estado garantia assim a perpetuação dos privilégios de classe e a acumulação de riquezas necessárias ao Capitalismo.

O primeiro papel de gênero social para as mulheres foi o de ser trocada em transações de casamento. O papel observado para homens foi de ser os que fazem as transações ou os que definem os termos da troca. Outro papel de gênero definido para as mulheres foi o de esposa “dona de casa”, que foi estabelecido e institucionalizado para mulheres de grupos da elite. Esse papel deu para essas mulheres poder e privilégios consideráveis, mas depende de sua ligação com os homens da elite e é baseado minimamente nas performances satisfatórias na prestação de serviços para esses homens nos serviços reprodutivos e sexuais. Se uma mulher falha nessas demandas, ela é trocada rapidamente e conseqüentemente perde todas os seus privilégios e status. [...] Opressão econômica e exploração são baseadas na mercantilização da sexualidade feminina e na apropriação por homens do poder de trabalho das mulheres e do poder reprodutivo delas, assim como a sua direta aquisição de recursos e pessoas. [...] A família não apenas reflete a ordem do estado e educa as crianças a seguir ele, mas também cria e constantemente reforça essa ordem (LERNER, 1986).

Nos territórios campesinos essas questões são ainda muito pertinentes, principalmente no que se refere a titulação das terras e a posse econômica da produção da família, que muitas das vezes segue sendo de dominação masculina, ficando com pai, irmãos ou marido dessas mulheres. Pensar uma organização social feminina nesses espaços é refletir a história de exclusão das mulheres, propondo caminhos para fortalecer seu protagonismo no campo, seja no ambiente doméstico ou na produção de subsistência da família, reconhecendo-as como

trabalhadoras no meio rural. Além disso é importante que as discussões referentes a uma educação do/no campo vincule as lutas feministas e antirracistas à luz de uma educação popular, colaborando na construção de um projeto educativo menos desigual frente a sociedade que vivemos. Essas mulheres tem participação direta no trabalho educativo realizado no campo, atuam diretamente para a formação social e educacional das crianças, jovens e demais pessoas, seus trabalhos merecem visibilidade e reconhecimento devido.

### 3.2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SABERES- FAZERES: TRILHANDO UMA PEDAGOGIA FEMINISTA E ANTIRRACISTA NO CAMPO

Durante séculos e isso pode ser exposto nas outras sessões aqui colocadas, a educação pública, gratuita e de qualidade não foi e ainda não é prioridade do Estado, a formação educacional das camadas populares sempre foi relegada a políticas compensatórias e paliativas, visando unicamente uma mão de obra barata para o mercado, excluindo e oprimindo uma grande parte da população. Mas se estamos frente a um sistema que oprime, explora e exclui esses “outros sujeitos”, faz-se extremamente necessário pensar caminhos para uma “outra Pedagogia”, “[...] os coletivos populares se reconhecem sujeitos de conhecimentos, de valores, culturas, sujeitos de processos de humanização/emancipação. Sujeitos pedagógicos produzindo outras Pedagogias. [...]” (ARROYO, 2012, p. 25). Não há mais espaço para aquela pedagogia hegemônica, onde as práticas pedagógicas são voltadas para atender os desejos e privilégios de uma única classe, que ao invés de ser transformadora, continua silenciando esses grupos marginalizados socialmente. “A teoria pedagógica moderna continua apegada a essa visão inferiorizante dos educandos, povos a colonizar/educar. Visão que lhe é configurante. Logo sua resistência a reconhecer e incorporar a diversidade de experiências e práticas educativas vindas de seres/coletivos decretados inferiores [...]” (ARROYO, 2012, p. 32).

Essa força colonizadora não respeitou e não respeita os povos tradicionalmente distintos, não aceita suas histórias e a bagagem cultural que eles carregam, quebrar esses paradigmas que impendem uma educação plural, transformadora, não sexista e antirracista, oportunizando homens e mulheres de diferentes classes sociais a ocupar espaços iguais e de poder, se torna essencial nas escolas do campo. “[...] A engrenagem colonizadora não reconhece a diversidade, a liberdade, o diálogo como base do processo educativo. Oprime e doutrina de tal maneira que o/a antes colonizado/a, se torna colono/a colonizante. [...]” (ROSA, 2016. p. 232).

Trazer para este debate a construção de uma pedagogia feminista e antirracista no contexto das escolas do/no campo não é ignorar a luta de classes e as demais lutas travadas no seio da dialética desses territórios, marcados constantemente pelas ameaças do agronegócio e investidas dos grandes latifundiários, mas inferir a importância dessas outras lutas mais específicas como fundamentais nos processos de libertação do sistema de opressão e dominação que vivemos, a pedagogia feminista pode ser assim definida:

Pensada como um novo modelo pedagógico construído para subverter a posição desigual e subordinada das mulheres no espaço escolar, a pedagogia feminista vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes nas salas de aula tradicionais (LOURO, 1997, p. 113).

Propor uma educação que envolva a diversidade, o diálogo e a liberdade, requer incorporar uma educação que esteja vinculada aos estudos de Paulo Freire, é ir de encontro a Pedagogia do Oprimido, uma pedagogia que visa a emancipação, transformação e libertação humana. Segundo Freire (1987, p. 22) “A pedagogia do oprimido, que busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do Homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não ‘humanitarista’, pode alcançar este objetivo [...]”. Paulo Freire ao pensar uma pedagogia humanista, olha para os povos que historicamente foram oprimidos e excluídos de nossa sociedade, entende que com eles e a partir deles pode-se construir uma educação que não seja instrumento de opressão e desumanização, aceita e valoriza os conhecimentos oriundos das camadas populares.

A construção de uma Pedagogia Feminista é repensar os ensinamentos de Freire (1987), é problematizá-lo, sem de modo algum deslegitimá-lo, é buscar meios de enfrentamento ao Patriarcado, é pensar a renovação de sua teoria (SILVA; GODINHO, 2017, p. 11). É elementar que a Pedagogia Feminista possa repensar e redesenhar esses espaços historicamente construídos aos moldes de uma cultura Capitalista, Patriarcal e Racista, que há tempos massacra e explora esses povos, pesando principalmente sobre os ombros femininos.

Os espaços femininos e masculinos de direitos no campo precisam ser repensados. Ao homem foi designado historicamente o espaço da produção: ele pensa o que produzir para vender, ele administra geralmente a propriedade e faz a venda. Para as mulheres ela garante o ambiente para as pessoas que ali vivem. É o papel da reprodução (ROSA, 2016, p. 235).

Romper com estes ideais históricos de ocultamento e opressão é buscar educar para a cidadania, para a transformação e emancipação humana, é fomentar a igualdade dos seres humanos, enquanto pertencentes de seus direitos, mas respeitar as diferenças sociais, geográfica e cultural dos povos tradicionais, é ir de encontro a uma Pedagogia não sexista, que vise à liberdade e a diversidade presente em nosso país, é reconhecer a mulher como protagonista e dona de sua história, sabendo que estas são responsáveis pela produção de saberes e se fazem resistência frente ao modelo social imposto (CUNHA, 2016).

Os caminhos e descaminhos que marcam a história das mulheres camponesas, precisam ser reconhecidos, reconstruídos, essas mulheres precisam se enxergar além do que lhes é imposto, precisam ter consciência de seu protagonismo nas diversas lutas e nos trabalhos desenvolvidos nesses territórios. É de extrema necessidade que além da construção e concretização de escolas do/no campo, uma nova Pedagogia também ocupe esses ambientes, uma Pedagogia que abranja os estudos feministas e de educação popular, rompendo com as amarras do Patriarcado Capitalista. “Historicamente, os processos educativos têm sido caracterizados por práticas que reforçam a educação sexista, privilegiam os homens e contribuem para a manutenção da sociedade Patriarcal” (SANTOS, 2012, p. 175).

Quando falamos dos povos do campo, das águas e das florestas podemos nos reportar a um conjunto de saberes- fazeres, essas populações possuem modos de vida, produção e reprodução social próprios, conhecimentos ancestrais, saberes populares conectados com o bem estar da natureza, mais ecológicos e preocupado com as futuras gerações. O pensar e agir desses povos é alicerçado nos saberes das florestas, das águas, do tempo lento das comunidades e beiradões das mais longínquas cidades ribeirinhas e amazônicas, dos sertões e grandes espaços rurais desse país. Tais conhecimentos se refletem cotidianamente no viver e conviver desses povos, no uso de plantas medicinais e técnicas de cuidados com a saúde que chegam muito antes da medicina hospitalar, oriunda do sistema público de saúde. Do cuidar da terra sem agredir o solo, e do retirar das matas a subsistência sem agredir o meio ambiente, a fauna e a flora.

Essa diversidade de saberes precisa de outras pedagogias, como as pedagogias da vida em comunidade, da solidariedade, da luta coletiva, da organização social, do trabalho coletivo (puxirum), da agricultura familiar, do extrativismo, da pesca artesanal, dos encontros semanais para orações e tomada de decisões coletiva, dos encontros esportivos, das reuniões em família e tantas outras pedagogias da vida produtiva [...] (VASCONCELOS; ALBARADO, 2021, p. 06).

Diante disso, têm-se a necessidade de associação desses saberes-fazeres às práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas do campo, não cabe mais um currículo escolar urbanocêntrico, desconectado da realidade campesina. “Um currículo escolar nesses territórios precisa dar conta de toda essa diversidade de culturas, de saberes do trabalho e de viveres dos diferentes povos e classes sociais, sem negar o saber escolar construído pela humanidade, na busca de formar cidadãos mais críticos comprometidos com uma sociedade mais humana, ética e solidária.” (VASCONCELOS; ALBARADO, 2021, p. 08) Ambicionamos aqui não somente essa educação que valorize os saberes tradicionais e modos de produzir e se relacionar dos povos dos territórios campesinos, mas também uma educação que subverta os arranjos de uma sociedade e de um projeto educacional burguês, branco, patriarcal, heteronormativo e cristão que conhecemos bem e tem se perpetuado durante séculos graças a ideologia dominante.

#### SEÇÃO IV- O CAMINHO DA PESQUISA: PROTAGONISMO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO DE VILA AMAZÔNIA, PERSPECTIVAS SOBRE TRABALHO, FAMÍLIA, EDUCAÇÃO, LUTAS E ASSIMETRIA DE GÊNERO

*Eu penso assim, que é uma desvalorização muito grande em relação a mulher de modo geral, no contexto do campo, por conta da organização social, e mesmo onde a mulher possa desenvolver algumas habilidades como artesanal, valorizando seus próprios produtos, né? Porque o recurso pro campo tem muito, só que não tem como desenvolver e nem apoio de quem possa oferecer, né?*  
(Dorothy, Professora, Trabalhadora do campo, 2022)

Para compreender o universo da mulher do campo é necessário avaliar todo o contexto que ela está inserida, aqui enfatizamos o sistema Patriarcal/ racista/ capitalista que orienta nossa sociedade, definindo universalidades e particularidades da vida cotidiana. “[...] Nenhuma atividade humana resulta de uma atividade isolada do conjunto de sentidos que caracterizam o mundo histórico e social da pessoa.” (GONZALEZ REY, 2001, p. 09)

Em particular, no caso das mulheres do campo, participantes desta pesquisa, suas vidas estão subordinadas pelos processos de dominação e exploração orientados por esse sistema que invisibiliza e apaga o protagonismo delas nas mais diversas jornadas. Citamos aqui as duplas e até triplas jornadas das mulheres do rural, que mesmo fazendo o trabalho dobrado, não são reconhecidas como trabalhadoras. Historicamente a mulher do campo só foi reconhecida como trabalhadora rural com a Constituição de 1988, e as reivindicações destas se intensificaram com a redemocratização do país a partir da década de 80. “Os movimentos autônomos de mulheres e as mulheres trabalhadoras rurais atuaram fortemente nas lutas pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e de todos os direitos que advém deste reconhecimento pelo Estado. [...]” (MEZADRI et al, 2020, p. 35)

A construção do arranjo de família subordinado a lógica Patriarcal do Capital moderno, configurou também situações de assimetrias entre homens e mulheres, no campo essa lógica também se faz presente, uma vez que os indivíduos se constituem pelos processos históricos e culturais de uma cultura dominante, “[...] a qual estabelece costumes, hábitos e valores que são incorporados pelos sujeitos.” (ARAÚJO, 2017, p. 86)

Nesse sentido, a construção teórica que fazemos nesta última sessão tem a intenção de caracterizar e trazer as perspectivas das mulheres do campo presentes nos territórios da pesquisa, que de forma direta ou indireta contribuíram com suas subjetividades nos processos de análise deste trabalho, nos ajudando a compreender a jornada de luta por educação e

qualidade de vida nos espaços do campo, em especial no contexto Amazônico, no Amazonas e na cidade de Parintins.

#### **4.1. Trajetórias de vida: Conhecendo as mulheres do Assentamento de Vila Amazônia**

Sinto-me na necessidade de nessa seção, onde a minha vida encontra a vida de diversas outras mulheres, a falar do surgimento deste trabalho que vem regado das tantas inquietações minhas ainda criança, inserida neste mundo e nos espaços do campo, das águas e das florestas, e de como com o olhar ainda curioso de menina não aceitava determinadas situações, aprendendo cotidianamente que nem sempre as coisas vão andar conforme nossos desejos, sendo o mundo esse Universo complexo e contraditório, resultado de tantas histórias e esforços coletivos. Ouvir a trajetória de vida e as nuances que permearam a troca e construções de saberes que teceram essa pesquisa, possibilitou um encontro rico e diverso, resultando em lembranças, sorrisos, lágrimas, descontração e palavras que antes pareciam estar relegadas ao esquecimento. Nessa jornada, me políci a ouvir mais do que falar, compreendendo a necessidade que eu tinha como pesquisadora de produzir as repostas necessárias ao conhecimento científico. Para Belei et al (2008, p. 190) um bom pesquisador:

[...] é aquele que sabe ouvir, mas ouvir de forma ativa, demonstrando ao entrevistado que está interessado em sua fala, suas emoções, realizando novos questionamentos, confirmando com gestos que o ouve atentamente e que quer compreender suas palavras, mas sem influenciar o seu discurso. Ele aprofunda o relato do participante e mostra atenção sobre os detalhes importantes.

Foi desse modo que esse trabalho se encaminhou, ouvindo e observando atentamente aos detalhes, as vozes e expressões dos sujeitos e do território da pesquisa, assim pude conhecer e traçar o perfil e um pouco das trajetórias de vida das mulheres presentes no Assentamento de Vila Amazônia. Primando pela ética e pela segurança das participantes envolvidas, mantive o sigilo dos nomes verdadeiros delas, mesmo com autorização para revelar suas identidades. Desse modo, optei por fazer uma homenagem as mulheres que de alguma forma protagonizaram espaços de luta no cenário feminino de nosso país, abaixo segue os nomes fictícios, o que esses nomes representam na luta das mulheres no país e a descrição verdadeira de cada participante. Meu intuito nas entrevistas, era primeiramente conhecer um pouco da vida de cada participante e como se dá o contato delas com a educação, o que elas têm para falar do seu processo de escolarização mesmo em meio as dificuldades encontradas na realidade das escolas do campo.

**Quadro 4:** As Participantes da Pesquisa

Nome fictício	Personagem homenageada	Descrição da participante da pesquisa
Dorotty	Dorotty Stang defensora de uma reforma agrária justa, mantinha intensa agenda de diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas, na busca de soluções para os conflitos relacionados a posse e à exploração da terra na Região Amazônica. Foi assassinada com seis tiros em uma emboscada no dia 12 de Fevereiro de 2005.	Tem 40 anos, relata que é solteira segundo o documento civil dela. Trabalha como professora há um bom tempo no interior e em outros locais também. Tem dois filhos, uma menina de 15 anos e um menino de 04 anos. É católica, possui ensino superior e uma especialização. Nasceu na Comunidade de Santa Clara do Jaurí, no Assentamento de Vila Amazônia, teve parte da educação lá e outra parte na cidade e na Capital Manaus. A Participante relata que graças ao grande incentivo do Governo Federal voltado para o trabalhador rural, no governo do PT, ela pode cursar o Ensino Superior através do PRONERA, ingressando numa turma de Normal Superior para trabalhadores e trabalhadoras do campo, inclusive filhos e filhas de assentados. No curso, Dorotty disse que eles tiveram contato com

		estudantes de Roraima e que isso foi muito bom, pois eles puderam compartilhar da luta e conquistas de cada um para finalizar o curso.
Sônia	Sônia Guajajara é uma importante liderança indígena, sendo a primeira deputada federal indígena eleita pelo estado de São Paulo, atualmente foi escolhida no Governo Lula para liderar o Ministério dos Povos Indígenas. Esteve à frente de movimentos como a Marcha das Mulheres Indígenas e Acampamento Terra Livre.	Têm 36 anos, dois filhos, é casada somente no católico segundo seu próprio relato. Trabalha como Monitora AEE, e disse que possui Ensino médio completo e alguns cursos na área de educação inclusiva. Segundo Sônia, ela nasceu na comunidade de Santa Clara do Jaurí, no Assentamento de Vila Amazônia e seu pai era um dos fundadores da comunidade, mas teve que estudar em outras comunidades, porque a escola ainda estava sendo construída e eles tinham que acompanhar o pai que tinha trabalhos pastorais da igreja em outras comunidades. Ela diz ter morado um tempo na cidade e também na capital Manaus por conta de uma doença que a mãe dela teve. Sônia também disse que quando ela retornou para

		<p>a comunidade sentiu a dificuldade que tinha para se ter funcionários que trabalhassem com crianças com deficiência, inclusive ela via que uma criança com síndrome de Down, vinha pra escola e mandavam ela pra casa. Por perceber aquilo resolveu fazer cursos para se especializar na área e poder trabalhar. Atualmente ela atua com uma criança cadeirante, e enfatiza as dificuldades que enfrenta para continuar estudando e se aperfeiçoando na área que ela escolheu.</p>
Joênia	<p>Joênia Wapichana é outra importante liderança indígena, primeira mulher indígena a exercer a profissão de advogada no país, e atualmente no governo Lula vai ocupar o comando da FUNAI. Esteve à frente de movimentos como a Marcha das Mulheres Indígenas e Acampamento Terra Livre.</p>	<p>Tem 38 anos é casada, adepta da religião católica. Concluiu o terceiro ano do ensino médio tecnológico, é agricultora e possui três filhos. Segundo Joênia ela está há 20 anos morando na comunidade de Santa Clara do Jaurí, no Assentamento de Vila Amazônia, ela morava na comunidade do Paraná do Espírito Santo do Meio, veio de lá construiu casa e família nessa comunidade e sempre</p>

		<p>batalhou com o trabalho da agricultura, como roça, negócio de farinha e outras coisas. Joênia disse que parou os estudos para ter as filhas, depois que elas cresceram um pouco, voltou de novo a estudar, e concluiu o estudo dela na comunidade Nossa Senhora Aparecida do Miriti no ano de 2015 com o ensino médio tecnológico, enfatizou também que não continuou os estudos por não ter condições necessárias para dar seguimento e por isso está parada.</p>
Margarida	<p>Margarida Maria Alves, camponesa, sindicalista e grande defensora dos direitos humanos e dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras rurais do país, seu nome e sua história de luta inspiraram a Marcha das Margaridas criada em 2000. Assassinada por latifundiários de sua região no dia 12 de Agosto de 1983 na frente de sua casa com um tiro de espingarda no rosto. Inclusive na fachada de sua casa está a citação de um dos seus discursos: “Melhor</p>	<p>Tem 36 anos é casada, estudou até a quarta série dos anos iniciais, é da religião católica, agricultora e possui 10 filhos. Margarida disse que nasceu e foi criada na comunidade de Santa Clara do Jaurí no Assentamento de Vila Amazônia, disse que não conseguiu prosseguir os estudos porque naquela época as coisas eram mais difíceis, ela precisaria se deslocar pra Parintins e os pais não tinham condições. Mas segundo a participante</p>

	<p>morrer na luta do que morrer de fome”.</p>	<p>ela não se queixa de não ter estudado, ela trabalha com a agricultura, tem a família dela, criou os filhos todos, tendo só uma caçula de 03 anos pra dar conta. Enfatizou que dos irmãos dela, somente ela está na comunidade, outros foram para Manaus e para outra comunidade. Que é feliz com a vida que leva.</p>
<p>Marielle</p>	<p>Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, mulher negra de grande representatividade na política brasileira, defensora do feminismo e dos direitos humanos, crítica ferrenha dos abusos militares contra moradores de comunidades carentes. Foi assassinada junto com seu motorista, em 14 de Março de 2018 tendo seu carro atacado com vários tiros. Até os dias atuais ainda não se descobriu os mandantes do crime.</p>	<p>Não se recorda da idade, disse que esqueceu, é católica e tem 07 filhos. Margarida estuda na AJA, na Gleba de Vila Amazônia onde faz o terceiro e quarto ano das séries iniciais. Disse que mora desde que nasceu na comunidade e que se dedica ao trabalho doméstico e na roça, que a noite frequenta a escola porque quer ter um conhecimento a mais, principalmente pro futuro. Enfatizou um pouco sobre as lembranças de quando era criança afirmando que não teve a oportunidade que está tendo hoje de estudar, por ter que trabalhar desde cedo na roça. Mas, que agora tem esse objetivo de chegar onde</p>

		ela quer, diferente dos pais dela que não tiveram essa oportunidade.
Zélia	Zélia Amador de Deus, mulher negra, professora universitária, atriz e diretora de teatro, nome importante na militância dos direitos da população negra, é uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro no estado do Pará.	Tem 42 anos, é solteira segundo a identidade dela civil, está cursando quarto e quinto ano das séries iniciais na AJA, é católica, agricultora, possui 10 filhos e vai completar 09 anos morando na Gleba de Vila Amazônia. Zélia disse que o que faz da vida é trabalhar na lavoura, deixa os filhos em casa ao dia pra trabalhar e a noite deixa o marido e os filhos em casa pra vim pra escola. Enfatiza que a vida da pessoa que trabalha na lavoura é cansada e que também trabalha em casa, resolve os problemas e vai vivendo como Deus quer. Disse que voltou a estudar por cauda do aprendizado, que não teve oportunidade de estudar quando era mais nova e que agora ela queria continuar os estudos e que ela crer que não vai desistir, que ela já quis desistir, mas crê em Deus que não vai, porque é o futuro dela e ainda vai

		convidar mais amigas que não sabe pra aprender também na escola.
Elizabeth	Elizabeth Altino Teixeira, trabalhadora rural e ativista brasileira, militante nas Ligas Camponesas. Foi presa várias vezes e perseguida pela Ditadura Militar. Nunca se curvou as ameaças dos latifundiários, continuando sua luta por trabalho digno, reforma agrária e justiça no campo.	Tem 38 anos, evangélica, é casada, tem três filhos e está concluindo o sexto e o sétimo ano das séries finais na EJA. Mora na Gleba de Vila Amazônia há uns sete anos. Segundo Elizabeth ela já morou na cidade de Parintins, onde foi criada quando veio do interior, depois de um tempo, já casada e com filhos também morou em Manaus. Disse que trabalha com obra missionária na estrada, levando a palavra de Deus para alcançar vidas e que Crê no resgate de vidas pro reino do senhor.
Carolina	Carolina Maria de Jesus, mulher negra, escritora, famosa por seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, onde conta minuciosamente sua vida sofrida na favela, mas que também foi repleta de luta e superação.	Tem 45 anos, é solteira, é evangélica, estuda o sexto e sétimo ano na EJA, é cozinheira, possui 06 filhos e mora na vila há 07 anos. Carolina disse que parou de estudar cedo, que ela estudava, mas que os pais eram muito humildes e que eles não tinham condições para sustentar ela e os irmãos, e por isso não continuou os

		<p>estudos, pois precisava trabalhar para ajudar em casa. Afirmou que seus pais vieram do interior para a cidade e eram analfabetos, começou a trabalhar muito cedo desde os 08 anos de idade, relata que não reclama porque se ela não tivesse saído cedo para trabalhar, ela não saberia fazer nada hoje em dia, e para honra e glória de Jesus Cristo ela sabe fazer um pouco de cada coisa e assim sobreviver. A participante disse que a sua vida foi muito corrida, que casou cedo, com 14 anos, e que esse rapaz com quem ela ficou tinha muito ciúmes e por isso também não conseguia continuar os estudos, que as colegas iam fazer trabalho em casa e ele já começava a falar as coisas dizendo que elas iam levar recado pra mim e na verdade não era. Com o tempo ela não aguentou mais essa situação e se separou. Falou que teve filhos, e uma separação muito conturbada, onde o ex marido só vivia me levando</p>
--	--	---

		<p>ela no juiz, essas coisas assim. Com isso Carolina decidiu sair da cidade de Parintins e veio passear na Gleba de Vila Amazônia, conheceu muitas pessoas e decidiu morar na Vila. Depois arrumou um trabalho na cidade de Parintins e trabalhava lá e voltava pra dormir na Vila. Ela afirma que mesmo passando por todas essas coisas, ter deixado de estudar, da separação, ela nunca colocou isso na cabeça, disse que o único arrependimento foi de ter deixado os filhos com o pai deles, mas que de restante não se arrependia de nada. Carolina também relatou que quando veio morar na Vila conheceu outro rapaz, mas que, tinha medo de se envolver com alguém novamente, porque acreditava que a relação seria conturbada que nem a que ela tinha vivido com os pais dos filhos dela. Quando ela então decidiu ficar com esse rapaz e morar junto, ele que perguntou se ela não queria</p>
--	--	---

		<p>terminar os estudos, mas segundo seu próprio relato ela se achava velha demais para continuar estudando. E que por insistência dele ela voltou a estudar, que ele havia dito que os filhos dela iriam ter orgulho quando ela terminasse os estudos, e ele mesmo foi na escola conseguir vaga, e que no fim ela resolveu dar os documentos e se matricular, mas sem muita vontade. Relatou também que chegou na escola ainda com vergonha, mas não tem do que se arrepender que o que ela aprendeu nessa escola foi muito bom, que ela tem ótimos professores, e não tem o que se queixar deles, que ela aprendeu muito com eles. Que no início ela ficava muito nervosa, mas que agora tinha perdido aquele nervoso, e que espera continuar os estudos, porque Deus fez muita coisa boa na vida dela.</p>
--	--	--

Fonte: ROLIM, Dalvina Teixeira, 2022

Procurei seguir o mais fiel possível as falas das participantes, colocando todos os detalhes que elas me repassaram no momento da entrevista. As mulheres escolhidas seguiram

um padrão estipulado, mulheres adultas e com maior experiência de vida, que de certo modo tivessem tido contato com o mundo do trabalho e também com o universo educacional. Um traço a ser deixado em evidência no perfil dessas mulheres se assenta na relação que elas possuem na busca de superação da própria realidade, seja para si, como para seus filhos e companheiros, enxergando na escola uma forma de melhorar sua condição social. Outra marca que pode ser citada é a precarização da vida dessas mulheres, que desde muito cedo precisam dar conta de trabalhar para conseguir se sustentar e sustentar sua família, colocando em um plano distante o sonho da formação educacional.

Nesse sentido querendo ou não ocorre uma espécie de produção social de vidas precarizadas que indica entre outros, três aspectos. O primeiro deles é a difícil condição material de vida, a qual explode no colo das mães e das avós, no colo das mulheres. Um segundo aspecto passa pelo peso do racismo na vida das famílias descendentes da força de trabalho escravizada. Terceiro aspecto articula-se com o papel atual da escola meritocrática, que tem o papel de pré-seleção da força de trabalho juvenil. (CASTRO; MACHADO, 2016, p. 247)

O primeiro aspecto é a forma como a responsabilidade da criação dos filhos recaí sobre os ombros femininos, as mulheres são presença marcante nas relações sociais, dados estatísticos de diversas pesquisas mostram um grande número de pessoas que não possuem o nome do pai nos registros de nascimento, essas mães carregam pra si toda a carga de cuidado e manutenção familiar. “[...] Na figura da mãe condensam-se dois aspectos fundamentais da vida humana: o aspecto do sustento biológico na forma de comida e abrigo e o sustento psíquico, a mãe não desaparece nunca.” (CASTRO; MACHADO, 2016, p.257)

O segundo aspecto é interessante de ser analisado porque todas as mulheres entrevistadas, eram mulheres não- brancas, mestiças em sua maioria, algumas carregavam traços muito fortes da cor negra. O Racismo mesmo aquele que aparece silenciosamente, chamado de racismo estrutural, atravessa a sociedade de forma violenta, gerando sofrimentos diversos. Apesar de atingir a todos os corpos negros de forma geral, nas mulheres o racismo opera de duas formas: com a dominação de sua força de trabalho e também a dominação sexual de seus corpos. Angela Davis (1982) afirma que era muito conveniente no período colonial as mulheres trabalharem na mesma proporção que os homens e nesse caso eram vistas como “desprovidas de gênero”, no entanto quando era cabível a exploração de seus corpos de maneira sexual por seus senhores, eram reduzidas exclusivamente a condição de “fêmeas”.

Um fato em especial na fala das mulheres com mais idade que participaram dessa pesquisa é que elas em sua maioria largaram os estudos para trabalhar fora de casa e assim ajudar no sustento da família, trabalhos em sua maioria marcados pela precarização e condições

de inferioridade. Angela Davis (1982) também associa essa saída precoce para o mundo de trabalho com as questões raciais. “Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão.” (p.32)

O terceiro aspecto se fundamenta na função social da escola e de que forma ela pode ser concebida como um espaço que possa estabelecer as mesmas condições de acesso a uma educação de qualidade social que é ofertada as classes dominantes. No entanto as condições de vida que essas mulheres tem de enfrentar acabam gerando pouca motivação para dar conta dos estudos, o desgaste físico de longas horas de trabalho nas duplas e até triplas jornadas desenvolvidas que vai de encontro também ao caráter meritocrático da escola, que continua reproduzindo as desigualdades presentes em nossa sociedade. Bourdieu (1999) diz que em sua maioria a escola assume a função de conservar e reproduzir os valores da ordem social dominante. Para o referido autor a escola “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural.” (BOURDIEU, 1999, p. 41)

O que o autor diz com isso é que quanto mais privilegiados socialmente um grupo familiar é, maiores são as chances de as crianças pertencentes a essa família ter sucesso escolar e no decorrer de sua formação, pois o acesso à cultura e a outros bens sociais não se dá de forma igual, nem acontece de maneira natural. A meritocracia do sistema escolar brasileiro é um fator que serve para continuar segregando e marginalizando uma boa parte da população.

Diante disso, a mesma escola que é vista pelas classes oprimidas como um alicerce para a mudança da condição social é também espaço para reprodução e perpetuação das desigualdades presentes em nossa sociedade. Por isso a necessidade de escancarar esses obstáculos que fazem parte de um sistema dominante, e promover espaços de diálogos e escuta para garantir que a educação seja voltada para um projeto social emancipatório.

Ouvir a trajetória de vida e o processo de educação que atravessa essas mulheres me permitiu traduzir um pouco da vida delas em sociedade, da realidade apresentada em cada palavra, a memória de momentos difíceis, mas também os sorrisos e a esperança de uma vida melhor. Na próxima seção busquei fazer um apanhado a partir das falas das participantes sobre três pontos importantes desta pesquisa: Trabalho, Educação e as relações assimétricas entre homens e mulheres observadas no Assentamento de Vila Amazônia.

## **4.2. Trabalho e Educação: as relações de assimetria e desigualdades de gênero no Assentamento de Vila Amazônia no Município de Parintins-AM**

As questões que permeiam as relações sociais no campo estão para além dos processos de escolarização ou do trabalho realizado cotidianamente nesses territórios. Por isso, a riqueza dos relatos colhidos no período da pesquisa de campo, oportunizaram a descoberta de uma diversidade de histórias que por mais que estejam entrelaçadas a uma realidade cultural maior, são únicas, sensíveis e regadas de sabedoria. A condição da mulher em nossa sociedade, é marcada pelas relações de poder, fortemente atreladas ao sistema Patriarcal/capitalista/racista. A divisão sexual do trabalho no campo tem como base a cultura hegemônica e desde muito cedo as crianças vão aprendendo o papel estipulado a elas socialmente, a depender de seu gênero. “Quando a mulher incentiva as meninas o espaço da horta e da cozinha; enquanto os meninos possuem os espaços de poder, as mulheres do campo contribuem para a permanência da condição de submissão e dos espaços privados, como o doméstico. [...]” (CASTRO; MACHADO, 2016, p. 235-236)

Mas essa é uma ação que acontece de maneira não intencional, é algo dado como natural, onde as mulheres ficam com a função do cuidar e os homens com a função do prover, por isso seguem perpetuando as opressões e violências já existentes em nossa sociedade. A questão do trabalho deve estar associada a educação, uma vez que o sistema escolar deve preparar o ser humano para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho, para Saviani, (2007), “Trabalho e educação são atividades especificamente humanas” (p.152) No campo a educação e o trabalho estão ainda mais conectados por serem peças fundantes no cotidiano de diversos camponeses e camponesas que enxergam na educação uma forma de mudança social, e tem o trabalho como fonte do sustento diário. Investigando a dinâmica do trabalho na Comunidade de Santa Clara observei que mesmo as mulheres que trabalham como professoras também atuam no roçado, na criação de animais e outras atividades produtivas. Os terrenos próximos a igreja de Santa Clara e a escola não pertencem aos comunitários, são terras da diocese que foram doadas apenas para que as pessoas ficassem morando, a maioria deles possuem terrenos próximos, e estavam ainda batalhando para conseguir regularizar a titulação junto ao Incra.

Aqui na comunidade os terrenos não são nossos, o terreno pertence a diocese, a gente mora nele, tem toda a competência de zelar, cuidar, mas em compensação a gente tem que dar vida a comunidade, né? A gente tem os terrenos na Colônia São Jorge que é onde a gente produz, né? E ele está em processo de passar pro nosso nome, meu e do meu esposo, ele ainda está no nome da minha cunhada que na época ele era de menor então ela ficou com a tutela do terreno, né? Mas lá há plantação de banana, abacaxi,

macaxeira. Às vezes, a gente não consegue vender, né? Porque pelo escoamento as vezes por causa do transporte, quando o lago tá seco é mais difícil ainda que tem que levar pro rio Amazonas, mas quando vem pra comunidade a gente consegue sim fazer a troca com outros alimentos, quem tem a fruta, troca com a comida, ou o café, o açúcar a gente consegue fazer essas trocas. A gente trabalha com essas produções, quando a gente não tá na escola, a gente vai correr lá pra plantar, pra colher, pra tá sempre visitando. (Sônia, Trabalhadora rural e Monitora AEE, 2022)

A fala de Sônia revela um leque de situações recorrentes nos territórios campestres, podemos citar a influência das igrejas, a falta de incentivo do poder público para auxiliar no escoamento dos produtos, a questão da regularização das terras, e as duplas e até triplas jornadas de trabalho das mulheres. Sônia trabalha na escola e ainda tem que fazer o trabalho doméstico e as atividades junto a produção da família, muitas das vezes esses trabalhos seguem sendo considerados como obrigação feminina, e as terras e os negócios referente a produção sempre vão ser partes do universo masculino. “As propriedades são geralmente registradas ou compradas por homens. São eles que aparecem, que negociam, que roubam a cena, enquanto as mulheres se escondem nos espaços privados ou são invisibilizadas por suas amarras. [...]” (CASTRO; MACHADO, 2016, p.236)

Na Gleba de Vila Amazônia a situação também não é diferente, as mulheres seguem realizando as suas jornadas cansativas de trabalho e ainda acreditam que devem cuidar do marido, a função do cuidar é muito enraizada no ser feminino, mulheres aptas para o casamento são aquelas que segundo a sociedade sabem cozinhar, lavar, passar e “cuidar” de seus maridos. “Olha, o que eu acho do meu trabalho na roça é que é um trabalho pesado, né? É pesado porque trabalha de dia e de noite vem estudar, né? É cansativo pra gente que é mulher, né? Que cuida dos filhos, do marido, né? E é pesado pra gente.” (Zélia, trabalhadora do campo, estudante da AJA, 2022) As mulheres que frequentavam a AJA e a EJA geralmente iam pra escola depois de uma rotina exaustiva, e mesmo com todas as dificuldades eram presença marcante nas salas de aulas. Sabe-se que a educação voltada para os jovens e adultos precisa abranger o contexto social do educando e toda a sua rotina de vida. “[...] os motivos que levam jovens e adultos trabalhadores e trabalhadoras a buscarem cursos de elevação de escolaridade referem-se às suas expectativas de conseguir um emprego melhor, entender as coisas, expressar-se melhor, [...] e não depender de outros, logo, viver dignamente.” (ALVES, 2006, p.52) E isso fica explícito em mais uma fala de Zélia (Trabalhadora Rural e estudante da AJA, 2022):

Enfrentei muita crítica e preconceito, né? Por causa da minha idade, né? Ficam falando “por que que eu não estudei antes e agora que eu vim procurar estudar”. O meu primeiro homem não aceitava e esse que eu tô agora aceitou e é o primeiro a falar “vai, isso é pra ti, é o que tu vai levar contigo”, então é isso. Eu precisava muito de leitura, né? Pra mim ler, pra mim saber, ser educada com as pessoas, né? É isso daí.

O testemunho de Zélia também aponta uma realidade latente acerca da opressão da mulher, a necessidade de obediência ao marido para se fazer coisas naturais a todo ser humano, como por exemplo ter o direito de estudar. O controle e a dominação das mulheres para que sejam subservientes, é uma característica das sociedades Patriarcais, que se sustentam e se legitimam através de instituições moldadas pelo capitalismo como a família, a religião e até mesmo as escolas e a própria legislação.

O sistema do Patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres. Assegura-se essa cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de “respeitabilidade” e “desvio” de acordo com suas atividades sexuais; por restrição e coerção total; por meio de discriminação no acesso e recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe as mulheres que obedecem. (LERNER, 2019, p.267)

As mulheres mesmo que inconscientemente acabam por aceitar essa dominação, e acabam ficando sobrecarregadas, elencando para si diversas responsabilidades, nas quais deveriam ser compartilhadas com o marido, citamos aqui a responsabilidade com a formação educacional dos filhos. De acordo com Jôenia (Trabalhadora Rural, Mãe de aluno, 2022) “Na escola, sempre “as mãe participa” mais que os pais, porque os pais também eles não tem assim tempo assim pra tá em reuniões junto com os filho, participar de brincadeira, de encontro com os aluno e é difícil mesmo, só as mulheres mesmo que enfrentam a batalha.”

Geralmente a desculpa dada para não participação da figura paterna nas escolas dos filhos, é o trabalho que os homens realizam fora de casa, no entanto as mulheres também trabalham tanto no ambiente doméstico, como fora de casa. “É mais mãe na escola. Muitas mães que vem né? Pais é a minoria que vem, né? Às vezes porque estão no trabalho, né? Estão na pesca ou na roça mesmo. Mas a maioria em tudo é mais as mulheres que vêm.” (MARGARIDA, Trabalhadora Rural, mãe de aluno, 2022) Essa relação assimétrica no cuidado dos filhos é também presente nas mais diversas dimensões da vida social entre homens e mulheres, o que acarreta sobrecarga mental e física ao sexo feminino.

Sobre a educação que se almeja nos territórios da pesquisa, as mulheres relataram em sua maioria que gostariam que melhorasse mais, porque elas percebem que tem muitas coisas que precisam avançar nas comunidades que residem, mas ficam felizes por poder proporcionar aos filhos e ter também a oportunidade de seguir com os estudos. Essa felicidade é expressa nas palavras de Marielle (Estudante da AJA, Trabalhadora do campo, 2022): “Ai, pra mim estudar

aqui é muito maravilhoso. O que eu não sabia, eu já aprendi, aprendi muitas coisas, né? Principalmente assim, um pouco da leitura, né? Já tenho mais um conhecimento.

No entanto, os alunos do campo só têm acesso ao Ensino Médio por meio do Ensino Médio Tecnológico, que acontece a noite e é ofertado pela SEDUC- Secretária Estadual de Educação, no caso dos alunos que residem na Gleba de Vila Amazônia, muitos deles optam por fazer o atravessamento de barco e estudar nos colégios da cidade de Parintins. Por isso o sonho de uma das participantes é a implementação de uma escola que oferte o Ensino Médio nos horários matutino e vespertino. “Eu tenho um sonho de um dia ver um colégio estadual aqui na Vila Amazonia, né? Que os nossos filhos não precisem atravessar, ir lá pra Parintins, né? Que possa ter um colégio bom, aqui dentro da Vila Amazonia.” (JÔENIA, Trabalhadora Rural, estudante da EJA, 2022) As fotos abaixo fazem uma interface entre trabalho e educação e representa o cotidiano das mulheres participantes desta pesquisa.

**Figura 12:** Momentos escolares da EJA E AJA, Gleba de Vila Amazônia, 2022



**Fonte:** acervo da autora

**Figura 13:** Casa de Farinha, Comunidade de Santa Clara do Jaurí, 2022.



**Fonte:** acervo da autora

A mudança citada no início desse trabalho na escola de Vila Amazônia que com intermédio das propostas do governo federal, na gestão do ex presidente Jair Messias Bolsonaro, que culminou no processo de militarização dessa escola em questão, nos faz refletir sobre as diversas performances de gênero e dos papéis sociais estipulados a homens e mulheres em nossa sociedade, os colégios militares assim como demais instituições militares reforçam a masculinidade e os estereótipos sobre a fragilidade feminina.

[...] as forças armadas e as polícias militares brasileiras se formaram e seguem sendo instituições extremamente sexistas, majoritariamente ocupadas por homens cisgêneros declarados heterossexuais e na sua quase totalidade chefiadas por eles. No Brasil, as mulheres chegaram às forças armadas apenas nos anos 1980 e, embora quase todos os estados já tenham incorporado mulheres em suas polícias, sua presença ainda está limitada e há restrições para que comandem batalhões com homens. (BORTOLINI, 2021, p.98)

Essa situação era bem exemplificada nas frases espalhadas nas paredes da escola e na forma que as professoras e alunas deviam se portar e se vestir, no controle de seus corpos, o cabelo sempre preso em coque, e fardamento específico militar, e a postura sempre demonstrando sinal de ‘sentido’ quando forem falar com alguém. Quando cheguei na escola para iniciar a pesquisa, a professora que foi designada a me apresentar o prédio e o funcionamento da instituição me pediu desculpas por não estar com o fardamento adequado, já que estava vestida com uma saia longa e o cabelo preso, mas sem estar no coque, ela explicou que era uma regra que todos se vestissem adequadamente e prendessem o cabelo em coque,

apontando para algumas professoras e funcionárias que estavam por lá. É comum que nas instituições militares:

Nos seus percursos formativos e na sua atuação cotidiana, disposições cis-heteronormativas são recorrentemente acionadas: nas dinâmicas de mando e obediência, na afirmação das posições hierárquicas, nas performances corporais, na construção da identidade e imagem coletiva. A masculinidade é a estética de poder que atravessa todos esses processos. O aprimoramento produzido pela disciplina militar é também a transformação de uma masculinidade “displicente” - associada ao mundo civil - em uma masculinidade “poderosa”, que se distingue das demais. (BERTOLINI, 2021, p.99)

O ex presidente Jair Bolsonaro, declarado apoiador convicto da ditadura militar, e também como ex militar contribuiu para reforçar discursos homofóbicos e misóginos, fato a ser percebido em diversas falas problemáticas dele veiculadas pelos meios de comunicação, demonstrando como normas sexuais e de gênero foram reforçadas pelas instituições militares durante a história de nossa sociedade. No campo essa situação é ainda mais problemática pois interfere num modo de vida muito particular dessas populações que convivem com o tempo da Natureza e com outras formas de relações.

#### **4.3. O Protagonismo das Mulheres do Assentamento de Vila Amazônia no Município de Parintins-AM**

*Muitas vezes sim, a gente se sente ouvida né? Porque a maioria aqui é mulher, então muitas vezes a gente é atendida, mas muitas vezes não. Mas, quando a gente não é atendida, a gente se mobiliza, vai lá e faz. A gente não deixa ficar parado porque é uma coisa pra comunidade, pro coletivo, e não uma coisa individual, quando é pra comunidade e a gente vê que eles não querem fazer porque a gente é mulher, porque é a gente mulher que está ali na frente, porque é nós que estamos reivindicando e tem muito isso né? Ai, é mulher, é a fulana que está ali a frente, então a gente não vai fazer. Então as mulheradas aqui, elas são a maioria, e a gente tem essa força, mesmo eles não querendo ajudar.*  
(SÔNIA, Trabalhadora Rural, Monitora AEE, 2022)

Começo essa reflexão a respeito da temática que deu vida a essa pesquisa, com as palavras de Sônia, que retratam uma realidade frequente tanto nos espaços urbanos como no campo: a invisibilidade e o apagamento social do protagonismo da mulher. Todas as conquistas no cenário feminino foram realizadas por intermédio de muita luta e mobilização, mesmo que essas mulheres do campo não conheçam o sentido oficial de um Movimento de Mulheres, elas engrenam e dão força a articulações para alcançar direitos e objetivos em prol de uma vida melhor, ainda que essas lutas não estejam diretamente relacionadas aos direitos das mulheres,

mas sim ligadas a uma luta coletiva, como o direito a uma educação de qualidade social. Sendo assim, podemos compreender o movimento social como uma práxis social que “[...]traz em si uma revolução no saber, no conhecer-se, educar-se e formar-se das classes, já que as diferentes lutas educam as classes trabalhadoras e redefinem sua visão do social. No mesmo movimento global em que refazem o social, fazem-se como sujeitos sociais conscientes com identidades coletivas.” (ARROYO, 2002, p. 79)

As mulheres do campo protagonizam veredas de muitas histórias, seguem jornadas com muitas responsabilidades, a sobrecarga feminina é algo naturalizado em nossa sociedade, como se a mulher já nascesse “predestinada” a dar conta de muitas coisas ao mesmo tempo. A cultura do campo apesar de ter temporalidades próprias ainda está incluída em uma cultura maior, que é machista, patriarcal e cheia de opressões, mudar isso não é uma tarefa fácil, as mulheres também acabam sendo socializadas para a crença de que nasceram para desempenhar esses papéis. E isso é bem explícito na fala de Dorotty:

Eu vejo assim que a maioria das mulheres elas já estão acomodadas, quando a gente fala sobre algo e ir em busca de alguns valores, elas se sentem ofendidas, acreditando que a gente possa estar querendo ou tentando passar a frente ou tentando desmembrar aquilo que já foi construído dentro da sua própria casa, né? E isso aí é uma luta que a gente tenta conversar, dizendo que não é por aí o caminho, que a gente tem que ser mais autônoma das nossas decisões, né? (DOROTTY, Trabalhadora Rural, Professora, 2022)

A autonomia feminina está distante da realidade de muitas mulheres, principalmente das que estão em situação de vulnerabilidade, ser autônoma perpassa por questões financeiras, emocionais e da própria liberdade de poder seguir os caminhos que deseja, sem o peso de cumprir papéis previamente determinados para as mulheres em nossa sociedade. “Por autonomia, compreende-se a possibilidade de autodeterminação do indivíduo para organizar seu trabalho, definindo os propósitos e agindo em consequência deles, como a capacidade de gerar renda e de decidir a forma como ela será utilizada, para gastos próprios ou não” (FERNANDES; MOTA, 2014, p. 10). No caso da autonomia financeira feminina, ela dá a mulher a capacidade de enxergar para além do ambiente doméstico, mesmo que isso não transforme as relações maiores que ocorrem entre homens e mulheres dentro da nossa sociedade.

Um fator que observamos na coleta dos dados para essa pesquisa foi o fato de que todas as mulheres possuíam alguma religião cristã, seja católica ou evangélica, a igreja é uma instituição social muito presente nos territórios do campo, foi também um mecanismo muito

utilizado no período da colonização, com intuito de converter os indígenas para assim explorá-los. No caso das comunidades rurais e em especial a comunidade de Santa Clara do Jaurí no Assentamento de Vila Amazônia, a igreja católica tem forte presença, inclusive no que tange a posse de muitas terras, essas terras são doadas a muitos comunitários e em troca eles devem manter a religiosidade e as obras da igreja em constante movimento. “Aqui na comunidade os terrenos não são nossos, o terreno pertence a diocese, a gente mora nele, tem toda a competência de zelar, cuidar, mas em compensação a gente tem que dar vida a comunidade, né?” (JOÊNIA, Trabalhadora Rural, Monitora AEE, 2022)

Nesse sentido, as mulheres acreditam que atuando frente as ações da igreja possuem autonomia e liderança, e assim podem ser protagonistas nesses espaços. Na Gleba de Vila Amazônia a religião evangélica tem se feito muito presente, inclusive no período de observação podemos constatar a presença de muitas igrejas ainda em construção e outras finalizadas, para as mulheres a obra social que elas realizam pregando e levando a palavra é uma forma de ocupar espaços e ter visibilidade.

Lá onde a gente faz a obra, a gente trabalha com ciclo de oração. Tem também aquele meio social, né? De “socialismo” com as mulheres, né? A gente faz esse trabalho em prol a obra. A gente participa. A gente trabalha com eventos, essas coisas, das mulheres, crianças, jovens e adultos. (ELIZABETH, Trabalhadora Rural, Estudante da EJA, 2022)

No caso dos eventos cristãos as mulheres geralmente assumem os espaços da cozinha, da limpeza e do cuidar, principalmente nas quermesses e festas que acontecem nas comunidades, fato que acaba por contribuir com a lógica patriarcal dominante. “[...] de um lado, essas práticas religiosas oferecem às mulheres uma resposta mais imediata no que concernem seus problemas familiares e pessoais; por outro lado, reafirmam o lugar tradicional das mulheres na sociedade, de acordo com sua doutrina patriarcal e androcêntrica.” (SCAVONE, 2008, p.06)

A instituição Igreja ainda prega o modelo tradicional de família burguesa, onde reafirma o lugar da mulher numa sociedade Patriarcal, e estão a serviço do controle e disciplinamento das pessoas, essas relações devem ser pensadas com cuidado, onde romper com cadeias religiosas é fundamental no processo de libertação da mulher, abrimos aqui um parêntese para dizer que falamos da igreja como instituição social que reafirma os valores pregados pelo Estado burguês e opressor, no caso sobre o sentimento da fé humana, entraríamos em um diálogo mais complexo e denso que vai para além das discussões aqui tecidas.

Houve um fato que foi muito marcante durante o período de observação, sendo registrado em diário de campo, em uma das conversas informais com professores e comunitários, eles relataram que as meninas são entregues muito cedo para o casamento, com idades entre 12 e 13 anos, que essa prática é uma cultura comum entre as famílias na comunidade, e que muitas delas deixam de frequentar a escola por conta de logo ficarem grávidas, ou porque precisam cuidar da casa e do marido.

Professora, tem um problema muito sério aqui, que tem né? com essas questões de gênero, de mulher que a senhora trabalha aí, olha, aqui na comunidade, as mães dão as meninas pra casar muito novinhas, criança mesmo, com 12, 13 anos elas já iniciam a vida adulta de casada, e isso atrapalha né? atrapalha elas na escola, elas deixam de vim, não se interessam mais, vão perdendo o interesse pelos estudos, aí elas pegam logo barriga! (Diário de Campo, Comunidade de Santa Clara do Jaurí, 2022)

O casamento infantil é considerado uma prática que fere os direitos humanos, uma violência contra crianças e adolescentes, mesmo que seja considerado uma ação comum e cultural em determinadas localidades. Muitas das vezes essa prática acompanha a gestação na adolescência que acarreta diversos problemas, principalmente para as meninas e os motivos são diversos:

[...] vem da falta de uma perspectiva de vida que determine uma visão mais ampla do futuro, de um nível educacional baixo e da visão equivocada de que assim conseguirão sua independência sócio-econômica. São evidentes também fatores do tipo privação de informação sexual adequada e o desuso de métodos contraceptivos. (COSTA e SILVA, 2011)

É evidente que esse tema relatado nas conversas informais gera um grande leque de discussões que precisam ser feitas, mas nos atemos a focar nos objetivos propostos nessa pesquisa, mas esperamos poder dialogar em outro momento sobre essa violência que é naturalizada numa sociedade Patriarcal e machista como a de nosso país. Prosseguindo sobre a investigação aqui proposta que foca no protagonismo das mulheres, verifica-se no relato de uma das mulheres entrevistadas da Comunidade de Santa Clara do Jaurí que ela se recorda que havia uma organização delas, só de mulheres, onde tinha uma líder e elas se reuniam aos finais de semana para discutir sobre determinado assunto importante para a comunidade, todas podiam dar opiniões, até que pudessem chegar a um acordo.

Antes tinha, agora não tem mais não, sobre o trabalho que a gente se reunia com as mulheres e agora, né? Acabou, não tem mais esse trabalho, só em casa mesmo. Nós tinha a nossa líder que nós se reunia e fazia movimento, só que aqui há muito tempo já, muitas pessoas foram embora, foram morar pra outros locais, aí nós ficamos sem e acabou. Era muito importante porque a gente se reunia no final de semana pra gente conversar, a gente se reunia, cada um dava uma opinião, cada um tinha uma opinião

diferente, a gente conversava tudo aí chegava num acordo pra gente fazer o nosso movimento de mulheres. (MARGARIDA, Trabalhadora Rural, Mãe de aluno, 2022)

Pelo que a participante expressa, ela achava importante essa articulação com outras mulheres, pois gerava aprendizados, havia uma cooperação entre elas, uma troca de opiniões, gerando resistência e organização para que pudessem lutar em prol de um desejo coletivo. Questionar a realidade que estamos inseridos e as condições humanas que nos são impostas deve estar atrelado a um projeto educativo que dialogue com os movimentos sociais, com os sindicatos e associações comunitárias, e demais grupos organizados diversos, a fim de construir uma educação dialógica e emancipadora. No caso dos territórios do campo a luta por educação é também uma luta por reconhecimento social e vida digna, é uma forma de resistência ao modelo imposto pelo agronegócio, que não reconhece a diversidade e os saberes que nascem no campo.

O que eu aprendi aqui nessa escola foi muito bom pra mim, os professores foram uns ótimos professores, não tenho o que me queixar deles. Foram uns professores muito bom pra mim, eu aprendi muito com eles, sabe? Eu era nervosa e assim, eu perdi aquele nervoso, sabe? E graças a Deus, né? Eu espero continuar, né? Eu agradeço tanto a Deus, que Deus fez tanta coisa boa na minha vida. (CAROLINA, Trabalhadora Rural, Estudante da EJA, 2022)

Para as mulheres do campo, especialmente as mulheres do Assentamento de Vila Amazônia, o protagonismo delas assenta-se em uma classe que luta por saúde, educação e vida digna, essas mulheres diariamente protagonizam espaços de atuação forjados na luta social e coletiva cotidiana, seguem discutindo uma educação melhor nas reuniões da escola, com o líder da comunidade e outras lideranças políticas, almejam a partir do estudo mudanças na realidade que as cercam e acreditam que seus filhos podem construir dias melhores por meio da escola que frequentam. As mulheres da AJA e da EJA, acreditam também que podem crescer profissionalmente com a educação que recebem, são gratas por poderem experimentar esses momentos na escola, mesmo diante das tantas dificuldades diárias da vida no campo.

Uma demonstração do protagonismo dessas mulheres na luta por educação do campo, está na construção de um prédio novo pra escola de Santa Clara, foram as mães dos alunos juntamente com os professores que encabeçaram um movimento para chegar até o conhecimento do poder público a precariedade do prédio anterior. Inclusive a máxima participação e atuação das mulheres foi relatada pelo coordenador da escola em uma conversa informal no período de observação, onde transcrevi fielmente as suas palavras em meu diário de campo.

Quem manda aqui são as mulheres. Elas que comandam a igreja, comandam a questão da rede de saúde, comandam a questão das reuniões, né? A maioria são mulheres que participam, os homens participa bem pouco, né? Por exemplo, tem uma programação, um evento ali “x”, eles acompanham, mas quem mais dá força são as mulheres, elas que gostam de participar mais das atividades. (Relato do Coordenador da escola, diário de Campo, 2022)

Entendo a necessidade de uma educação voltada para as lutas sociais, que englobem as questões raciais, de gênero e de classe, promovendo espaços que permitam questionar o papel condicionado socialmente as mulheres com intuito de vencer a invisibilidade, o silenciamento e as diversas formas de discriminação e violências que as atravessam.

#### **4.4. Resistir para existir nos territórios do Campo, das Águas e das Florestas: Tecendo reflexões, buscando outras possibilidades**

*Eu gostaria assim de uma comunidade, de uma educação onde o aluno ele pudesse se expressar sem medo, que ele tivesse segurança, e que cada um deles, eles possam ter espaço pra dizer eu sou do interior, eu moro no interior, e eu posso tá cada vez mais crescendo, entendeu? Eu não quero só que o jovem, o adulto, que estiver no interior saia de lá com desejo de não mais voltar, mas sim dizer eu fiz parte daquela história, eu fiz parte daquele grupo, eu sou responsável, fui responsável também pelo sucesso daquela comunidade, é isso que eu espero. Uma escola onde ela ganhe espaço, ela ganhe nome, ela ganhe todos os direitos que ela tem que ter.*

*(DOROTTY, Trabalhadora Rural, Professora, 2022)*



ROLIM, Dalvina Teixeira. Foto intitulada: “A Janela das Memórias de Infância”, Comunidade de Santa Clara do Jaurí, 2022.

Os caminhos percorridos até aqui estão mergulhados em um misto de sentimentos vivenciados em cada momento de reflexão no processo da pesquisa de campo, tudo que foi discutido e tecido nesse trabalho foi elaborado de maneira prévia a fim de atender os objetivos propostos, mas o trabalho de campo é um universo denso de possibilidades que vão surgindo no decorrer da caminhada, precisei adequar as múltiplas direções que apareceram durante essa dinâmica, buscando focar nas respostas que realmente precisávamos. As respostas encontradas nas narrativas das mulheres que se disponibilizaram a participar dessa pesquisa foi um campo

fértil para se chegar nos resultados dessa investigação, que está diretamente relacionada ao protagonismo dessas mulheres na luta por uma educação do campo no Assentamento de Vila Amazônia no Município de Parintins-AM.

Atualmente o contexto do país revelou um leque de retrocessos e desmontes de direitos com o governo do ex Presidente Jair Messias Bolsonaro, momento pós-golpe, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, são retrocessos que atingiram todas as áreas do país, inclusive as questões relativas à educação, direito das mulheres e dos povos originários, economia, programas sociais que atendiam as classes mais excluídas da sociedade e os direitos das populações do Campo, tudo isso atrelado diretamente ao agronegócio que tem se expandido no país, gerando diversas violências as populações do campo, das águas e das florestas. São projetos neoliberais com emendas totalmente inconstitucionais e muitos cortes orçamentários que fragiliza as políticas públicas voltadas aos menos favorecidos, tudo isso com aval e consentimento do governo Federal. “Não há resistência no campo sem o enfrentamento ao agronegócio. [...]” (MEZADRI, et al, 2020, p. 96)

Colocar o lucro acima da vida é bandeira desse tipo de economia perversa, aumentando as violências praticadas nos territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e outros. Esse tipo de agricultura em larga escala não tem preocupação com a preservação e conservação ambiental, explora, destrói e oprime em nome do capital. No entanto, resistir é o que sempre fizeram essas populações “[...] as resistências e as lutas dos povos e das populações do campo e da cidade deverão continuar, mesmo num jogo de forças muito desigual e injusto. Mas, foi assim que historicamente demos passos e aprendemos com seus processos.” (MEZADRI, et al. 2020, p.46)

Tecer novas possibilidades para o campo, inclusive no que tange ao direito das mulheres e sobre os processos educativos é fomentar a luta e a articulação de Movimentos Sociais, que despertem nos moradores das comunidades a consciência de que podem e devem exigir valorização por parte do Estado, para que possam ter vida digna e permanecer nesses territórios.

Refletimos também sobre a condição social e econômica das mulheres residentes no Assentamento investigado, muitas delas não conhecem seus direitos e ainda estão envoltas de uma cultura maior, ligada a um sistema dominante que amplia as desigualdades. Criar espaços de diálogo, de trocas entre elas é fundamental para a construção de um verdadeiro Movimento de Mulheres no Campo e no Assentamento de Vila Amazônia. As discussões acerca da temática Gênero e mesmo as discussões sobre Educação Sexual que fazem parte dos temas transversais não são trabalhadas nos espaços pesquisados, muitas dessas mulheres ainda meninas passam por uma formação muito tradicional dentro do seio da própria família, e nesses processos

aprendem que devem ser subservientes, seja ao pai, ao irmão ou ao marido. Essa formação coloca as mulheres na condição de obediência, de meras reprodutoras e donas de casa, perpetuando os caminhos da subordinação. No entanto ficou visível a postura forte e corajosa de cada uma delas, mesmo que não se sintam à vontade para questionar a rotina e a cultura já estabelecidas.

Eu falo assim né das decisões que são tomadas em casa e que é da família, a questão do marido, do pai, isso já vem da família, aí chega na formação disso e já tem a questão do marido que muitas vezes eles não permitem que as mulheres façam as coisas né? Então tudo isso influencia. E eu acredito assim, olhando a realidade que nós mulheres, nós precisamos ter mais assim autonomia nas nossas decisões mesmo o que a maioria não tem. (DOROTTY, Trabalhadora Rural, Professora, 2022)

O fator cultural e histórico da subordinação feminina é ainda um fardo muito grande a ser carregado pelas mulheres, sendo uma realidade que se agrava ainda mais a depender da condição social que essa mulher se encontra, a precarização e invisibilidade do trabalho feminino é também um fator que precisa ser destacado, a maioria das mulheres nem se dá conta do quanto atuam e são protagonistas de diversos espaços. Por isso a necessidade de promover mecanismos de luta, de organização política e social.

A mobilização dos sujeitos, individuais e coletivos, no interior das comunidades, os encontros e as trocas de saberes promovidas por camponeses/as, universidades públicas, fóruns, secretarias municipais e estaduais de educação, contribuem com os debates acerca das políticas públicas de educação nas escolas do campo. Trabalha-se com a formação política, filosófica e emancipadora dos camponeses, incentivando os núcleos de agroecologia e a produção de alimentos saudáveis, nos marcos da autonomia e soberania alimentar. [...] As ocupações de terra e a luta pela reforma agrária popular, embora com dificuldades, pela impunidade da violência imposta pelos ruralistas, caminham. Experiências, individuais e coletivas, apontam para o horizonte de rearticulação das lutas populares. (BICALHO; MACÊDO; RODRIGUES, 2021, p.54)

Os territórios do Campo, das Águas e das Florestas presentes na cidade de Parintins-AM, tiveram um grande incentivo na mobilização social com a criação do Fórum Parintinense de Educação do Campo das Águas e das Florestas Paulo Freire, que têm realizado junto as comunidades diálogos e trocas de saberes, identificando formas de resistências frente as investidas do Capital, das forças políticas, e das opressões presentes em nosso meio, unido as outras organizações e movimentos sociais têm buscado avançar na luta por educação digna, divisão justa de terra, acordos para produção sustentável e políticas públicas para o campo. No entanto precisa-se ainda ampliar o diálogo para as questões de gênero, as lutas antirracistas e mesmo um projeto que leve educação sexual para esses espaços, promovendo discussões que fortaleçam a luta de classes e contrariem a ordem capitalista.

## CONCLUSÕES

Essa pesquisa surge das minhas inquietações como profissional, pesquisadora e militante, envolvida na dialética do campo, das águas e das florestas, que encontra na educação uma esperança em dias melhores, e por isso decidiu ingressar neste Programa de Pós-Graduação, aceitando a tarefa de construir junto com minha orientadora este trabalho científico.

Sinto um misto de emoções ao chegar nas palavras finais deste processo, com os olhos um pouco marejados e coração aquecido das tantas histórias e trajetórias de vida que cruzaram meu caminho durante todo esse percurso de pesquisa e estudos. Não abri mão da pesquisa de campo, mesmo ciente do tempo curto que é disponibilizado no mestrado, e do grande desafio que teria pela frente, eu sabia que nesse trilhar encontraria um universo rico de possibilidades, um campo fértil para buscar investigar o protagonismo das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia no Município de Parintins-AM na luta por uma educação do campo.

As desigualdades sociais e de gênero que se fazem presentes nos territórios do campo, das águas e das florestas, marcam a construção histórica e cultural desses espaços, por isso a necessidade de dialogar acerca da temática investigada, reafirmando o compromisso de que somente com processos educacionais emancipatórios haverá a superação desses obstáculos, viabilizando um ensino e aprendizagem que esteja conectado a identidade de seus sujeitos, mas que também viabilize mecanismos para fomentar a luta frente ao modelo colonial/capitalista/patriarcal.

Seguindo os objetivos estipulados e todo processo de orientação traçados previamente para a realização desse trabalho, compreendemos que chegamos aos resultados que foram explanados em cada seção dessa pesquisa. Os caminhos e as trajetórias de vida das mulheres do campo mostraram as assimetrias entre homens e mulheres, resultado do arranjo cultura maior que nos envolve. Homens e mulheres já nascem com papéis sociais traçados, existe uma construção sobre o que é ser mulher e o que é ser homem dentro da lógica Patriarcal de Sociedade.

As mulheres que participaram dessa pesquisa mostraram em suas falas que desempenham diversas atividades, algumas seguem até triplas jornadas de trabalho (mãe, professora e trabalhadora rural), e que muitas dessas jornadas são silenciadas, sendo consideradas apenas obrigação feminina. Mudar essa realidade perpassa por projetos educativos que englobem lutas feministas e antirracistas, que despertem nessas mulheres a consciência de seu protagonismo, de sua atuação como sujeitas de direito, que movimentam a economia do campo.

É significativo o avanço nos últimos anos sobre as questões de gênero em nossa sociedade, a visibilidade relacionada a luta das mulheres aos poucos tem ganhado destaque, passando a fazer parte de nosso cotidiano. No entanto é importante continuar atento e vigilante quanto aos desmontes dos direitos já conquistados, principalmente no momento pós golpe e logo depois a atuação perigosa de um governo de extrema direita, que operou diversos desmontes quanto aos direitos referente as minorias. As reflexões aqui colocadas tiveram o intuito de dialogar com a mulher do rural, seu protagonismo e o seu papel na sociedade, as relações de trabalho e educação no campo, as desigualdades e assimetrias de gênero ainda latentes tanto no campo como na cidade.

É importante salientar a necessidade de frisar a superação das desigualdades de gênero por meio dos processos educativos, da importância de uma educação libertadora que rompa com esse projeto neoliberal de governo nesses espaços, que respeite e valorize as especificidades das populações do Campo, das Águas e das Florestas na Amazônia. Queremos aqui frisar a necessidade de um projeto educativo feminista e antirracista no campo, pois as mulheres do rural já possuem seus saberes, e atuam em diversas frentes, a ideia é que a partir disso, elas tenham mais visibilidade nas suas vivências, nos seus modos de resistência diária, sejam protagonistas de suas lutas. Os espaços femininos e masculinos precisam ser repensados no campo, quando essas mulheres se veem atuando nos trabalhos, nas lutas, nos movimentos, reconhecidas pelo seu papel social elas vão aos poucos se colocando como sujeitos políticos no campo.

A militarização de uma escola do campo em contexto amazônico foi algo que causou grande impacto, devido as diversas problemáticas referentes a isso, e escancarando ainda mais os retrocessos trazidos por um governo de extrema direita que trabalhou incansavelmente para desarticular os direitos das minorias e suas bases de enfrentamento.

As questões aqui construídas sobre a construção de um feminismo afro-latino americano e popular no contexto amazônico retomou a necessidade do envolvimento das demandas dos grupos étnicos, principalmente de mulheres negras que são duplamente espoliadas pelo capital, sabendo da presença marcante dessas mulheres nos espaços do campo, das águas e das florestas.

Tecer essas reflexões a respeito de um projeto educativo no campo, é saber que em nosso país as políticas públicas voltadas para as áreas rurais, são ações paliativas e de cunho emergencial que não estruturam uma educação conectada com a realidade desses povos, e sim seguem o modelo urbano proposto nas escolas da cidade. No assentamento de Vila Amazônia isso ficou bem visível e relatado pelas pessoas que encontrei nessa caminhada.

Durante o percurso do trabalho de campo, pude experimentar de perto a rotina de muitas mulheres do Assentamento de Vila Amazônia, que apesar de realizarem muitas atividades sozinhas, ainda estão sob a dependência masculina, seja do pai ou do marido, é como se mesmo com os pequenos avanços em nossa estrutura social no que tange o direito feminino, essas mulheres ainda não conseguissem se libertar dessas amarras tão presentes em nossa sociedade.

O campo é lugar de vida, de produção, o campo sustenta a cidades com seus produtos, abastece os comércios dos pequenos municípios amazônicas, e tenta sobreviver ao avanço do agronegócio e da ação de grandes pecuaristas que não enxergam esses territórios em sua totalidade, com seus saberes-fazeres, com suas particularidades. Tecer essas reflexões nesse estudo foi de fundamental importância para compreender as questões de gênero que envolvem as populações do Assentamento de Vila Amazônia, em especial a Comunidade Santa Clara do Jaurí e a Gleba de Vila Amazônia.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA, Damião Bezerra (org.). **Pedagogias Decoloniais, Decolonialidade e Práticas Formativas na Amazônia**. Curitiba: CRV, 2021.
- ALVES, Francisca Elenir. **Mulheres Trabalhadoras, sim. Alunas por que não? Estudo sobre gênero, trabalho e educação na Bahia**. Brasília: UCB, 2006. Dissertação- Programa de Pós Graduação Strito Sensu em Educação da Universidade Católica de Brasília.
- ARAÚJO, Vanda Almeida da Cunha. **Mulheres e espeço rural: narrativas, trajetórias e sonhos no reencontro com a escola**. Curitiba: CRV, 2017.
- ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ARROYO, Miguel G. **O direito do trabalhador a educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- BELEI, Renata Aparecida et al. **O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa**. Cadernos de Educação: Pelotas, (30): 187-199, janeiro/junho, 2008.
- BECKER, Bertha Koiffmann; LIMA, Amanda Cavaliere. **Surtos e Ciclos Econômicos de Parintins (AM): Condicionantes à sua Organização Sócio- Espacial e Estruturação Urbana**. Espaço Aberto PPGG- UFRJ, V.3, N.1, p. 77-100, 2013.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva et al. **A EDUCAÇÃO NA REGIÃO NORTE: APONTAMENTOS INICIAIS**. Amazônia, Revista. Antropologia. (Online) v. 5 n. (1), p. 140-175, jan./mar. 2013.
- BERTONCELLO, Andressa; BADALOTTI, Rosana Maria; KLEBA, Maria Elisabeth. **Ação coletiva e políticas públicas: mulheres camponesas na construção da Política de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 543-558, jul./set. 2020.
- BICALHO, Ramofly; MACEDO, Pedro Clei Sanches; RODRIGUES, Guilherme Goretti. **EM DEFESA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: enfrentando o desmonte das políticas públicas**. Periferia, v. 13, n. 1, p. 39-59, jan./abr. 2021.
- BISSOLI, Michelle de Freitas; et al. **Políticas Públicas para A EDUCAÇÃO INFANTIL E O PLANO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO MANAUENSE**. REVISTA AMAZÔNIDA, 2016, ANO 01, Nº 01, p. 03 – 21.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BORGES, Heloisa. Educação do Campo e os Planos de Educação. REVISTA AMAZÔNIDA, 2016, ANO 01, Nº 01, p. 96 – 117.
- BORTOLINI, Alexandre. **MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS E AVANÇO REACIONÁRIO: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**. Revista Diversidade e Educação, v. 9, n. 2, p. 92-119, 2021.

BOTELHO LLR, CUNHA CCA, MACEDO M. **The integrative review method in organizational studies.** *Gestão e Sociedade*, 2011;5(11):121-36.

BOURDIEU, P. A. **Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão Política da Educação Popular.** São Paulo. Braziliense. 1984

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora** / Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Educação do Campo. Referências para uma política nacional de educação do campo. Caderno de Subsídios, Brasília, DF, 2003.

BRUMER, ANITA. **GÊNERO E AGRICULTURA: A SITUAÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL.** *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

CALAÇA, Michela; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. **Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas.** *Revista Brasileira de Educação do Campo*. Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156-1183 set./dez. 2018.

CHAVES, Fabiana Nogueira; CÉSAR, Maria Rita de Assis. **O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia Brasileira.** *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 138 – 156, jan./jun. 2019.

COSTA, Auri Donato da Cunha; SILVA, Tâmara de Oliveira. **GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO MEIO RURAL: UM ESTUDO SOCIECONOMICO COM ADOLESCENTES GRÁVIDAS.** III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a Diferença. João Pessoa- PB, 2011. Acesso em 12/12/2022: <https://www.itaporanga.net/genero/3/08/14.pdf>

COLLET, Zenaide; SILVA, Maurício Roberto da. **As narrativas das crianças sobre as práticas educativas do Movimento de Mulheres Camponesas.** *Roteiro*, Joaçaba, Edição Especial, p. 399-428, dezembro 2018.

CRUZ, Teresa Almeida. **A CAMINHADA DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL NA LUTA EM DEFESA DA VIDA.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN2179-510X

CRUZ, Jéssica Thoaldo da; MARTINS, Patricia. **COLORISMO E EMBRANQUECIMENTO NA REDE: O RACISMO E A TENTATIVA HISTÓRICA DE APAGAR A ANCESTRALIDADE AFRICANA.** Acesso em 01/02/2023: <https://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7cz>

ozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjE4NjEiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiNDZiYzYmNTZlZTg1MmU3NzNkZGEwZjQ0MzkyYmY4ODgiO30%3D

CUIMAR, Raimunda Martins. **Saberes e Práticas Culturais de Agricultores Familiares da Amazônia Paraense e suas relações com a monocultura do Dendê**. Curso de Pós- Graduação em Educação- Universidade do Estado do Pará. Dissertação de Mestrado. Belém - Pará 2013.

CUNHA, H. S. **A Feminização da luta por Escolas do Campo: uma questão de gênero e classe**. Disponível em [www.ufrb.edu.br/a-feminizacao-da-luta-por-escolas-do-campo/ufrb](http://www.ufrb.edu.br/a-feminizacao-da-luta-por-escolas-do-campo/ufrb). Acesso em 13/09/2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 1º publicação em 1982 na Grã Bretanha.

DINIZ, Aldiva Sales. **EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO UM PROCESSO DE RESISTÊNCIA: a experiência do PRONERA na Universidade Estadual Vale do Acaraú, estado do Ceará**. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, v. 14, n. 32, p. 325-345, abr, 2019.

DIOP, C. A. **A origem Africana da Civilização: Mito ou Realidade**. Traduzido para o Português a partir da tradução inglesa de Mercer Cook.

DIOP, C. A. A Unidade Cultural da África Negra. Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica.: Luanda-Angola: Ed. Mulemba, 2014.

DIOP, C. A. Naciones negras y cultura. Barcelona: Belaterra, 2012

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. **Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática**. REME • Rev Min Enferm. 2014 jan/mar; 18(1): 1-260.

ERICE, Adriana Samper, MARQUES, Flávia Charão. **Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento**. Estudos Feministas, Florianópolis, 25(2): 562, p. 683-705, maio-agosto/2017.

FABRIN, Tatiane Machado Brandolt. **O PERCURSO HISTÓRICO DAS MULHERES – GÊNERO, FEMINISMO E IGUALDADE**. UNIJUÍ, 2019. In: Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – UNIJUÍ DHE – DEPARTAMENTO DE HUMANIDADES E EDUCAÇÃO CURSO DE HISTÓRIA, 2019. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br> Acesso em: 05/03/2022.

FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes. **Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 3, p. 833-846, jul./set., 2017.

FÁVERO, Osmar. Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: SOUZA, José dos Santos; SALES, Sandra Regina (Org.) Educação de Jovens e Adultos : políticas e práticas educativas. - Rio de Janeiro : NAU Editora : EDUR, 2011. 240p. (Docência.doc ; v. 3

FÁVERO, Osmar; PINHEIRO, Maria das Graças Sá Peixoto (Org.). *Diversidade na educação de jovens e adultos*. Brasília: Liber Livro; Manaus: Edua. 2012. 240 p. (Série Pesquisa em Educação: diferentes enfoques, 9)

FRANÇA, Carmem Lúcia Bezerra de; EUCLIDES, Maria Simone. **VIDAS MARIAS, MULHERES CAMPONESAS NO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENFRENTAMENTOS E RE(EXISTÊNCIAS)**. Cadernos Cajuína, v.5, n.3, p.182-192, Setembro-2020.

FERNANDES, T.; MOTA, D. M. da. **“É sempre bom ter o nosso dinheirinho”:** sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. RESR. Piracicaba, São Paulo, v. 52, Nº 01, p. 009-024, jan./mar., 2014.

FERREIRA, Amanda Cristina de Souza; SANTOS, Ana Carla dos; SILVA, Thaíres Lima da. **GÊNERO E RELAÇÕES DE OPRESSÃO: BREVES REFLEXÕES**. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba Nº 01, p. 357-370, - Ano 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 17ªed. 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. / Luiz Carlos de. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160p.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. **REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO**. LOGEION: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, set.2019/fev. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GHEDIN, Evandro; BORGES, Heloísa. **Educação do Campo: A epistemologia de um horizonte de formação**. Manaus: UEA Edições, 2007.

GHEDIN, Evandro. **O vôo da Borboleta: Interfaces entre Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos**. Manaus: Edições UEA, 2008.

GONZALÉZ REY, Fernando Luiz. **A pesquisa e o tema da Subjetividade em Educação. Psicologia da Educação: São Paulo**, 13, 2º sem. De 2001, pp. 9-15.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 2013.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GONÇALVES, Micheli Suellen Neves. **Gênero e Formação Docente: análise da formação das mulheres do campo do curso de licenciatura em educação do campo da Universidade**

Federal do Sul e Sudeste do Pará. UNB, 2019. **In:** Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2019. Disponível em [www.repositorio.unb.br](http://www.repositorio.unb.br) Acesso em: 06/07/2020.

GONÇALVES, Raquel Quirino; GUIMARÃES, Soraia de Mello. **Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social “Marcha das Margaridas**. Revista Brasileira de Educação do Campo. Tocantinópolis v. 2 n. 1 p. 231-251 jan./jun. 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2014.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino**. Brasília, v. 24, n. 85, p. 97-113, abr/ 2011.

HAGE, Salomão A. M.; CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **Educação popular e educação do campo na Amazônia**. RTPS –Rev. Trabalho, Política e Sociedade, Vol. IV, nº 07, p. 123-142, jul.-dez. 2019.

HATOUM, Milton. **Cinzas do Norte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados- Parintins/AM. 2020**. Disponível em [https:// www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/parintins.html](https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/parintins.html). Acesso em 25/09/2020.

KEMPF, Renata Borges; WEDIG, Josiane Carine. **Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial**. Mundo Agrário, vol. 20, nº 43, e 111. abril-julho 2019.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4º. Ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pósestruturalista Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-168. Disponível em: <http://ram-wan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf> Acesso: 15/09/2022.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã. Primeiro Capítulo (1845/1846)**. Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook e eBooksBrasil.com, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf>. Acesso em: 18/04/2021

MATHIAS, Cristina Bio; PAULA, Sandra Nazareth de. **A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Revista Interfaces: ensino, pesquisa e extensão. Ano 1, nº 1, 2009.

MEDEIROS, Mônica Xavier de. **Memórias, Histórias e Reforma Agrária em Vila Amazônia**. Disponível em: [www.sul2013.historiaoral.org.br](http://www.sul2013.historiaoral.org.br). Acesso em 29/09/2020.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina: e outros poemas para vozes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MENDES, SARAH DE LIMA. **O MODELO DE EDUCAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA NATALENSE (1908-1953)**. Dissertação- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. NATAL/RN, 2015.

MEZADRI, Adriana Maria; et al (org.). **Feminismo Camponês popular: reflexões a partir de experiências no movimento de mulheres camponesas**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(3):621-626, 2012.

MILANÊS, Renata. **O trabalho das mulheres costureiras na zona rural do Agreste pernambucano**. Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, volume 14, 1-29, e020010, jan./dez. 2020.

MOLINA, Mônica C., ROCHA, Maria Isabel Antunes. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRIA, PRÁTICAS E DESAFIOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES – REFLEXÕES SOBRE O PRONERA E O PROCAMPO**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014.

MOREIRA, Antônio Domingos; Jamile de Souza, SOARES. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM TEMPOS DE COVID19: O CONTEXTO DO ESTADO DA BAHIA**. Ambiente: Gestão e Desenvolvimento – ISSN:19814127Vol. 14 nº 1. Jan/Abr 2021.

MURACA, Mariateresa. **É A PARTIR DESSA SEMENTINHA QUE NÓS VAMOS AVANÇANDO. AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA (MMC/SC)**. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v.15, n.1, p.75-91 Jan.-Abr. 2018.

NASCIMENTO, Aristonildo Chagas Araújo; MOURÃO, A. R. B. (Orgs). **Educação, Culturas e Diversidades** – Manaus: Edua, 2011. v. 1

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães. **(ENTRE)LINHAS DE UMA PESQUISA: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica**. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 2, nº 4, 2014.

OLIVEIRA, Larissa Carvalho de. **Perspectivas sobre o direito de produzir das camponesas**. Revista Direito Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 02, 2019, p. 1071-1091.

OYÈRÓNKÉ, Oyěwùmí. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

PALUDO, Conceição. Educação Popular e Educação do Campo: nexos e relações. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS DESSA MODALIDADE EDUCACIONAL**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.78-95, mar.2009 - ISSN: 1676-2584.

PERROT, Michelle, 1928- **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani; tradução Denise Bottmann. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em 23/09/2020.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Diogo Rafael; SABINO, Geruza de Fátima Tome. **Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-RBPAE, v. 35, n.3, set/dez, 2019, p.667-688.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, setembro de 2005.

REGITANO, ALINE; CLAUDEL, Chloe Nahum. **Perspectivas feministas na Amazônia Indígena**. Cadernos de Campo (São Paulo, online) | vol. 30, n. 2 | p.1-23 | USP 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. —. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Josuel Stenio da Paixão. **A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ÂMBITO ANTROPOLÓGICO**. 2018 Acesso em 05/09/2022: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20180403114148.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180403114148.pdf)

RIBEIRO, Marlene. **Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo**. Educ. Pesqui. São Paulo, v. 41, n. 1, p. 79-100, jan./mar. 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3º. ed. - 14. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. **ASPECTOS HISTÓRICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**. REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA – NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS/NURBA – Vol. 2 N. 1 (JUNHO, 2016), p. 75-86.

ROSA, Graziela Rinaldi da. Descolonizando Saberes e Fazeres: pensando as mulheres e a educação do campo. **In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga. (org.). Estudos Feministas, Mulheres e Educação Popular**. Curitiba: CRV, 2016.

ROSSATO, Maristela; MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. **A metodologia construtiva-interpretativa como expressão da Epistemologia Qualitativa na pesquisa sobre o desenvolvimento da subjetividade**. Investigação Qualitativa em Educação/Investigación Cualitativa en Educación/Volume 1, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

Sales, ALL de F., Fontes, FF, & Yasui, S. **Por que eles ainda lutam assim? Notas arqueológicas sobre "militantes" e suas subjetividades**. Em Pracana, C. & Wang, M. (Eds.), Psychological Applications and Trends (pp. 190-194). Lisboa: InScience Press. Acessado em 18 de outubro de 2018, de <https://goo.gl/Whm4MT>

SAMPAIO RF E MANCINI MC. **ESTUDOS DE REVISÃO SISTEMÁTICA: UM GUIA PARA SÍNTESE CRITERIOSA DA EVIDÊNCIA CIENTÍFICA**. Revista Brasileira de Fisioterapia. São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANTOS, Ademar Vieira dos Santos; ALMEIDA, Luís Sergio Castro de Almeida. Perspectivas Curriculares para a educação do campo: algumas aproximações para a construção do currículo da escola dos que vivem no e do campo. **In: GHEDIN, Evandro; BORGES, Heloísa da Silva.(org) Educação do Campo: a epistemologia de um horizonte de formação**. Manaus: UEA Edições, 2007.

SANTOS, Boaventura. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs). Epistemologias do Sul Edições Almedina 2009. pp. 23-71.

SANTOS, Boaventura. UM DISCURSO SOBRE AS CIÊNCIAS NA TRANSIÇÃO PARA UMA CIÊNCIA PÓS-MODERNA. Estudos Avançados, 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/YgSSRgJjZgtbpBLWxr6xPHr/?lang=pt> Acesso em: 13/10/2022.

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; BETTO, Janaina. **MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E FEMINISMOS: percursos e diálogos na construção do feminismo campon es e popular**. Caderno C R H, Salvador, v. 34, p. 1-18, e021007, 2021.

SARMENTO, Danilson Martins, FILHO, João D'An zio Menezes de Azevedo. **OS PROCESSOS EROSIVOS NA ESTRADA DE VILA AMAZÔNIA, PARINTINS – AM**. Acesso em 02/12/2022: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/670/1/Os%20processos%20erosivos>

%20na%20estrada%20de%20Vila%20Amaz%C3%B4nia%2C%20Parintins%20%E2%80%93%20AM.pdf

SCHWENDLER, Sônia Fátima; VIEIRA, Catarina Rielli; AMARAL, Mariana Ribeiro do. **Relações de Trabalho, Gênero e Geração das Jovens Camponesas em Assentamentos de Reforma Agrária.** MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 23 N. 3, P.248-275, DEZ. 2018.

SAVIANI, Derneval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação. v. 12 n. 34 jan/abr. 2007.

SAVIANI, Derneval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significados, controvérsias e perspectivas.** São Paulo, Campinas: Autores Associados, 2014.  
SCAVONE, Lucila. **Religiões, Gênero e Feminismo.** Rever, São Paulo, v.8, p.1-8, 2008.

SCOTT, Joan. **GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE HISTÓRICA.** Revista Educação & Realidade, v.15, n.2, jul./dez. 1990.

SILVA, Edcleide da Rocha e SANTOS, Déborah Murielle Souza. **As ligas Camponesas e a luta que marca os Movimentos organizados do Campo.** In: MEZADRI, Adriana Maria, et al (org.) **Feminismo Camponês e Popular.** 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

SILVA, André Luiz Batista da. **A educação do campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do Movimento Nacional da Educação do Campo.** Revista Brasileira de História da Educação (v. 20, 2020) <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e112> e-ISSN: 2238-0094

SOARES, Magda. **Metamemória-memórias: travessia de uma educadora.** São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Aparecida Darc de; et al (org.). **Da educação sem sentidos aos sentidos da Educação: crises e dilemas, sonhos e lutas.** Curitiba: CRV, 2017.

SOUZA, Emerson Bellini Lefcadito de. **Os movimentos sociais e a educação do/no campo: a ausência de políticas públicas e as condições históricas que fizeram emergir a luta pela educação no MST.** Eixo 6: Educação dos trabalhadores e políticas públicas (Educação Básica, Superior e Pós-Graduação), 2006. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2006/Emerson%20Belline%20Lefcadito%20de%20Souza.pdf>

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein. 2010; 8(1 Pt 1):102-6.

SILVA, Márcia Alves da; GODINHO, Eliane. **A construção de uma Pedagogia Feminista Latino Americana na Perspectiva da Educação Popular.** Florianópolis: Womens Worlds Congress (Anais Eletrônicos.), 2017. Disponível em [www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br). Acesso em 31/08/2020.

SOUZA, Maria de Jesus Muniz de Souza; VASCOCELOS, Maria Eliane de Oliveira. Memória de educadores sobre a educação do Campo em Parintins. In: VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. (org.). **Educação do Campo em Parintins: Limites e Possibilidades.** São Paulo: Scortecci, 2016.

STRECK, Danilo R. et al. Educação popular e docência. - I. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

TAVARES, Anderson de Souza. **GEOGRAFICIDADES, URBANIDADES RURAIS E CAMPESINIDADE NO MODO DE VIDA DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DE VILA AMAZÔNIA (PARINTINS/AM). Dissertação.** (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Amazonas (Departamento de Geografia). Manaus-AM: 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

TRENTINI, Flavia, et al. **DIÁLOGOS PARA O DIREITO E CIDADANIA NO CAMPO.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 1 ed. 16. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONCELOS, Marias Eliane de Oliveira (org.). **Educação do Campo em Parintins: limites e possibilidades.** São Paulo: Scortecci, 2016.

VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. **EDUCAÇÃO DO CAMPO NO AMAZONAS: HISTÓRIA E DIÁLOGOS COM AS TERRITORIALIDADES DAS ÁGUAS, DAS TERRAS E DAS FLORESTAS.** TESE-Programa de Pós-Graduação em Educação- Universidade Federal do Pará. Belém/PA 2017

VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira; ALBARADO, Edilson da Costa. **Currículos e saberes dos territórios de Várzea e Terra Firme nas Amazônia.** Revista Espaço do Currículo (online), João Pessoa. V.14, n.2. p.1-16, maio/agosto, 2021.

WALSH, Catherine. Gritos, Gretas e Semeaduras de vida: Entretences do Pedagógico. **In: SOUZA, Sueli Ribeiro Mota; SANTOS, Luciano Costa. (org.) Entre-linhas: educação, fenomenologia e insurgência popular.** Salvador: EDUFBA, 2019.

ZIECH, Márcia Eliana. **A Educação do Campo na Perspectiva da Educação Popular.** CONTEXTO & EDUCAÇÃO Editora Unijuí Ano 32 nº 102, P. 100-117. Maio/Ago. 2017

**ANEXOS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DA EMENDA

**Título da Pesquisa:** Os significados das trajetórias de escolarização de jovens estudantes amazônicas

**Pesquisador:** Iolete Ribeiro da Silva

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 15366619.1.1001.5020

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Amazonas - UFAM

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.082.840

#### Apresentação do Projeto:

O Projeto de Cooperação Acadêmica entre UFAM-UnB-UNIR tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento dos programas de pós-graduação na região amazônica, PPGPSI/UFAM e MAPSI/UNIR e a consolidação da colaboração científica entre as equipes, tendo por referência os estudos voltados aos processos de desenvolvimento humano e educação em contextos socioculturais específicos, na região amazônica brasileira. A interação científico-acadêmica com a UnB será uma ação importante para a construção de uma rede de cooperação entre essas universidades, para a criação de novas linhas de pesquisa e para o processo de internacionalização. A rede de cooperação constituída na área de Psicologia a partir da UFAM, UNIR e UnB, promoverá intercâmbio de ensino e pesquisa e a mobilidade de docentes e discentes, a fim de aprofundar os estudos de forma cooperativa e contribuir para ampliar a formação de recursos humanos e produção científico-acadêmica de alto nível que tem como foco a realidade regional do Norte do Brasil. A cooperação entre os três programas de pós-graduação em psicologia, fortalecerá a articulação existente entre pesquisadores que atuam na Amazônia com povos amazônicos, com a diversidade étnico-racial e suas implicações, a fim de dar visibilidade qualificada desta realidade em nível nacional e internacional. O PPGPSI/UFAM, atualmente é constituído por duas linhas de pesquisa e almeja com este PROCAD a ampliação da pesquisa e da produção intelectual a fim de melhorar seu desempenho na avaliação da CAPES, criar um periódico e credenciar o doutorado em psicologia a partir do desenvolvimento de sua potencialidade

**Endereço:** Rua Teresina, 495

**Bairro:** Adrianópolis

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**CEP:** 69.057-070

**Telefone:** (92)3305-1181

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 4.082.840

acadêmica na temática assumida neste projeto. Considerando que a psicologia enquanto campo de conhecimento pode produzir subsídios para a construção de políticas educacionais inclusivas que considerem as dimensões socioculturais e o reconhecimento das culturas e formas de viver em comunidades tradicionais da Região Amazônica/Norte apresenta-se esta proposta de trabalho. O objetivo geral desta colaboração é analisar como as/os estudantes amazônidas significam a sua trajetória de escolarização e vivências no ensino superior, sua participação e protagonismo e o quanto a universidade responde as suas demandas, em narrativas e argumentações, a partir de sua inscrição sócio institucional. Os objetivos específicos são: identificar espaços de participação das/dos estudantes identificando elementos que promovem ou impedem a permanência na universidade; entender de que forma os estudantes significam sua trajetória de escolarização; identificar nas narrativas dos estudantes se e como os professores contribuíram para a promoção da inclusão escolar; analisar as mudanças (lineares) e transformações (descontínuas) nas vivências escolares dos estudantes a partir de estudo longitudinal desenvolvido em duas etapas com intervalo de um ano. O campo de pesquisa da Equipe Proponente abrangerá três campi da Universidade Federal do Amazonas: (1) Campus Manaus localizado na capital do estado; (2) Campus Humaitá: no Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente que fica na região sul do estado do Amazonas; e (3) Campus Benjamin Constant: no Instituto Natureza e Cultura de Benjamin Constant situado na região do Alto Solimões na tríplice fronteira. O campo de pesquisa da equipe Associada 2 abrangerá três campi da Universidade Federal de Rondônia, a saber: a) cursos do campus de Porto Velho; b) curso de Licenciatura em Educação Intercultural do campus de Ji-Paraná; c) Licenciatura em Educação do Campo Campus de Rolim de Moura. Serão participantes da pesquisa estudantes da UFAM e UNIR. Serão utilizados três recortes para a análise dos significados atribuídos às trajetórias de escolarização e das condições de acesso: (1) políticas educacionais; (2) comunidade de pertencimento; (3) gênero. Será realizada uma pesquisa longitudinal em duas etapas com um intervalo de um ano. Para a construção de dados serão realizados os seguintes procedimentos: entrevista em grupo focal; entrevista individual - narrativa aberta, entrevista semiestruturada, entrevista mediada por imagens ou objetos individuais e entrevistas móveis. O mesmo grupo de estudantes será entrevistado na primeira e na segunda etapa do estudo a fim de permitir a identificação de mudanças lineares na transição e algumas mudanças descontínuas. O uso de diferentes ferramentas de análise permitirá: descrever e definir o contexto de significação em diferentes níveis; avançar na compreensão dos processos de desenvolvimento e aprendizagem atuantes na interpretação dos estudantes individualmente e em grupo. A análise dos dados será feita a partir de diferentes métodos: interpretativo, dialógico-

**Endereço:** Rua Teresina, 495

**Bairro:** Adrianópolis

**UF:** AM

**Telefone:** (92)3305-1181

**Município:** MANAUS

**CEP:** 69.057-070

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 4.082.840

temático, análise do discurso e microgenético, visando o aprofundamento da compreensão dos processos de desenvolvimento em narrativas e argumentações dos estudantes. Na primeira etapa serão analisadas as informações empíricas obtidas nos grupos focais e nas entrevistas individuais em cada localidade (estudo 1), depois será elaborada análise do conjunto de dados (estudo 2). Na segunda etapa, repetir-se-á os mesmos procedimentos de análise realizados na primeira etapa (estudos 3 e 4), em seguida, haverá o desenvolvimento da análise longitudinal com identificação no conjunto (estudo 5). Busca-se avançar na compreensão das possíveis descontinuidades e rupturas que marcam a transição para a vida adulta, o que implica compreender os jovens estudantes como pertencentes a um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos em um momento de desenvolvimento na vida, e também como atuantes em um conjunto social com atributos e práticas culturais situados que enfrenta mudanças diversificadas, diferenciadas no contexto atual e constituído por gerações anteriores que ora produzem as condições de socialização e desenvolvimento mediadas pelas políticas públicas e por culturas locais, considerando-se a suposição básica de que mudando-se os instrumentos mediadores nas condições de socialização, como as atividades são produzidas e resolvidas, transformam-se os processos de consciência e as condições de desenvolvimento em que as tomadas de decisão dos jovens são forjadas.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:** O objetivo geral deste projeto é analisar como as/os estudantes amazônidas significam a sua trajetória de escolarização e vivências no ensino superior, sua participação e protagonismo e o quanto a universidade responde as suas demandas, em narrativas e argumentações, a partir de sua inscrição sócio institucional. **Objetivo Secundário:** Os objetivos específicos são:- identificar espaços de participação das/dos estudantes identificando elementos que promovem ou impedem a permanência na universidade;- entender de que forma os estudantes significam sua trajetória de escolarização;- identificar nas narrativas das/os estudantes se e como as/os professoras/es contribuíram para a promoção da inclusão escolar;- analisar as mudanças (lineares) e transformações (descontínuas) nas vivências escolares dos estudantes a partir de estudo longitudinal desenvolvido em duas etapas com intervalo de um ano; analisar as inter-relações da produção de si com a continuidade da educação e do trabalho mediados por novas tecnologias durante a pandemia do COVID-19.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:** As narrativas de transição que envolvem relatos de experiências pessoais, podem implicar em dificuldades, mas a princípio, nossa experiência e de colegas no mundo inteiro indica que não

**Endereço:** Rua Teresina, 495

**Bairro:** Adrianópolis

**UF:** AM

**Telefone:** (92)3305-1181

**Município:** MANAUS

**CEP:** 69.057-070

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 4.082.840

há maiores riscos aos participantes. No entanto, tomaremos o cuidado de finalizar o estudo com participantes que demonstrem que estão tendo dificuldades em contar suas experiências e também informaremos aos participantes que poderão desistir da participação em qualquer momento do estudo. Também tomaremos cuidado quanto ao processo de transcrição, visto que alguns relatos podem expor eventos traumáticos, vamos recorrer a transcritores com treinamento específico em psicologia e áreas de saúde e nos assegurar que o relato foi apagado no computador do transcritor e as cópias sejam guardadas em segurança. O projeto será desenvolvido com base nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12, e atenderá as exigências éticas e científicas fundamentais: Comitê de Ética e Pesquisa, TCLE, confidencialidade e a privacidade dos dados. Para tanto, caso ocorra constrangimento ou desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa aos participantes, as/os pesquisadoras/es, enquanto psicólogas/os, suspenderão a aplicação dos instrumentos de coleta de dados conforme explicitado acima e realizarão acolhimento e se necessário encaminhamento para o setor psicossocial da universidade, visando o bem-estar dos mesmos. Cumpre esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá indenização aos participantes (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos, uma vez que não há previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades na Resolução em tela e nem na Res. 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em ciências humanas e sociais, uma vez que não há definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado).

**Benefícios:** As informações empíricas produzidas neste projeto científico colaborativo promoverão avanços na compreensão sobre como os estudantes amazônidas significam a sua trajetória de escolarização e vivências no ensino superior e suas transições, em relação também à sua participação e protagonismo. Será possível compreender o quanto a universidade responde as demandas desses jovens e produzir conhecimentos que contribuam para a gestão do ensino aprendizagem na educação superior. No âmbito das instituições, espera-se que os resultados desse estudo possam ser utilizados na organização de protocolos de acolhimento, atendimento e acompanhamento de estudantes com diferentes bases culturais durante sua estadia na universidade e, por exemplo, fomentando o protagonismo estudantil, com a valorização das

**Endereço:** Rua Teresina, 495

**Bairro:** Adrianópolis

**UF:** AM

**Telefone:** (92)3305-1181

**Município:** MANAUS

**CEP:** 69.057-070

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 4.082.840

riquezas regionais e da utilização sustentável dos recursos naturais, para desenvolvimento socioeconômico e cultural comprometido com as urgências da sociedade local ao fomentar uma formação científica sensível às demandas regionais.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Não se aplica.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Folha de rosto, anuências, instrumentos e análise de dados da pesquisa, abordagem e recrutamento dos sujeitos participantes, critérios de inclusão e exclusão, riscos e benefícios, TCLE, fundamentações teóricas e metodológicas estão todos adequados e em conformidade com as resoluções 466/12 e 510/16.

**Recomendações:**

Não se aplica.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Trata-se de um projeto já apresentado e aprovado por este CEP. Foi incluída uma emenda que detalha todas as inclusões e alterações, devidamente pontuadas e justificadas. Por atender às exigências das resoluções 466/12 e 510/16, a emenda apresentada está aprovada.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1570125_E1.pdf	03/06/2020 00:10:21		Aceito
Outros	Emenda_com_alteracoes_e_justificativa_s.pdf	02/06/2020 23:58:57	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Novo_para_Professores.pdf	02/06/2020 23:56:24	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_novo_para_estudantes.pdf	02/06/2020 23:55:53	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	21/06/2019 03:01:23	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito

**Endereço:** Rua Teresina, 495

**Bairro:** Adrianópolis

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**CEP:** 69.057-070

**Telefone:** (92)3305-1181

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 4.082.840

Folha de Rosto	Folha_de_rosto_alterada.pdf	21/06/2019 02:48:26	Ioiete Ribeiro da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Estudanes_PROCAD.pdf	07/06/2019 17:26:27	Ioiete Ribeiro da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Roteiro_Basico_do_Projeto_PROCAD.pdf	07/06/2019 14:39:09	Ioiete Ribeiro da Silva	Aceito
Outros	TERMOS_DE_ANUENCIA_E_CONCORDANCIA_INSTITUCIONAL.pdf	07/06/2019 14:30:41	Ioiete Ribeiro da Silva	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 10 de Junho de 2020

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Rua Teresina, 495

**Bairro:** Adrianópolis

**UF:** AM **Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-1181

**CEP:** 69.057-070

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO- PPGE**

**Roteiro de Entrevista**

**I. Dados de Identificação:**

Nome: _____	Religião: _____
Idade: _____	Profissão: _____
Estado Civil: _____	Filhos: ( ) Sim ( ) Não
Escolaridade: _____	Se afirmativo, quantos? _____
Tempo de Residência: _____	

**II. Roteiro para especificar sua trajetória de vida**

**Enunciado:** Conte-me um pouco sobre sua trajetória de vida, formação, vida no campo, fique à vontade para expressar os aspectos que você acha mais significativos.

**Eixos Norteadores da Entrevista**

Propriedade onde mora, história, lembranças (No Nome de quem está o título da propriedade)  
 Atividades desenvolvidas na propriedade, como enxerga esse trabalho, comercialização e escoamento dos produtos  
 Vínculos com organizações sociais rurais  
 Opinião sobre o trabalho desenvolvido na propriedade, valorização em relação ao Estado e pela Comunidade  
 Existência ou não de atividades voltadas para a valorização das mulheres na Comunidade  
 Existência ou não de estratégias ou organizações voltadas para a reivindicações de políticas públicas em relação a saúde, educação, assistência, previdência  
 Participação nas decisões tomadas em coletivo na comunidade  
 Participação da família na escola  
 Questões políticas e sociais na Comunidade  
 Questões sobre violência domestica (o que a entrevistada pensa e conhece sobre e se já passou por algo assim)  
 Questões sobre como ficou os estudos na pandemia de covid-19  
 Opinião e avaliação sobre a educação ofertada na comunidade  
 Dificuldades, conflitos, aprendizagens significativas  
 Pequeno relato sobre a educação que almeja na comunidade



Poder Executivo  
Ministério da Educação  
Universidade Federal do Amazonas  
Faculdade de Educação (FACED)  
Programa de Pós – Graduação em Educação (PPGE)

---

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Prezado (a) Professor (a):**

O senhor (a) está sendo convidado para participar do projeto intitulado: “O Protagonismo das Mulheres na luta por uma Educação do Campo no Município de Parintins/AM” vinculado a pesquisa intitulada “Os significados das trajetórias de escolarização de jovens estudantes amazônidas” que será desenvolvido pela mestrandia Dalvina Teixeira Rolim (e-mail: [dalvinarolim13@gmail.com](mailto:dalvinarolim13@gmail.com), nº de contato (92) 98406-0799) discente do Programa de Pós – Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Coroado, - Setor Norte Pavilhão: Rio Uatumã, - Campus da UFAM, CEP: 6900-810 – telefone: (92) 98406-0799, sob orientação e coordenação da Professora Doutora Iolete Ribeiro da Silva (e-mail: [ioleteribeiro@ufam.edu.br](mailto:ioleteribeiro@ufam.edu.br), nº de contato (92) 98235-7650), endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 Bloco X Setor Sul Campus Universitário. O objetivo primário é analisar o protagonismo das mulheres na luta por uma educação do campo no Assentamento de Vila Amazônia no município de Parintins/AM; e os secundários são: Identificar as relações de subserviência e desigualdades de gênero que atingem as mulheres do Assentamento de Vila Amazônia a partir da tríade Patriarcado- Capitalismo- Racismo; Conhecer as estratégias, articulações, movimentos ou organizações das mulheres do Assentamento de Vila Amazônia na luta por uma Educação do Campo; Investigar as contribuições das Mulheres do Assentamento de Vila Amazônia para a consolidação das superações das diversas formas de violência e opressão feminina.

O senhor (a) está sendo convidado porque sua participação é muito importante para que possamos a partir do seu relato vivenciado na prática do dia a dia na comunidade e no ambiente escolar, possamos discutir as questões que implicam no processo de organização social e política das mulheres na luta por uma Educação do Campo no contexto do município de Parintins/AM.

Sua participação é voluntária e terá plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço.

Caso aceite, sua participação será através de uma entrevista semiestruturada, que será gravada em áudio para posterior descrição e análise. A entrevista será realizada na própria instituição em que trabalha e os questionamentos se darão em torno do tema “O Protagonismo das Mulheres na luta por uma Educação do Campo no Município de Parintins/AM”.

Antes da entrevista, será entregue o TCLE para que senhor (a) leia e decida se quer ou não participar da pesquisa. É importante frisar que o TCLE está solicitando também autorização para o uso de imagens e áudios. Ressalta-se que tanto os áudios como as imagens serão armazenadas com todo cuidado em uma pasta, anexa ao notebook da pesquisadora. As imagens serão registradas via telefone celular e depois encaminhadas para a pasta no notebook, e o áudios serão gravados em um celular e depois encaminhado para a pasta no notebook.



Poder Executivo  
Ministério da Educação  
Universidade Federal do Amazonas  
Faculdade de Educação (FACED)  
Programa de Pós – Graduação em Educação (PPGE)

---

Caso aceite, no momento da entrevista, em observância aos cuidados ainda impostos pela Pandemia da COVID19 e para minimizar os prejuízos e potenciais riscos, serão adotadas as medidas de prevenção ao vírus, como por exemplo: uso de máscara, distanciamento de no mínimo 1,5 m e uso de álcool 70%.

Caso aceite, O (a) Sr (a) não receberá nenhuma remuneração por participar desta pesquisa, assim como não terá despesas. O local, data e horário da entrevista serão combinados entre entrevistado(a) e pesquisador com antecedência. Obedecendo à Resolução 466/12-CNS, será assegurada, durante toda a pesquisa bem como na fase de publicação dos resultados, a manutenção do sigilo e da privacidade de sua identidade e de suas colocações durante a entrevista.

Por trata-se de uma pesquisa em que em que o participante estará em um diálogo com o entrevistador e considerando as questões de riscos, é importante ressaltar que caso o entrevistado sinta-se constrangido com algum questionamento, poderá recusar-se a responder, sem nenhum prejuízo. Diante do risco da perda de confidencialidade (quebra de sigilo) é garantido ao entrevistado que a sua identidade será mantida em padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e as informações utilizadas serão somente para fins acadêmicos e científicos.

Diante da quebra de sigilo e dos riscos, garantimos ao (à) Sr (a), e seu ressarcimento das despesas devido a sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Também estão assegurados ao (à) Sr (a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa. Asseguramos ao (à) Sr (a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Garantimos também, se necessário, o encaminhamento e acompanhamento do participante a consulta com médicos especialistas e psicólogos, além dos prejuízos relacionados a “transporte” e “alimentação”, e tudo que for necessário no estudo conforme a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

São esperados os seguintes benefícios com está pesquisa: que ela contribua com novos conhecimentos e reflexões acerca da educação do campo, uma vez que, é uma realidade a cada dia mais presente no contexto social e educacional de todo o país, fazendo um recorte sobre as questões de gênero nesses territórios.

Se julgar necessário, o (a) Sr (a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre a sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo (a) Sr (a), ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via como pesquisador e uma com o (a) participante.

O (A) Sr (a) pode entrar em contato com o pesquisador responsável Dalvina Teixeira Rolim (e-mail: [dalvinarolim13@gmail.com](mailto:dalvinarolim13@gmail.com), nº de contato (92) 98406-0799) discente do Programa de Pós – Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas



Poder Executivo  
Ministério da Educação  
Universidade Federal do Amazonas  
Faculdade de Educação (FACED)  
Programa de Pós – Graduação em Educação (PPGE)

---

(UFAM), endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Coroado, - Setor Norte Pavilhão: Rio Uatumã, - Campus da UFAM, CEP: 6900-810 – telefone: (92) 99231-3506.

O (A) Sr (a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas: Rua Teresina, 495, Adrianópolis, CEP: 69057-070 – Manaus/Am, contato fone: (92) 3305-1181, ramal 2004 (e-mail: [cep.ufam@gmail.com](mailto:cep.ufam@gmail.com)). Horário de atendimento ao público: Segunda - Terça - Quinta - 9:00-11:30h e 14:00-16:00. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

Participante: \_\_\_\_\_.

Pesquisador: \_\_\_\_\_.